



XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



DANIEL RODRIGUES TAVARES
EMILLA GRIZENDE GARCIA
GEOVANE BATISTA DA COSTA
RAFAEL PRINTES ALBARELI DE CASTRO (ORG.)

**EDUCAÇÃO, CIDADANIA
E RESISTÊNCIA EM TEMPOS
DE EXCEÇÃO**



**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PARÁ**

**Daniel Rodrigues Tavares
Emilla Grizende Garcia
Geovane Batista da Costa
Rafael Printes Albareli de Castro
(ORG.)**

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

**EDUCAÇÃO, CIDADANIA
E RESISTÊNCIA EM
TEMPOS DE EXCEÇÃO**



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico:

Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

Revisão:

Os autores

Ilustração de capa:

La Liberté guidant le peuple de Eugène Delacroix, 1830

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Educação, cidadania e resistência em tempos de exceção / organizadores Daniel Rodrigues Tavares, Emilla Grizende Garcia, Geovane Batista da Costa e Rafael Printes Albareli de Castro. - 1. ed. - Belém, PA: Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-994185-5-6

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil 3. Prática de ensino. I- Título.

CDD 907



[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 – Belém – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com.br
www.editoracabana.com

Conselho Editorial ANPUH-PA

Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)
Dr. Keith Barbosa (UFAM)
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Airtton Pereira (UEPA)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)
Dr. Arthur de Freitas Neves (UFPA)

Apoios:



SUMÁRIO

**Apresentação: Os desafios da história social
e do ensino de história em coletâneas.....8**
Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes

PARTE 1: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CIDADANIA

Apresentação.....12
Daniel Rodrigues Tavares
Rafael Printes Albareli de Castro

**A pedra de Lioz esquecida em Belém:
o monumento em torno de uma narrativa gerada pelo
facebook e sua origem histórica.....14**
Matheus de Sousa oliveira

**Educação patrimonial nas aulas de história à partir da
“Exposição nós de aruanda, artistas de terreiro”.....32**
Carlos Arthur Góes Cordeiro

**Os cais do Valongo: um espaço público de silenciamentos, lutas
e resistências.....45**
Drieli Fassioli Bortolo
Cyntia Simioni França

**O site “sociedades da fase marajoara e ensino de história”: um
produto didático compartilhando propostas, experiências e
recursos didáticos.....59**
Mayco Bruno Cruz Costa

**A importância da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres patrimônio
da cidade de Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco.....74**
Sérgio Villarim Alves da Silva

Pensando a educação patrimonial na Escola Professora Yolanda Peralta a partir do cemitério Santa Izabel no distrito de Icoaraci (belém/pa).....89

Marco Antônio Coelho Soares

PARTE 2: RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL EM TEMPOS DE EXCEÇÃO

Apresentação.....101

Geovane Batista da Costa

Emilla Grizende Garcia

O imaginário da liberdade em tempos de exceção.....105

Bárbara Alves

Glenda Spósito

Samile Carvalho

As artes de curar na Bahia setecentista.....104

Mariana Dourado

O pessimismo cultural no debate sobre a criança que via tv, na década de 1970.....116

Valesca Gomes Rios

Dias Gomes sob a mira da censura de diversões públicas e do Serviço Nacional de Inteligência (1969-1979).....129

Emilla Grizende Garcia

“Mais tesão, menos encucação” : humor gráfico e resistência no jornal alternativo lampião da esquina (1978-81).....141

Geovane B. da Costa

Sobre os Autores.....156

APRESENTAÇÃO

Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.^a edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o

ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Profº Dr. Francivaldo Alves Nunes
Presidente da ANPUH-Seção Pará

PARTE 1 | **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CIDADANIA**

APRESENTAÇÃO

Daniel Rodrigues Tavares
Rafael Printes Albareli de Castro

Em tempos de questionamentos (infundados, na maioria dos casos) e negações muitas acerca do ofício do historiador, do professor e da História em si, é uma satisfação enorme lançar um conjunto de E-books, fruto dos Simpósios Temáticos que ocorreram no final de 2020, no encontro virtual da ANPUH-PA. Em especial nosso livro digital que traz debates sobre uma importante fonte, e que também se mostra como recurso didático e como link entre passado, presente e futuro – o Patrimônio Cultural, a herança de nossos antecessores.

Em passeio pelos artigos, podemos ir ao encontro de possibilidades de pensar os bens culturais associados à vida das pessoas, amalgamando memórias, identidades, culturas. Podemos aprender mais sobre a Pedra de Lioz, em Belém, saber porque alguns ainda pensam que o monumento diz respeito ao Tratado de Tordesilhas, em vez da relação com o Tratado de Madri. É possível adentrar no contexto histórico da ocupação holandesa em Pernambuco, discutindo a importância da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres em Jaboatão. Assim como podemos viajar ao Rio de Janeiro e se familiarizar com o Cais do Valongo e a sua relação com a cidade, com a história da chegada de africanos, trazidos compulsoriamente, e saber como esse espaço foi sendo encoberto até ser descoberto nas obras preparatórias para as olimpíadas de 2016. Interessante considerar a ampliação da noção, do conceito de patrimônio ao buscar a compreensão da proposta de se trabalhar o cemitério como um lugar de memória, como um espaço ge-

rador de identidades, aprendendo sobre a comunidade de Icoaraci. Instigante também ver como a exposição “Nós de Aruanda” debate a temática etnicorracial e como incentiva a valorização e conhecimento da cultura afro. Também há a viagem ao mundo indígena, marajoara, por meio de sítio na internet que se propõe a contribuir com o ensino de história da Amazônia, no tocante à sua população nativa anterior à chegada dos europeus.

Portanto, trata-se de um livro digital que traz o debate acerca da Educação Patrimonial, dos bens culturais no ensino de História, de forma rica, e com pesquisas sérias e de qualidade.

**A PEDRA DE LIOZ ESQUECIDA EM BELÉM:
O MONUMENTO EM TORNO DE UMA NARRATIVA GERADA
PELO FACEBOOK E SUA ORIGEM HISTÓRICA**

Matheus de Sousa oliveira¹

O artigo produzido aborda dois discursos divergentes acerca de um marco monumental (pedra de lioz), situado em Belém (PA) na praça D. Pedro II, em frente ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Uma das narrativas define a pedra como um marco de delimitação monumental referente ao Tratado de Tordesilhas, a outra é que a mesma tratava-se de um marco balizador relacionado ao Tratado de Madrid. A pesquisa teve como objetivo analisar criticamente as duas linhas narrativas acerca da pedra, não somente com a finalidade de provar qual dos dois discursos é oficial, mas sim investigar os motivos históricos e sociais de cada afirmativa. Foram utilizadas pesquisas documentais em relação ao monumento como, noticiários da época em que a pedra foi inaugurada na cidade no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR) e visitas técnicas à Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL).

O historiador Jacques Le Goff em sua obra *História e Memória* (1990), diz especificamente no último capítulo do livro que trata sobre *monumento/documento* a importância dessas duas ferramentas científicas no trabalho do historiador. Segundo Le Goff, no princípio o monumento era visto como objeto de questionamento e dúvida pois os mesmos eram feitos com intencionalidades do autor, sendo ele não objetivo. Já o

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História pela Faculdade Estácio de Castanhal/PA.

Email: matheussousa0712@gmail.com

documento a partir do século XIX se torna a principal escolha científica na produção histórica, pois o documento em si já se apresentava como prova histórica fugindo de subjetividades. Le Goff exprime sua opinião e afirma que todo documento é monumento, pois todo documento vem consigo a raiz ideológica de seu autor onde ele não é imparcial. Para Le Goff, o papel essencial de um historiador seria o de questionar todas as fontes levando assim a analisar as intencionalidades do autor e é com essa premissa de Le Goff que fundamentamos a pesquisa.

O artigo busca por responder as seguintes questões: 1. Como surgiu a criação através do Facebook da memória da pedra de lioz ser referente ao Tratado de Tordesilhas? 2. Como a rede social influenciou na difusão da memória coletiva sobre o marco? 3. Porque a história legítima do monumento não se perpetuou entre a população de Belém?

Os resultados da pesquisa consistem na análise de uma história-memória relacionado ao monumento que está sem identificação, concretizando-o em uma memória popular a respeito do Tratado de Madrid com alusão ao Tratado de Tordesilhas, relacionado à cidade de Belém, sendo disseminado através das mídias digitais, em especial, a internet.

A atuação do facebook na memória coletiva do monumento em relação à tordesilhas

Quando se fala em Memória Coletiva, os estudos do durkheimiano Maurice Halbwachs (1925) foram um dos pioneiros nos setores historiográficos a observar a memória de maneira intrinsecamente social, ou seja, desvinculada de uma perspectiva de “memória de dados” e estática. Com isso, abriu-se uma nova vertente no campo de pesquisas da memória, analisando-a

essencialmente pelas complexidades sociais, a chamada Memória Social (Barros, 2011, p. 318). Nesse campo de estudo da memória, compreende-se a interferência direta das memórias coletivas na formação das memórias individuais, assim como afirma José D'Assunção Barros:

“Se a memória envolve um comportamento narrativo, e a narratividade é necessariamente um processo mediado pela Linguagem – esta que em última instância é produto da Sociedade – tem-se aqui maior clareza de como a dimensão coletiva também interfere na Memória individual. (BARROS, 2011, p. 319).”

A internet que pode ser entendida como instrumento de linguagem, se inserida nesse contexto de memórias sociais, torna-se uma ferramenta poderosa no âmbito da educação informal que pode influenciar diretamente as memórias individuais dos indivíduos que tem acesso a ela. Jacques Le Goff no século XX já visava acerca da evolução do mundo contemporâneo e ressaltava que a história estaria constantemente sendo pressionada pelas memórias coletivas que ansiavam pelo imediatismo gerado através da mídia:

“Mas toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pelo media, caminha na direção de um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob a pressão dessas memórias coletivas. A história dita “nova”, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como “uma revolução da memória” fazendo-a cumprir uma “rotação” em torno de alguns eixos fundamentais: “Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva”, “a renúncia a uma temporalidade linear” em proveito dos tempos vividos múltiplos “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo” (linguís-

tica, demografia, economia, biologia, cultura).” (LE GOFF, 1990, p. 408)

Delimitando essa mídia somente nas redes sociais da internet, surge questionamentos em relação a memória coletiva interagindo com esse meio de comunicação: A rede social é capaz de criar uma “memória virtual” através dos agentes que depositam suas determinadas postagens como fotos, textos, documentos ou vídeos? Se sim, há métodos de preservação dessa memória virtual? Essas memórias podem fazer parte de um patrimônio digital dentro dessa rede mundial de computadores interligados?

A doutora em memória social Rosali Henriques diz o seguinte sobre as postagens momentâneas de mídias nas redes sociais:

“O registro é do momento instantâneo para um presente também instantâneo, quase como que um presente-passado e um presente-presente, que podemos chamar de atual. Essa memória do presente é uma memória efêmera e imediata, compartilhada em tempo real com amigos e familiares. Esta, que podemos chamar de memória compartilhada, seria uma espécie de memória imediata e, ao mesmo tempo mediada pelo espaço virtual da internet, o ciberespaço.” (HENRIQUES, 2017, p. 125)

Ou seja, todo tipo de informação quando publicada na rede social torna-se uma memória instantânea que é sediada pela internet, pois essas postagens ficam armazenadas na rede que podem ser acessadas coletivamente pelos que têm acesso à ela em poucos cliques, entretanto a autora complementa:

“A produção e a reprodução de registros memoriais na internet, principalmente nas redes sociais, provocam um excesso de informações que disseminadas poderão servir à preservação da memória digital [...]. O excesso de memória na internet, no

entanto, pode apresentar duas faces: de um lado, o excesso como preservação e por outro lado, o excesso como excedente.” (HENRIQUES, 2017, p. 126)

Com base nessa afirmativa, notamos que a rede social segundo a autora não é exatamente uma instituição de memória que tem como objetivo a sua preservação, mas ela funciona pelo meio da socialização das memórias que são possibilitadas interagirem entre si facilmente através da internet. A preservação das publicações é dada inconscientemente através do armazenamento automático das mídias postadas, diferente de um museu por exemplo, que tem dentre um dos seus objetivos conscientes, a preservação.

Analisando o caso da veiculação da pedra de lioz com o Tratado de Tordesilhas através da rede social vemos o seguinte. A informação em si surge através da proliferação de informações variáveis, pois o monumento se encontra em completo abandono e sem identificação, o que abre possibilidades para livre interpretação por quem passa pelo local. Um dos grandes veículos que disseminou a ideia de que o marco é diretamente ligado ao Tratado de Tordesilhas foi a internet, em especial o Facebook. A confusão em relacionar o monumento ao meridiano de Tordesilhas inicia-se à propagação de ideias difundidas e baseadas por sites com conotações históricas porém sem rigor científico, como, a página *Belém Antiga*, que promoveu uma publicação aos curiosos que acabou gerando uma certa repercussão pelo grande número de seguidores da página, referente ao monumento pertencer ao Tratado de Tordesilhas.

Figura 1 - Publicação da página Belém Antiga a respeito do incrível marco que dividiria o mundo em duas partes e faria de Belém, o centro do planeta terra. Belém. 9 de Junho de 2014²



Podemos afirmar que a memória digital no caso da postagem que foi exposta acima é representada de forma imagética e textual. Ao analisar a publicação observamos um teor informativo que relaciona a pedra de lioz a um fato histórico com o objetivo de expor ao que o monumento se refere e também denunciar o abandono e desconhecimento do marco que possivelmente pode ter sido a causa da sua completa deterioração. Sendo assim, mesmo a informação que relacionou a pedra ao Tratado de Tordesilhas estando equivocada e amparada por uma fonte vinculada a um blog temático que não confirmava a afirmativa, a ideia conclusiva do texto é a preocupação do autor da postagem em

² Disponível em: <<https://www.facebook.com/belemdopassado/posts/1516354861919049>> Acesso em Nov. 2019.

despertar na população e nas autoridades o senso crítico em relação ao abandono de patrimônios históricos pela cidade, vale ressaltar que o processo de perda está intrinsicamente associado a criação do IPHAN e aos discursos sobre patrimônios, onde, a ameaça ao patrimônio é também uma ameaça à nação (HENRIQUES, 2017, p.134).

Sendo assim, a postagem seria um patrimônio digital ou um patrimônio digitalizado? Para responder as perguntas vamos aos seus determinados conceitos. Sobre o patrimônio digital, Vera Dodebei discorre:

“Esse novo patrimônio é constituído por bens culturais criados somente em ambiente virtual ou por bens duplicados na representação da web e cobre materiais digitais que incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, software, e páginas web, entre uma ampla e crescente variedade de coleções que representam desde objetos pessoais a acervos tradicionais de instituições de memória.” (DODEBEI, 2006, p. 1)

O conceito de patrimônio digital pode ser confundido com a digitalização de patrimônios físicos já existentes, por isso é importante diferenciá-los:

“Ao digitalizarmos um determinado patrimônio de um museu e criarmos um museu virtual, por exemplo, estamos ampliando a capacidade de divulgação daquele patrimônio. Nesse caso, o patrimônio físico já existe. O segundo caso, seria daquele patrimônio nascido digitalmente. Aí entrariam todo tipo de informações em forma de texto, imagens, vídeo e uma série de documentos criados digitalmente [...] Nesse sentido, podemos dizer que o digital é a representação em código binário de um determinado conteúdo. A digitalização é a transformação de algo físico em objeto digital ou binário.” (HENRIQUES, 2017, p. 132)

Observando a postagem do Facebook com base nos conceitos apresentados, podemos notar que uma

das imagens utilizadas é referente ao monumento físico da pedra de lioz que já é existente na cidade e a outra há um mapa que elucida o meridiano de Tordesilhas passando por Belém, mas como dito acima, o texto apresentado na publicação complementa as figuras inseridas e dentre seus objetivos constam a denúncia e a possível descrição do monumento esquecido, ou seja, a publicação serve tanto como patrimônio digital (através do texto-denúncia nascido na rede) e digitalizado (através da imagem que representa o patrimônio físico) que buscam dar signos de importância histórica a cidade de Belém pelo pertencimento geográfico ao Tratado de Tordesilhas e a denúncia ao abandono do marco monumental. Importante destacar que esses signos de importância são alicerçados em uma memória coletiva que é bastante representada pelos livros didáticos que expõem geograficamente Belém como a primeira cidade brasileira entrecortada pelo meridiano de Tordesilhas. O conhecido mapa das capitâncias hereditárias de Manoel Maurício de Albuquerque retirado do Atlas Histórico Escolar do Mec, utilizado desde 1960 no ensino de história foi um dos primeiros que apresentava didaticamente o meridiano passando pelos clássicos polos: Belém do Pará e Laguna de Santa Catarina. Sendo assim, o texto da postagem utiliza-se de uma memória já existente transmitida em parte pelo seio escolar e que acaba por causar propositalmente mais impacto aos que tiveram e têm acesso a publicação, Canclini destaca:

“A escola é um palco fundamental para a teatralização do patrimônio. Transmite em cursos sistemáticos o saber sobre os bens que constituem o acervo natural e histórico. Ao ensinar geografia fala-se o que é e onde termina o território da nação; no estudo da história, são relatados os acontecimentos em que se conseguiram fixar esses limites em luta contra adversários externos e internos.” (CANCLINI, 2013, p.164-165)

Mas essa memória do ensino escolar que causa importância geográfica e histórica a cidade de Belém deve ser problematizada.

Smolka (2000, p.177) considera certos aspectos como relevantes na concepção de Aristóteles sobre memória: as sensações e o afeto, a imaginação e o tempo. A cultura midiática hoje cumpre o papel de estimular essas sensações (GONÇALVES, 2013, p.4). Sensações estas que não chegaram a ser vividas pela população criando-se um certo laço afetivo com a memória, exposta também pelos livros didáticos, que acabam reproduzindo de forma sistemática e fortalecem tais informações e memórias, a exemplo, de que o meridiano de Tordesilhas passaria por Belém, sendo assim, firmando um afeto e uma memória a respeito do monumento, como uma forma de externalizar a memória, alicerçando laços coloniais com Portugal, ou seja, ainda permanece-se com o sentimento de “colonizados” junto ao seu deslumbre de fazer parte da determinada “grandeza” e importância que este título pode lhe conceder, o que gera um problema de identidade enquanto brasileiros, que não conseguem distinguir identidade enquanto país e pátria de seus antigos laços de Brasil colonizado por Portugal.

Mesmo com a problemática em relação a memória que pode gerar esse conflito de identidade como brasileiros, o autor da publicação utiliza-se da internet para a tentativa de conscientização da preservação do patrimônio físico através da criação do alarde gerado por uma publicação que como já visto pode ser entendido como um patrimônio digital e digitalizado. E uma maneira de preservação desse patrimônio criado e digitalizado pela internet (para assim resultar na preservação do patrimônio físico) é sua divulgação, os compartilhamentos:

“A publicização da vida privada, efetuada através dos registros do cotidiano no Facebook, traz para o campo da preservação da memória um fator a considerar: a preservação, pela disseminação ou compartilhamento [...] os registros de memória no Facebook, a princípio, terão mais probabilidade de se eternizarem devido à sua multiplicidade de compartilhamentos. Nesse sentido, a ação de registro dessa memória, para além da própria ação de registro, torna-se parte do processo de preservação da memória.” (HENRIQUES, 2017, p. 144)

Sendo assim, o autor da publicação não quer preservar somente a estética física da pedra de lioz monumental, mas sim também a memória que ela supostamente carregaria, ou seja, a relação histórica e geográfica da cidade de Belém com o meridiano de Tordesilhas. Memória esta que é fruto de uma série de socializações difundidas em parte pelo seio escolar que acabou (e ainda acaba) se relacionando de maneira forte com a população de Belém e que nesse caso – na análise proposta pelo texto – foi reproduzida por uma mídia social que apesar de se equivocar na definição histórica da pedra, alertou os navegantes em relação ao abandono da tal e salientou uma possível curiosidade histórica que acaba por gerar signos de importância histórica a cidade.

A pedra de Lioz e sua ligação com o tratado de madrid e a PCDL

O Tratado de Madrid veio como uma solução para o Tratado de Tordesilhas e suas complexidades referente a suas linhas imaginárias, tanto para uma proteção contra as nações inimigas como para a legitimação das terras, visando a cumplicidade de Portugal e Espanha, fazendo jus a sua união político e religiosa, o que justifica a complacência da Espanha em relação às invasões terri-

toriais de Portugal, traçando interesses que ultrapassassem limites demarcados, tais como as entradas e bandeiras que seriam o adentramento ao interior do território brasileiro, não obedecendo ao Tratado de Tordesilhas. Dessa forma, o mapa era configurado de acordo com os interesses políticos e territoriais de Portugal, logo, não se nega a influência das entradas e bandeiras na expansão luso-brasileira para formação dos limites do Brasil. Como sugere o termo romano *uti possidetis*, que seria o respeito à ocupação efetiva da terra pela questão da posse, firmando a parceria entre Portugal e Espanha.

Em 1750, com o falecimento de D. João V, sobe ao trono português seu filho D. José I que põe em prática um novo modelo de colonização da Amazônia principalmente pelas vantagens oferecidas pelo novo tratado que possibilitava a posse da terra pela ocupação e povoação. Com este princípio, D. José I nomeia seu novo ministro Sebastião de Carvalho (Marquês de Pombal) que aplica uma reforma política e social na Amazônia. A reforma começa pela mudança do centro de estado passando a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão, que foi a alteração da sede do governo de São Luís de Maranhão para Belém do Pará (SILVA, 2003, p.5). No Brasil é nomeado por Pombal seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, uma das mudanças promovidas por Mendonça Furtado foi a criação da capitania do Rio negro em 1755 que representava o centro político-administrativo da Amazônia colonizada pelos portugueses. Em outras palavras, a criação do Rio Negro significou a tentativa da consolidação do domínio português nos territórios interiores amazônicos através de um núcleo administrativo que converteria esses territórios em fontes de divisas para Portugal (VIANNA, 2012, p. 3).

As informações obtidas na Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL) em Belém, indicam que a origem do monumento está diretamente ligada à tentativa de demarcação portuguesa no território amazônico. A pedra se refere a um dos marcos balizadores (foram feitas várias réplicas) trazidos de Portugal a pedido de Mendonça Furtado em 1754 que serviriam para demarcar possessões portuguesas e espanholas no Alto Amazonas – Rio Negro com finalidade de cumprir as questões demarcatórias do Tratado de Madrid (1750) e ao mesmo tempo representar a presença lusitana na Região. Entretanto, os marcos não chegaram ao seu destino e naufragaram em frente a antiga Mariuá que hoje é o município de Barcelos (AM), essa região atenderia uma atenção maior para a questão de demarcação de fronteiras na qual a pedra de lioz iria servir para essa finalidade, sobre a importância da antiga Mariuá para as questões da nova administração de Mendonça Furtado na Amazônia, Maria Regina Celestino destaca:

A região oeste (...) era até meados do século, um dos principais redutos de mão-de-obra indígena e de drogas de sertão, cuja administração cabia às ordens religiosas, em especial, aos carmelitas, que tinham missões nos rios Negro e Solimões. Essa região iria merecer especial atenção na conjuntura de demarcação de fronteiras. Para dar cumprimento ao Tratado de Madri, Mendonça Furtado dirigiu-se, em 1754, à aldeia de Mariuá, às margens do Rio Negro, para encontrar-se com a comissão de demarcação espanhola. No ano seguinte, por razões estratégicas, Mendonça Furtado, instruído por seu irmão, criou ali a capitania do Rio Negro, A aldeia de Mariuá tornou-se a capital da nova capitania, com o nome de Barcelos. (ALMEIDA, 2010, p. 114)

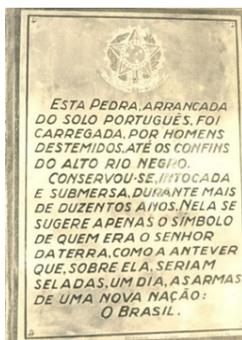
Só foram resgatados do rio em 1963 sendo um deles inserido no município marcando a passagem do presidente Getúlio Vargas na região³. Em 1970 uma

³ PCDL: Fronteira Norte: demarcando e aproximando a Amazônia – PCDL 8

expedição de regresso da campanha demarcatória na fronteira venezuelana realizada pela PCDL trouxe três desses marcos a Belém ofertados pela administração municipal de Barcelos. De Belém, um foi doado à Brasília e foi inaugurado em comemoração ao sesquicentário da independência em março de 1972 nos jardins fronteiros à entrada privada do Palácio do Itamaraty (conhecido como Palácio dos Arcos).⁴

Os outros dois ficaram em Belém, um situado na própria PCDL e o outro que é o tema da pesquisa, inaugurado em 17 de Fevereiro de 1978, na praça D. Pedro II em frente ao IHGP (figura 6). A inauguração contou com a presença do chefe da PCDL que na época era Ivonildo Dias Rocha, o governador Aloysio Chaves, o prefeito Ajax Oliveira, o historiador Augusto Meira Filho e representantes do IHGP, SUDAM, SEFAZ, SEDUC, Conselho Estadual de Cultura e da Academia Paraense de Letras.

Figura 2 - O governador Aloysio Chaves descerrando a bandeira do Pará sobre a placa e inaugurando o marco, ao lado o respectivo dizer a respeito da pedra de Lioz



Fonte: CBDL festeja jubileu e inaugura marco. O LIBERAL/1º Caderno, Belém, 18 de fevereiro de 1978 – P. 9.

décadas. Belém: FUNAG/PCDL. 2011. p.254.

⁴ Documentação a respeito em: <http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/acervo_cartografico.xml> Acesso em Mar. 2019.

A memória em disputa e o IHGP

O órgão responsável pelo monumento é a prefeitura de Belém, como vista na imagem anterior, o monumento foi inaugurado com a placa de identificação alusiva às demarcações do Rio Negro, porém, atualmente o monumento encontra-se deteriorado e sem identificação.

Pollak (1989, p. 2) evidencia que as memórias subterrâneas em momentos de crise entram em disputa com a memória nacional e os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. A prefeitura entra com um papel de determinar uma memória para a cidade, é o que Le Goff (1990, p. 408) chama de criadores e legitimadores da memória coletiva. Pierre Nora trabalhou a respeito do conceito de lugares de memória em sua obra *Les lieux de mémoire* de 1984 e que Barros (2011, p.330) fez uma releitura denominando um deles de “lugares por trás dos lugares” que são definitivamente as forças que impõem a memória coletiva de diversas maneiras gerando seus lugares de memória em específico e desprezando outros que não fazem parte de seus interesses, por exemplo, o Estado, os arquivos nacionais e as comunidades de experiências históricas. Esses lugares também são responsáveis pelos documentos que ratificam essa memória, mas este documento para ser legitimado precisa ser antes monumento e todo monumento que é tombado é legitimado como patrimônio nacional e histórico, mas um monumento não tombado tende a cair no limbo do esquecimento por parte dessas Instituições-Memórias⁵ que afetam diretamente as memórias individu-

⁵ Termo “Instituições-Memórias” foi utilizado primeiramente por André Leroi-Gourhan em sua obra *Le geste et la parole* (O gesto e a palavra) volume 2: Memórias e Ritmos (1964), a exemplo dos grandes arquivos nacionais criados ao longo da história.

ais e acabam por silenciá-las em favor da construção de uma memória que favoreça seus interesses de poder. Essas memórias silenciadas e confinadas a tempos sendo transmitidas por gerações (a exemplo da história oral) permanecem vivas se tornando uma forma de resistência ao excesso de discursos e imposições oficiais (POLLAK, 1989, p. 3). Em ressalva, há monumentos tombados que também estão em abandono, comparado à Igrejas Católicas históricas que estão em constante restauração.

Parte da população de Belém tem em seu imaginário através do ensino e dos livros de história, em especial os da década de 60, a concepção de que linha imaginária de Tordesilhas atravessa a cidade. Esta memória foi adquirida através da escola e de certo modo gera um sentimento de “engrandecimento” da cidade por ela fazer parte de um dos primeiros acordos diplomáticos da chegada dos portugueses no solo brasileiro. Os indivíduos, ao verem – através da postagem da rede social – que o suposto monumento referente a Tordesilhas estivera abandonado e esquecido, a memória referente aos livros e ao ensino escolar – que estava silenciada – reacendeu, pois ao ver a materialização da linha imaginária através do marco, acabou por despertar tanto a revolta pelo fato do monumento estar em estado degradável quanto de lembrança ao antigo ensino de história que situava Belém no centro do planeta terra (na perspectiva do Tratado de Tordesilhas) através da linha imaginária, gerando um sentimento de pertencimento a uma cidade de importância histórica para formação do Brasil a partir do tratado, sentimento este que analisado criticamente reafirma uma raiz de colonizados, pois a importância à cidade é dada por um marco referente a um tratado que legalizava a invasão de Portugal ao solo brasileiro.

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) no ano da produção desta pesquisa (2019) encontrava-se em dificuldades de verbas e portanto impossibilitado de exercer suas funções, tais como pesquisas documentais e visitas, apesar de haver um acesso restrito à pós-graduandos. O prédio mantém-se por conta própria, ou seja, é autônomo e mantido através de sócios fundadores e atualmente conseguiram isenção do IPTU. O instituto tem como finalidade ser aberto ao público futuramente. Em visita ao instituto, nota-se que o local está em parte depredado, o órgão e as pessoas que fazem parte de sua organização encontram-se desorientados no que se refere ao auxílio de informações referente a pedra monumental para com os cidadãos. Ao passar por diversas gestões, o instituto acabou por esquecer a memória da inauguração, que contou com a doação do monumento pela PCDL, em parceria com a prefeitura e a UFPA, dentre outros órgãos. Tendo em vista que o monumento que se encontra na PCDL está conservado e com a manutenção em dia, comparado com o monumento na praça Dom Pedro II que encontra-se abandonado. Le Goff ao falar sobre os dominadores da memória, ressalta os esquecimentos e os silêncios da história para entender a própria forma de manipulação na memória coletiva (1990, p.368).

Le Goff também faz uma análise através do tempo sobre questões, envolvendo a memória desde os tempos antigos até o contemporâneo e afirma que não se deve comparar as memórias em seus diferentes tempos, pois tanto na idade antiga como na moderna e contemporânea, terão significados diferentes (1990, p. 435), assim como suas distintas mudanças, ou seja, a memória está em constante transformação, seja ela unindo traços sociais, seja físicos, a memória por ser um dos objetos da história se torna documento, e por-

tanto, é também monumento, visando a consolidação de sua instituição como exposição, penetrando nas raízes de uma população e transformando seu ciclo social e sua interação a partir de determinado ponto de vista de uma memória coletiva, como o monumento da Pedra de Lioz. Esquecimento este, que como objeto da memória o monumento está destinado, juntamente ao Instituto Histórico e Geográfico (IHGP) que não mais reconhece sua história junto à inauguração do monumento.

Figura SEQ Figura * ARABIC 3 - Marcos da Pedra de Lioz em Belém, a esquerda situada na praça D. Pedro II, a direita encontrasse na PCDL



Fonte: Compilação do autor. Montagem a partir de fotos tiradas em 4 de Junho de 2019, em Belém do Pará, sob autoria própria.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os Índios na História do Brasil. Editora FGV – 1ª Edição, 2010. Coleção FGV de Bolso. Série História

BARROS, José D' Assunção. Memória e História: Uma discussão conceitual. Tempos Históricos, volume 15, 1º semestre. UNIOESTE, 2011.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Coordenação Geral das Comissões Demarcadoras de Limites. Primeira Comissão Brasileira

Demarcadora de Limites. Fronteira Norte Demarcando e aproximando a Amazônia – PCDL 8 Décadas. Belém: FUNAG/PCDL, 2011. CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade, Edusp, Coleção Ensaio Latino-Americanos, 4ª Edição 2013, Impressão de 2019, Publicado em 1997.

DODEBEI, Vera. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DIGITAL. Baseado e texto de discussão na Mesa Redonda “Patrimônio digital: os desafios do cientista social”. In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005, Caxambu, MG. Proposta n. 210, Cadastro 603.

GONÇALVES, Francielle Sthefane B. Cordeiro. História, Memória Histórica e a contribuição da cultura midiática. In: Jornada de Estudos e Pesquisas do HISTEDBR, Jornada XI, Cascavel – PR, UNIOESTE, 2013.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Editora Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo, 1990. Traduzido do Francês LA MÉMOIRE COLLECTIVE (2ª ed.) Paris, França, 1968.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. NARRATIVAS, PATRIMÔNIO DIGITAL E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO FACEBOOK. Revista Observatório, v. 3, n. 5, p. 123-146, 1 ago. 2017.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Editora da UNICAMP. Campinas, São Paulo, 1990. Original da editora Gallimard, França, 1988.

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984. Traduzido por Yara Aun Khoury, Departamento de História – PUC-SP. Proj. História, São Paulo, 10 de Dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

SILVA, José Manuel Azevedo e. O modelo pombalino de colonização da Amazônia. Instituto de História da Expansão Ultramarina, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. CNPq: Práticas Sociais, Processos de Significação e Educação Perspectiva – Memória e História na Escola, 2000.

VIANNA, Thais Contino de Aguiar, Capitania do Rio Negro: conflitos e disputas nas fronteiras amazônicas no século XVIII. In: Anais do XV encontro regional de História da ANPUH-RIO, 2012.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA À PARTIR DA “EXPOSIÇÃO NÓS DE ARUANDA, ARTISTAS DE TERREIRO”

Carlos Arthur Góes Cordeiro¹

Introdução

A presente pesquisa surge como desafio para o campo do Ensino de História em identificar percepções sobre educação patrimonial em duas escolas da rede pública de ensino no município de Ananindeua/Pa (“Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana” e o “Instituto Bom Pastor”), e utilizando como parâmetros para as discussões patrimoniais a exposição intitulada “Nós de Aruanda, Artista de Terreiro”.

Tal iniciativa torna-se um campo oportuno para os profissionais do Ensino Básico ao lançar novos olhares às práticas desenvolvidas dentro do chão escolar, utilizando como ferramentas elementos didáticos/pedagógicos que possibilitam a apreensão das diversas expressões de africanidades existente em Belém do Pará através das artes de Terreiros Religiosos e, conseqüentemente, trazendo para os discentes a descolonização do modo de pensar as culturas, as artes e os patrimônios na disciplina História.

Todavia, ao falar de patrimônios de terreiros dentro do espaço escolar, percebe-se uma total invisibilidade nos componentes escolares e, principalmente, nuances de uma consciência históricas de não ver os patrimônios materiais e simbólicos de terreiro como uma arte patrimonial ancestral, mas como bens arrai-

¹ Licenciado pleno em História e Especialista em “Ensino de História” pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é aluno concluinte de Mestrado em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri/UFPa), atuando desde 2014 como professor de História da rede particular de ensino. Email para contato: carlos-cordeiro@outlook.com.

gados por uma mentalidade colonizadora e, em muitos casos, pautadas no preconceito e racismo, fruto do processo de marginalização dos povos negros ao longo dos séculos de escravização.

Para essa pesquisa foi utilizado o conceito do Alemão Jörn Rüsen, ao se debruçar sobre o método da “Consciência Histórica”², ao qual irá ser aplicada como mecanismos de identificar como os nossos alunos lidam e compreendem os patrimônios materiais e imateriais usados dentro das comunidades Tradicionais de Terreiros Religiosos de Belém, e exposto na exposição “Nós de Aruanda, Artistas de terreiro”, como método nas aulas de história para os alunos do 7º ano do ensino fundamental.

Essa aplicação multidisciplinar permitirá aos alunos da rede pública de ensino a tentativa de questionar possíveis consciências históricas sobre a história e cultura da África e de seus descendentes no passado e presente, além de subsidiar um ensino com maior compreensão sobre patrimônio das comunidades afro religiosas e, conseqüentemente, minimizar e suprimir atos de intolerância contra as religiões de Matriz Africana e afro brasileira dentro do espaço escolar.

O que é a exposição nós de Aruanda, artistas de terreiro?

A “Exposição Nós de Aruanda, Artistas de Terreiro” lança-se neste campo das artes patrimoniais evocando o imaginário da população tradicional dos cultos afro nas galerias de artes de Belém do Pará, desde do ano 2013 a 2019.

² Rüsen, define que a consciência histórica é “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 57).

A referida exposição é a abertura para o expressar das vozes, corpos, rezas, danças, performances e saberes das mais variadas formas de cultuar as divindades de Matriz africana existentes no Pará (Mina, Umbanda e Candomblé, Pajelança, encantaria, Catolicismo Popular e o sincretismo religioso) e adentra neste cenário afro amazônico das grandes artes como a força de luta dos seus antepassados que resistem e existem no pulsar do povo paraense na atualidade como verdadeiros “herdeiros de Ananse”³

Segundo o idealizador da exposição, Arthur Leandro ou Tatá Kisikar’Ngomba⁴, Aruanda ou São Paulo de Aruanda, em angola é:

“[...] o local aonde negros em condições de escravizados eram embarcados no século XIX no processo da diáspora africana para o Brasil. Entretanto, para as comunidades tradicionais de terreiro, Aruanda significa um lugar aonde se carrega significados, memória, resistência, identidade ou precisamente liberdade, liberdade essa perdida no tempo com a exploração da mão de obra escrava para outro lado do atlântico” (Fala de Arthur Leandro, Exposição Nós de Aruanda. Canto do Patrimônio/ IPHAN-PA, 2015).

Portanto, Aruanda/Nós de Aruanda são todas as formas de expressão (memória, visual, olfativa, auditiva, rezas, história, danças etc.) das negras e negros que buscam através de suas lutas de resistências seus espaços para preservar sua cultura no cotidiano da so-

³ Ananse, a metamorfose em aranha da deusa Aranã, procedente da cultura fanthi-ashanti, da região do Benin na África ocidental, configura-se, neste trabalho na metáfora símbolo das ações de resistência empreendidas pelos africanos e seus descendentes no continente americano, particularmente no Brasil. (DEUS, 2008, p. 8).

⁴ In Memoriam. Professor da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal do Pará (FAV/UFGPA), membro do Grupo de Estudos Afro-Amazônico (NEAB) da UFGPA, Mestre em História da Arte pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), Táta Kisikar’Ngomba ria Nansu Nangetu, povo bantu.

cidade paraense, utilizando-se através de propostas artístico/simbólico característico da vivência cultural religiosa dos povos tradicionais de terreiros de Belém, ou seja, Nós de Aruanda é o local aonde todo o povo negro quer voltar através da memória, lugar aonde hoje se pode expressar que existimos, lutamos e resistimos.

O projeto Nós de Aruanda é resultado de uma homenagem a celebração da memória da luta de Dona Rosa Viveiros, ou Nochê Navanakoly, ou Mãe Doca, mulher negra e Maranhense de Codó, que apenas três anos após a abolição da escravatura enfrentou as dificuldades dos negros recém libertos em sociedade, passando pelo racismo, preconceito, falta de acessos a espaços de trabalhos e miséria, mas, mesmo assim em 1891 inaugurou o primeiro Terreiro de Tambor de Mina na Capital Paraense.

Dessa forma, tomando como base a memória de Mãe Doca, a necessidade de evidenciar os povos tradicionais de terreiro e, fortalecer a lei 10.639/03, foi aberto discussões para inserção da arte de terreiro como protagonista para mostrar as diversas africanidades existentes na Amazônia. Estas discussões e articulações surge no curso de especialização em educação para relações étnico-raciais na UFPa em 2011 que tinha como objetivo subsidiar o ensino da história da África e dos Afro descendentes através da arte africana, pois percebia-se que a maioria das artes e patrimônio da cidade de Belém são euro-descendentes, não fazendo parte da construção identitária dos povos de terreiro.

Essa intervenção de política pública dentro da Universidade adentra como possibilidade de romper determinadas consciências históricas errôneas sobre os cultos afro da nossa região, pois percebe-se que em algumas manifestações relacionadas às casas de santos ainda prevalece o imaginário do medo, preconceito e aversão as expressões culturais dos povos de santo.

Entretanto, é fundamental que haja dentro dos espaços de formação inicial (as escolas) agente que contribuam para novos modos de pensar a arte, o patrimônio e a cultura do nosso Brasil, e assim possibilitar quebras de paradigmas estruturas errôneas construídas em nosso povo, mas sempre almejando justiça e equidade social às populações.

Possibilidades no ensino de história e o patrimônio dos terreiros

Os bens patrimoniais produzidos nos terreiros podem ser definidos a partir dos grupos e comunidades como forma de estabelecer influências e posicionamentos políticos e culturais de determinado povo. Tendo em vista que muitos objetos contidos nestes espaços religiosos não são tratados como patrimônio material artístico por parte da população local de Belém, fazendo necessário evidenciar, valorizar e defender, como Poulot complementa dizendo que:

“...algumas instituições defendem uma história alternativa, trabalhando na invenção de identidades comunitárias a partir de memória e de afetos, denunciando o desprezo e a censura acadêmica a suas propostas” (POULOT, 2011, p.477).

Depreende-se, deste modo, que algumas intervenções artísticas vão oposto a tradições formais de ensino. Podemos citar como exemplo, as relações que os povos de religião de Matriz Africana têm com elementos da natureza, como a água, terra, plantas, alimentos, animais etc., que reforça os simbolismo cultural.

No que diz respeito à História no Ensino Básico podemos possibilitar aos alunos através da exposição de arte de terreiro e os conteúdos obrigatórios, falar sobre a religiosidade dos Iorubás no 7º ano ensino fundamental, que permeia pelas simbologias das tradi-

ções afro e a relação direta do divino com os elementos da natureza. Como exemplo, Oxum (em Iorubá: Oṣun) é o orixá, segundo as tradições dos cultos do Candomblé, presente nas religiões afro brasileira, possui ligação simbólica com as águas:

Imagem 1: Representação de Oxum.



Foto: Arthur Leandro. Exposição Nós de Aruanda, edição de 2016.

Portanto, esse patrimônio religioso é ao mesmo tempo que material, que envolve elementos físicos e perceptível, mas também imaterial, pois está ligado ao subjetivo ou intangíveis. Ou seja, nas simbologias afro religiosas o patrimônio material é diretamente imbricado no imaterial, não podendo ambos relacionar-se de forma individual, pois um complementa o outro. Sendo assim, o cuidado e a proteção com esses espaços sagrados da natureza mantém a preservação da cultura ao longo do tempo, postura essa, fruto de heranças ancestrais dos povos negros trazidos em condições de escravizados desde o processo da colonização.

Nestes espaços sagrados o patrimônio natural e ambiental faz parte dos laços identitários que ligam o homem com o sagrado, através de oferendas nas águas, plantas de cura, ervas de banho e sacrifícios de animais como forma de agradecer e alimentar o divino.

Imagem 2: Preparo de banhos feito pelos líderes espirituais.



Fotografia: Artur Leandro ou Tatá Kinamboji; Homenagem externa no Bairro de Icoarací; Nós de Aruanda; 2016.

Imagem 3: “Ancestre em manifesto”. Ação poética, artística e política, executada por Michel Amorim no salão da galeria Teodoro Braga



Exposição nós de Aruanda, Teodoro Braga, 2017.

Arruda (2006) ressalta a natureza a partir da ocupação do território pelo colonizador no Brasil, percebesse a apropriação dos europeus pela terra dar-se-á em intermédio do lucro, ao ponto de degradar o ambiente natural (p. 4). Esta relação vem de forma oposta quando se fala das comunidades de terreiro, pois esses grupos descrevem o “verde” como manutenção da vida social e espiritual.

Em suas filosofias deve haver uma manutenção adequada do ambiente natural, visto que a ausência dos elementos da natureza interfere na harmonia da casa, no que diz respeito a saúde e oferendas aos Deuses.

Para Ângelo Imbira (artista da exposição), especifica o seguinte olhar:

“O cuidado com a natureza tem que ser cultivada e respeitada, pois não existe a ideia que o homem não faz parte do ambiente que vive – mas sim ela é tão importante quando outros seres vivos. Ou seja, o homem faz parte do ecossistema” (Entrevista concedida à equipe do projeto Azuelar/UFGA, Abril, 2015).

O Guia básico de educação patrimonial reforça este olhar em relação a importância de trabalhar história e patrimônio com a perspectiva da diversidade regional ao citar que:

“Estas diversidades culturais regionais, contribuem para a formação de identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação dos indivíduos, e permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele (GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, p. 5).

Percebemos em relação ao trecho explicitado, que grande parte dos docentes de história do ensino básico não conhecem a dimensão e importância do patrimônio material e imaterial dos terreiros religio-

soos como ferramentas didática que possibilite a construção de identidade do povo brasileiro e o ensino de história da África e dos seus descendentes no Brasil, pois infelizmente ainda nos detemos em ensinar história por base em patrimônios consolidados, como prédios antigos, monumentos, museus e outros, que geralmente remontam um cultura ocidentalizada. No entanto, o grande desafio dos profissionais da educação, enquanto agentes facilitadores do conhecimento em sociedade é possibilitar aos alunos o percepção da multiplicidade cultural, artística e patrimonial dos diferentes povos pertencentes ao nosso país.

O segundo objeto que podemos trabalhar em nossas aulas de História, utilizando o patrimônio material de terreiro, apresentado na exposição, é as bonecas chamadas de Abayomi, que representa para o povo negro um símbolo de resistência e tradição de poder feminino.

Imagem 4: Exposição de Bonecas de Abayomi confeccionadas pelos alunos da Escola Rômulo Maiorana.



Foto: Carlos Arthur, ano de 2017.

A arte é confeccionada a partir dos tecidos de fibra de algodão possui características essenciais para direcionar nas nossas aulas o processo das diásporas negras. Segundo Vieira (2010) as histórias contadas,

mulheres negras a bordo dos navios negreiros na transição do continente africano para o Brasil, criavam pequenas bonecas ao longo da viagem de tiras de panos retirados dos retalhos das bainhas de suas saias e davam como presentes para os filhos brincarem nos navios, mas principalmente como amuleto de sorte e proteção (p. 49-62).

O terceiro ponto ao falarmos da presença dos negros na formação do país é a ligações da memória e história, pois são de extrema importância para o perpasso e continuidade da cultura nas comunidades de terreiro, já que possibilitam a história das comunidades subalternizadas pelo Ocidente.

Nora nos esclarece que história e memória andam juntas para a formação da população “[...] tudo que chamamos hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo que é chamado de clarão de memória é finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14). Desta maneira, nas comunidades de terreiro ainda conserva as tradições orais que são representadas pelos guardiões da história e sempre cargo do mais velho, logo transformando-se em história do seu povo.

No livro didático de história (Projeto Araribá, 2017) ao tratar da cultura africana podemos perceber a importância dos Griots para os povos sem escrita. Esse “patrimônio vivo”, como é chamado nos manuais escolares, eram responsáveis pelos conhecimentos e preservar vivas as tradições culturais de seu povo. Fato esse, que vem séculos depois influenciar e ressignificar nossa cultura com os mestres de capoeira, batuqueiros, poetas, pais e mães de santo que farão do seus saberes herdados um instrumento de identidade, tradição e cultura de determinada nação.

Contudo, nessa construção de saberes sobre

educação patrimonial, seja ela com a exposição, ou com o livro didático ou até mesmo exemplos do dia a dia da presença negra, fica a importância da cultura afro, da oralidade, memória, saberes e fazeres que são elementos fundamentais para o diálogo em sala o envolvimento de que o patrimônio dos povos de terreiros podem representar na construção de uma consciência histórica voltada para o respeito e valores com simbologias diversas.

Considerações finais

Ao utilizarmos os diversos patrimônios dos povos tradicionais de terreiro, exposto na “Exposição Nós de Aruanda” como ferramenta didática para as aulas de História, criamos ao longo das intervenções elementos didáticos e metodológicos que despertaram entendimento da história, memória e identidade dos povos negros e, possivelmente, a desconstrução das mentalidades errôneas que a arte de terreiro carrega na consciência histórica de nossos alunos do 7º ano do ensino fundamental. Entretanto, percebemos ao na pesquisa que as questão dos preconceitos sobre as religiões de matriz afro é um fator estruturante na consciência história dos alunos, pois mesmo a Escola Bom Pastor trabalhando desde 2004 com a temática, os dados quase que se equivalem com a da Escola jornalista Rômulo Maiorana, que desenvolve projetos esporádicos apenas no mês da consciência negra. A primeira hipóteses para esses conclusão seria que o tema que envolve patrimônio de terreiros são pouco explorados nas duas escolas de Ananindeua, dando ambas, mais ênfase a aspectos raciais relacionado com a cor. A segunda alternativa seria a falta de formação continuada dos docentes para desenvolver abordagens que discutem religiosidade afro dentro de sala de aula. Por fim,

percebemos que ainda há muitos caminhos a serem desvendados para a quebra de paradigmas no ensino básico, mas, que aos poucos vão se rompendo com pequenas ações em nossa prática docente. Para tal, analisou-se que a educação patrimonial é um elemento de conhecimento positivo a ser usada e explorada pelos profissionais da história, pois os alunos sentem-se instigados e curiosos em saber mais sobre patrimônio de terreiros religiosos, e quem sabe possibilitar através disso a construção de conhecimentos que promovam o respeito dos diferentes povos e suas manifestações presentes na sociedade paraense.

Referências Bibliográficas:

APOLINÁRIO, Maria Raquel. Projeto Araribá: história (ensino fundamental 7º ano). — 4. ed. — São Paulo: Moderna, 2014, p. 79-85.
ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. Patrimônio e memória, v2, n.2, p. 110-125, 2007.

BARCA, Izabel. Os jovens portugueses: ideias em história. Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 381-403, Jul./dez. 2004.

CAMPELO, Marilú Marcia. Fundação Cultural do Pará. “Nós de Aruanda -Artista de Terreiro”, 10 de Julho de 2017. Acesso em 02 de Setembro de 2018.

CERRI, Luís Fernando. Ensino de história e Consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 7-128.

GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Museu Imperial/DEPROM – IPHAM – MINC. (Org): HORTA, de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. p. 4-8.

IMBIRIBA, Angelo. A arte, o meio ambiente e as tradições Afro-Brasileiras. In: Poéticas Visuais de Resistência Negra: Projeto Azuelar, Entrevista 3 – “ Patrocínio Petrobras, 2014, p. 28-31.

LEANDRO, Arthur. Relatos e experiências sobre o Nós, os de Aruanda!. Revista da ABPN, v. 11, n. 27, p.113-138, 2018.

MACHADO, Claudete Nascimento. Ações e experimentos na Amazônia Amapaense: Produção de sujeitos que se autodeclaram “Artistas de Terreiro”. Revista da ABPN, v. 11, n. 27, p.139-152, 2018.

MUNANGA, Kabengele. "A Arte Moderna e o Impulso Criador da Arte Africana". In: AJZENBERG, Elza (org.). Pesquisa em Debate, edição 9, v.5, n 2, Jul/Dez, 2008. Acesso em: Jul. de 2017.

POULOT, Dominique. Cultura, história valores patrimoniais e museus. Varia história, v. 27, n. 46, p. 471-480, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. A África explicada aos meus filhos. Ed. Agir. Rio de Janeiro, 2008.

VIANA, Iamara da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Educação patrimonial e o ensino de história. In: Encontros, Ano 11, n° 20, 1° Semestre de 2013, p. 49-62.

VIEIRA, Kauê. Blog: "Afreaka". Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>. Acesso em: 14 de Set. 2010.

O CAIS DO VALONGO: UM ESPAÇO PÚBLICO DE SILENCIAMENTOS, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Drieli Fassioi Bortolo¹
Cynthia Simioni França²

Introdução: o final de uma viagem (ou seria o começo?)

“[...] Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...
Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras moças, mas nuas e espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs! [...] Ouvem-se gritos... o chicote estala.
E voam mais e mais... [...] Um de raiva delira, outro enlouquece,
Outro, que martírios embrutece,
Cantando, geme e ri! [...].

Castro Alves (Navio Negroiro)

Em meio a tantas dores, sofrimentos, angústias e mazelas da viagem relatadas no poema acima, intitulado *O navio negreiro*, de Castro Alves, podemos perceber um pouco do que foi o tráfico de africanos para o Brasil, mas também para a América e outras localidades. Assim, talvez caíssemos na tentação de pensar que ao ancorarem em terras brasileiras, o percurso estaria finalizado. Porém, era apenas o começo da jornada dolorosa e injusta.

É sobre esse início que vamos tratar nesse tra-

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)/ Campo Mourão. E-mail: drifassiolibortolo@gmail.com.

² Docente dos Programas de Pós-Graduação em História Pública e ProfHistória da UNESPAR. E-mail: cyntiasimioni@yahoo.com.br

balho, onde será exposto o contexto histórico brasileiro da escravidão africana, bem como a diversidade cultural; as tentativas de apagamento das memórias dos corpos escravizados e alguns aspectos do bem cultural material (Cais Valongo); assim como sua transformação em um patrimônio cultural.

O patrimônio cultural que será mote de reflexão é o Cais do Valongo, localizado na cidade do Rio de Janeiro, tombado, em 2017. A data de sua criação é 1811, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, onde era um dos principais portos de entrada de escravizados no Brasil. A escolha desse patrimônio cultural está ligada a sua importância histórica à formação brasileira, como local de ocorrência do tráfico negreiro. Mas, além disso, temos uma relação pessoal, pois o conhecemos em uma viagem que fizemos no ano passado, onde pudemos realizar o percurso da Mini-África, no qual o cais está incluso. Ao adentrarmos no Cais do Valongo pudemos imaginar como era a chegada dos escravos e sentir o tamanho sofrimento e atrocidades que se passaram nesse local. É importante visitar esses lugares e permitir-se conhecê-los e ser (re)conhecido pelos mesmos, pois são nesses espaços que tomamos consciência de que somos sujeitos históricos e de que há muita luta ainda para que alcancemos a igualdade, o respeito e a construção de uma sociedade antirracista.

Contextualizando a escravidão: entre violências, corpos e mortos

A escravidão africana iniciou-se antes mesmo da colonização da América, mas foi intensificada com esse processo. Assim, entre os destinos americanos, o Brasil desde o século XVI recebe escravizados, cujo fluxo foi elevado na segunda metade do século XVIII, sendo o país que mais recebeu escravos da África (LO-

PEZ; SANTOS, 2019). Com isso, “estima-se, apesar dos dados imprecisos, a entrada de um total de 3,6 milhões de africanos trazidos compulsoriamente: um terço da população africana que deixou seu continente de origem rumo às Américas” (SCHWARCZ, 2012, p. 37).

Evidentemente que com o aumento dos números do tráfico negreiro, elevou-se a quantidade de mortos bem como o crescimento desordenado da cidade e a chegada da Corte em 1808 que também corroborou para isso. Além da questão de onde enterrá-los, havia o cuidado com a morte, que advém do cristianismo da Idade Média, que pregava essas medidas e perpassaram os séculos (MEDEIROS, 2012). Ressaltando que “no momento em que a Igreja classifica o batismo como ‘porta de entrada para o céu’, e ao mesmo tempo se coloca como a única capaz de realizá-lo, ela se interpõe como a verdadeira porta da salvação” (PEREIRA, 2007, p. 39).

Assim, as igrejas no Brasil recebiam os corpos de seus fiéis desde que tivessem sido ativos na vida secular, com uma posição social edificada, e que os seus parentes pudessem arcar com as despesas do sepultamento. Porém, os escravos também desejavam ter essa cerimônia religiosa, mas como arcar com isso? Levando em consideração que para esses escravos o ritual pudesse ter outro significado, eles só poderiam ser sepultados em igrejas pelas Irmandades, que ofertavam aos seus membros um sepultamento dentro dos padrões da época. Entretanto, os pretos novos (ou seja, os escravos recém chegados da África) eram lançados à terra em covas rasas (MEDEIROS, 2012).

Um desses locais era o Cemitério dos Pretos Novos, datado de 1769 e localizado no Valongo, sendo que era muitos mortos para pouco espaço, o que evidentemente causava uma sobreposição de cadáveres. Todavia, como se já não bastasse a putrefação dos corpos e os odores cortantes, começou a surgir residências em

torno desse espaço, motivados pela falta de aterramentos ou por sua condição social, principalmente os negros libertos que precisavam localizar-se perto do porto. Diante disso, esses indivíduos se transformaram em vizinhos dos corpos cuja vida não mais os habitava (MEDEIROS, 2012).

Quando tratamos da chegada desses escravizados ao Brasil, durante o final do século XVIII e início do XIX, é preciso reconhecer que uma grande quantidade atracou no Cais no Valongo, no Rio de Janeiro, onde havia uma grande diversidade de grupos. Porém, esses povos, ao adentrar nas terras dos colonizadores, depararam-se com outra cultura completamente diferente, assim, tiveram que “adaptar-se” ao local no qual haviam chegado. Porém, adaptação não foi um processo pacífico, mas permeado por embates, conflitos, dificuldades e dores, e, acima de tudo, forçado – pois os escravizados não desejavam abandonar suas raízes, mas eram obrigados a se “ajustar” para sobreviver.

Ademais, esse processo de africanização não afetou apenas os africanos e seus sucessores, mas a população inteira desses locais, por meio da linguagem e de outras questões culturais (HALL, 2005). Sendo que os que sobreviveram na viagem, no Valongo e nas senzalas tiveram seus conhecimentos transmitidos e adaptados (MASCARIN, 2017). Além de que, é importante entender essa rede de relações, pois por meio dela, perpassando pelo nascimento, batismo, matrimônio e morte, é possível compreender a riqueza e pluralidade de nossa religiosidade (PEREIRA, 2007). Uma vez que a cultura brasileira é resultado das relações entre a pluralidade de seus povos, onde entre eles estão os afro-brasileiros, que corroboraram para a formação de nossa identidade.

Uma tentativa de apagamento: o Cais do Valongo

Com a intensificação do tráfico na segunda metade do século XVIII, em 1779, a região do Valongo começou a ser ocupada por práticas de comercialização de escravos. Porém, esse porto localizava-se muito próximo à Praça XV de Novembro, então, o Cais do Valongo foi instalado na região da Gamboa (correspondente ao patrimônio atual), em 1811. Isso porque a exploração negra era economicamente necessária, mas sua presença era indesejada nesse local central. Sendo assim, o cais funcionou até 1831, sendo que durante esses 20 anos desembarcaram entre 500 mil e 1 milhão de escravos (LOPEZ; SANTOS, 2019).

Esse local foi desativado por conta da lei que declarava livre todos os africanos que chegassem ao Brasil após sua aprovação, que se deu em 7 de novembro de 1831, também conhecida como Lei Feijó. Porém, o Cais do Valongo continuou funcionando para o transporte de mercadorias e pessoas até 1843, onde foi inteiramente reformado pelo Imperador D. Pedro II, uma vez que iria receber a princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, com a qual ele havia se casado. Assim, em sua homenagem, acima do Cais do Valongo foi construído um novo atracadouro, intitulado Cais da Imperatriz (LIMA; SENE; SOUZA, 2016). Porém, por ser “uma área degradada da cidade, estigmatizada pelo tráfico de africanos escravizados, era imprescindível dar-lhe uma nova feição. Cumpria proceder a uma profunda reforma que apagasse em definitivo aquela nódoa vergonhosa, tornando a região condigna para receber a Imperatriz do Brasil” (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 311).

Dessa forma, passou-se uma borracha no Cais do Valongo, instituindo o Cais da Imperatriz, como se o primeiro nem tivesse existido. Sendo assim, num pri-

meiro momento ocorreu a remoção do negro do centro político (da Praça XV de Novembro), e, em segundo, com o Cais da Imperatriz, apagou-se, embelezou-se e deslocou-se a memória desses indivíduos para o subterrâneo (FRANCO, 2018).

Posteriormente, durante o mandato municipal de Pereira Passos (1902-1906), a partir dos ideais de beleza europeus, o Cais foi transformado em uma praça pública, onde foram construídos os Jardins Suspensos do Valongo (LOPEZ; SANTOS, 2019). Isso porque com a República recém proclamada, rememorar o Império não fazia parte dos projetos governamentais, e sim formar uma nova identidade por meio do esforço público (MORAES, 2016).

Diante dos aspectos mencionados acima, fica evidente que nos períodos colonial, imperial e republicano aconteceram tentativas de silenciamentos e de apagamento das memórias dos escravos e dos negros, propagando, assim, os preceitos e valores de uma sociedade branca, colonizadora e racista.

Patrimonializando a nossa gente: reconhecendo o Cais do Valongo

Com as Olimpíadas de 2016, foi iniciado o Projeto Porto Maravilha (2011) para que a cidade fosse revitalizada. Mas durante esse processo, o Cais do Valongo, até então soterrado, reapareceu e pesquisadores e estudiosos suspeitaram de que fosse realmente o porto onde atracavam os navios de escravos. Assim, iniciou-se um processo de preservação, que foi acatado pela prefeitura da cidade, em conformidade com a Lei Federal nº 3.924/61, que dispõe sobre os sítios arqueológicos da União, e do Decreto Municipal nº 22.872/2003, que estipula a obrigatoriedade da pesquisa arqueológica nas obras de intervenção urbana. Onde, após realizar

estudos, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) sugeriu que o local entrasse na Lista de Patrimônio Mundial. Então, em 2017, a Unesco o declarou Patrimônio da Humanidade (LIMA; SENE; SOUZA, 2016; LOPEZ; SANTOS, 2019).

Mas por que patrimonializá-lo? E o que é Patrimônio Cultural?

Segundo Poulot (2009), o Patrimônio Cultural visa promover a diversidade cultural, bem como preservar seus valores de referencialidade e pertencimento, sendo este exercido tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil. Além de que a cultura não está recortada da vida do sujeito, mas integrada, podendo assumir diversos significados pela população (MENESES, 2009).

Os patrimônios são representados por “artefatos, lugares e práticas, as diversas configurações desdobram-se através das sociabilidades que as cultivam, das afinidades que se estabelecem por seu intermédio, além das emoções e dos saberes que se experimentam nesse contexto” (POULOT, 2009, p. 203).

O patrimônio é ‘vivo’, ele é reelaborado a cada instante, com base na significação que a sociedade lhe atribui, é nesse sentido que o Cais do Valongo não deve ser compreendido como um monumento morto, materializado no tempo e no espaço, desprovido do sopro da vida. Muito pelo contrário, as pessoas que por vezes já tenham realizados práticas religiosas no local ou de capoeira, ou outras práticas socioculturais corroboraram para que esse espaço seja ressignificado cotidianamente, bem como quem passa na rua, os vendedores ambulantes e tantos outros indivíduos que convivem no Cais têm um papel fundamental em sua ressignificação. E são esses seres que dão ao patrimônio alma, cor e sentido. Afinal, conforme afirma Meneses (2009), esse bem cultural pode ter vários valores (cognitivos,

formais, afetivos, pragmáticos e éticos) que são variantes e não existem isolados, agrupando-se de formas variadas.

A patrimonialização é “resultante de reconstruções com base na classificação e na escolha, bem como de esquecimentos seletivos e de comemorações voluntaristas” (POIRRIER; VADELORGE, 2003, apud POULOT, 2011, p. 475). Evidentemente que em uma sociedade na qual vigora os preceitos racistas e cujas consequências da escravidão criam uma disparidade social gigantesca, não foi fácil patrimonializar o Cais do Valongo, esse processo demandou agentes da sociedade civil, como pesquisadores e integrantes do Movimento Negro.

Destarte, a questão do Cais do Valongo deu-se por meio de tensões e negociações, e até mesmo depois de ser considerado patrimônio ainda é permeado por essas questões, pois há uma luta para o reconhecimento de uma história que mostre as atrocidades dos brancos, o sofrimento dos negros e que, principalmente, seja resistência e corrobore para uma sociedade igual.

Além do mais, esse espaço público tornou-se um bem cultural por ser um dos marcos da desumanidade contra os africanos escravizados. E, atualmente, faz parte da história do Brasil, devendo ser inserida na luta para reforçar a resistência contra o racismo, pois são fatos como este que nos levam a reflexão e que devem vigorar como força em prol do respeito e de seus temas sensíveis.

Por uma educação como forma de resistência: possibilidades para o Ensino de História

Quando nos referimos à história do Rio de Janeiro, da mesma forma que a do Brasil e da América em geral, “pode ser contada a partir de diferentes pers-

pectivas, sendo uma delas a que valoriza sua vertente ‘maravilhosa’ e moderna em detrimento de uma que ressalte o elevado número de africanos destinados a escravização que nela desembarcou” (MORAES, 2016, p. 34). Priorizamos o segundo para tratarmos nas salas de aula e em pesquisas, a partir de uma perspectiva decolonial, que “implica a possibilidade de existência de um pensamento latino-americano que se oponha ao modo de pensar e de produzir conhecimento inaugurado pela modernidade europeia” (PAIM; PEREIRA, 2018, p. 1232-1233).

A decolonialidade objetiva pensar o colonizado, o outro, o subalternizado, em detrimento da perspectiva europeia que valoriza o colonizador, o homem branco e heterossexual, bem como a cristandade. (QUIJANO; 2005; MIGNOLO, 2017).

Os fios que permeiam o decolonialismo é de que a modernidade é uma narrativa complexa cujo cerne é a Europa, a fim celebrar suas vitórias (MIGNOLO, 2017, p. 2). Isso porque, ao mesmo tempo em que se vangloria suas conquistas, ela cria uma linha cronológica de “evolução” que é considerada como correta e coloca de escanteio outras realidades que não têm os mesmos valores dos europeus. Nesse sentido, a decolonialidade vem para agregar saberes e perspectivas outras.

Assim, trabalhar o Cais do Valongo por meio da perspectiva decolonial é trazer à tona aqueles que até hoje sofrem com os efeitos do colonialismo, reconhecendo-os enquanto sujeitos históricos e que seus conhecimentos tenham visibilidades. Destarte, ao abordar a temática em sala de aula, é preciso recordar acerca do cais que:

suas pedras exalam racismo, intolerância e opressão no limite, de modo que sua exposição provoca reflexões e inspira consciência social. Mais ainda, opera como um antídoto contra a amnésia social instalada em alguns dos mais dolorosos episódios

do regime escravista, entre eles, a chegada, pelo Cais do Valongo, de africanos para serem escravizados no Brasil. (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 301-302).

Sendo assim, é importante trabalhar com essas temáticas em sala de aula, a fim de sensibilizar os alunos sobre as dores, os sofrimentos e a objetificação dos seres. E, ademais, é possível tratar do próprio cais em sala de aula, ou mesmo, para as escolas do Rio de Janeiro situadas próximas ao mesmo, há a oportunidade de realizar uma atividade cultural. De qualquer, forma, o próprio local é símbolo de resistência e permite repensar nossas ações, os acontecimentos históricos e como os negros são tratados atualmente e nos posicionarmos na luta contra uma sociedade racista.

Ao puxar um fio para os dias de hoje, analisando os aspectos sociais e culturais, por meio de uma leitura benjaminiana, podemos desconstruir as nossas instituições históricas, como o poder hegemônico branco e mesmo a falsa superioridade masculina, ao reconhecermos que “não há um documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie” (BENJAMIN, 2007), visto que muitos bens culturais foram constituídos por meio da barbárie, do horror, do sofrimento e do sufocamento de almas e culturas. Então, torna-se um dever ético e político do professor em sala de aula tratar disso e fazer uma leitura a contrapelo, trabalhando com sujeitos, problemas e histórias, memórias e narrativas outras em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa maneira, acreditamos ser importante no Ensino de História decolonizar o pensamento eurocêntrico, as relações de poder e saber (PAIM, 2005). Isso implica abarcar a diversidade dos grupos étnicos africanos em sala, não mencionando apenas que havia uma ampla gama de escravos como simplesmente

mercadorias ou tratá-los isoladamente em duas páginas do livro didático. Mas, por meio do material didático, realizar uma abordagem a contrapelo, mostrando que “os africanos que aqui foram trazidos, ficaram destituídos do mundo em que nasceram, foram arrastados para fora do direito de viver a liberdade, a dignidade, os costumes, os quais, estavam inseridos em suas culturas e sistemas de crenças” (MASCARIN, 2017, p. 1). Abordando essas histórias outras, e desmistificando a ideia comum de uma adaptação e miscigenação pacífica. Afinal, esse processo de integração no Brasil colonial não foi desprovido de conflitos, muito pelo contrário, exigiu em troca vidas, sofrimentos e abdição de parte da cultura do escravizado. Mas que eles resistiram com muitas lutas e movimentos de libertação bem como de ressignificação cultural. Isso deve ser problematizado na educação básica.

Frequentemente os livros didáticos trazem os negros representados apenas na escravidão, sendo estes representados como um aspecto dentro da história política e econômica. Ademais, nesses quase 400 anos de escravidão, milhões de pessoas escravizadas foram trazidas para o Brasil, e outros milhares nasceram aqui, ademais, eles desenvolviam várias atividades produtivas, culturais e artísticas (BICHARA, 2008). Mas esses aspectos não são lembrados pelos currículos e pela história oficial, onde “a visão do negro representada é de pessoas que foram injustiçadas e tratadas como mercadorias ou animais. Porém, estas pessoas teriam reagido, o que é comprovado pelas revoltas e pelos quilombos” (BICHARA, 2005, p. 50). Portanto, devemos propor um ensino de História com abordagens outras, a fim de compreender os escravizados como produtores de conhecimento e que se fizeram e refizeram por meio de resistência e reinvenção de suas práticas culturais.

Rememorar como ato de resistência: algumas considerações

Diante de todas as mazelas da escravidão, seus percursos e consequências, bem como do Cais do Valongo, enquanto o maior porto de escravos do Brasil, foi possível compreender alguns aspectos devastadores da escravidão. Além dos silenciamentos que foram realizados por meio do Cais, na tentativa de apagar o passado escravagista. Porém, com a patrimonialização desse local, essa memória ressuscita o âmago da terra e faz-se viva em vários corações brasileiros, que há muito já reconheciam as desigualdades de nossa sociedade e lutam para reescrita de outras histórias.

Assim, para fazer jus a todos os escravizados e seus descendentes, bem como para construir um país pautado sobre os preceitos da igualdade e valores antirracistas, devemos resistir ao apagamento dessas memórias e silenciamento da história, por meio da abordagem decolonial, de um ensino sensível é possível encontrar caminhos com horizontes promissores.

Com isso, o Cais do Valongo é um espaço público de resistência e não consiste simplesmente em salvar uma cultura, mas também em fazer-se lembrar, em atos de cidadania ativa e participativa. Enfim, compreendemos o patrimônio do Valongo a partir das relações que as pessoas construíram no passado e no presente e que (re)significam-nas cotidianamente.

O Valongo emana resistência, racismo, opressão, intolerância e desigualdade social, política e econômica. Esse patrimônio evoca um trauma coletivo, um tema sensível, um passado/presente, por isso, nos convoca a uma reflexão crítica, a uma tomada de consciência e justiça social. Acreditamos na força desse patrimônio vivo como fundamental para trazer os esquecidos pela historiografia dominante há tantos séculos.

Mais do que isso, é preciso lembrar o passado, sim; mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto e/ou resgate ao passado, mas um lembrar ativo, de modo que algo semelhante não continue acontecer/acontecendo (BENJAMIN, 2007; GAGNEBIN, 2006). Portanto, é um lembrar para agir no presente em busca de direitos humanos, respeito à diversidade étnica e uma sociedade antiracista.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BICHARA, Márcia Regina Poli. Focando a discriminação em sala de aula: memória, história e ensino de História. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. Experiências de uma professora-pesquisadora: história e memória na educação para o melhor conviver. Cadernos CEOM: Chapecó, n. 28, v. 21, p. 107-126, jan./jul. 2008.

FRANCO, Dalton Rodrigues. Cais do Valongo: obstáculo hipocrático aos direitos fundamentais (1811-1831). Prima Facie: João Pessoa, v. 17, n; 35, p. 1-27, maio/ago. 2018.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar Escrever Esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALL, Gwendolyn Midlo. Escravidão e etnias africanas nas Américas: restaurando os elos. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. Anais do Museu Paulista: São Paulo, n. 1, v. 24, jan./abr. 2016.

LOPEZ, Mariana Pires Vidal; SANTOS, Rosana Soares dos. Cais do Valongo: reflexões sobre memória, turismo e preservação. Ritur: Penedo, v. 9, ed. Especial, p. 35-46, mar. 2019.

MASCARIN, Tereza de Fatima. Construção da memória do Valongo e Valores Humanos. Fragmentos Diversitas: São Paulo, v. 1, n. 8, p. 1-4, set./out. 2017.

MEDEIROS, Júlio César de. Germinal: morte e sepultamento de pretos novos no Rio de Janeiro do século XIX. Habitus: Goiânia, v. 10, v. 2, p. 173-185, jul./dez. 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Iphan: Brasília, v. 1, p. 25-40, 2009.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, maio/ago. 2017.

MORAES, Renata Figueiredo. A escravidão e seus locais de memória – o Rio de Janeiro e suas “maravilhas”. Odeere: Jaquié, n. 1, v. 2, jul./dez. 2016.

PAIM, Elison Antonio. Memórias e experiências do fazer-se professor. 532 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____; PEREIRA, Nilton Mullet. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. Educação e filosofia: Uberlândia, n. 66, v. 32, p. 1229-1253, set./non. 2018.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII ao XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHWARCZ, Lília. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor, raça e sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

O SITE “SOCIEDADES DA FASE MARAJOARA E ENSINO DE HISTÓRIA”: UM PRODUTO DIDÁTICO COMPARTILHANDO PROPOSTAS, EXPERIÊNCIAS E RECURSOS DIDÁTICOS

Mayco Bruno Cruz Costa¹

Na Educação Básica, o professor de História deve considerar as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para selecionar os objetos de conhecimento na organização de seus planos de curso, bem como das competências e habilidades mobilizadas a partir do estudo destes. As temáticas de História indígena perpassam por diversos objetos de conhecimento nos anos finais do Ensino Fundamental, podendo ser citado, por exemplo, no caso do 6º ano, os objetos de conhecimento “Povos da Antiguidade [...] nas Américas (pré-colombianos)” e “Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais”, se relacionando à várias habilidades orientadas nesta etapa, como a EF06HI05, EF06HI07 e EF06HI08² (BRASIL, 2017, p. 420-421). Ademais, o estudo de tais temáticas encontra-se em consonância com o disposto na Lei 11.645/2008, versando esta a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e indígena.

¹ Mestre em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFPa) e professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA). E-mail: brunocruz@gmail.com.

² Na BNCC, descrevem-se estas habilidades: “(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários [...] e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.; (EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades Antigas [...] nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades; (EF06HI08) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos [...] dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras” (BRASIL, 2017, p. 421)

Entre as possibilidades do trato destas temáticas, o professor pode encaminhar, junto aos estudantes, estudos sobre a Cultura Marajoara. No entanto, o uso deste termo incorre em esclarecimentos, conforme nos aponta a arqueóloga Denise Schaan:

“Cultura Marajoara” é um termo que vem sendo utilizado para denominar indistintamente três tipos de fenômenos: 1) uma cultura pré-colonial descoberta e estudada por arqueólogos. 2) um estilo estético de inspiração arqueológica, representado em produtos artesanais, principalmente cerâmica, e na arquitetura paraense; 3) a cultura do caboclo e vaqueiro habitantes da Ilha do Marajó. Em um sentido mais amplo, “marajoara” refere-se simplesmente àquilo que vem da Ilha de Marajó e a seus moradores. (SCHAAN, 2006, p.19).

Desta forma, uma possibilidade de recorte para o estudo da temática é o referente às sociedades da fase Marajoara³, que viveram no arquipélago do Marajó por volta dos anos 400 a 1300⁴. Eles desenvolveram importante produção ceramista, que alude a aspectos da dinâmica social e ritual, por exemplo, destas sociedades a partir dos usos dos artefatos e dos traços artísticos presentes nestes. Muitos destes vestígios materiais foram encontrados em “tesos”, morros artificiais construídos

³ Denise Schaan aponta um estudo dos arqueólogos Meggers e Evans (1957) no qual identificaram a presença de “fases” cerâmicas, sendo elas, em sequência cronológica: Ananatuba, Mangueiras, Acauã, Formiga, Marajoara e Aruã (SCHAAN, 2009, p. 142; 2007, p. 79). A autora salienta que a produção cerâmica das fases anteriores à Marajoara permite observar a continuidade de algumas técnicas herdadas, sendo aperfeiçoadas a partir desta fase, tais como o acordelamento, tecnologia de queima, antiplásticos usados e as formas básicas das vasilhas (SCHAAN, 2007, p. 80-81)

⁴ Denise Schaan aponta que um estudo de Meggers e Evans, a partir da análise da cultura material da região, identificou a presença de “fases” anteriores e posteriores à “fase Marajoara”. As anteriores seriam Ananatuba (aproximadamente 1500 a.C. a 900 a.C.), Mangueiras (aproximadamente 900 a.C. a 500 a.C.), acauã (aproximadamente entre os séculos IV a.C. e III d.C.) e Formiga (aproximadamente entre os séculos III e IX) (SCHAAN, 2009, p. 142)

por estas sociedades para o enfrentamento das inundações sazonais, demonstrando avanços no manejo de recursos naturais. Entre os objetos da cultura material desses povos encontrados em diversos sítios arqueológicos, podemos citar os vasos, as tigelas, as estatuetas, os bancos, urnas funerárias e tangas femininas.

Na atualidade, há muitas produções artísticas que se inspiram na cultura material dos índios Marajoara, principalmente no Estado do Pará, constituindo um dos elementos de identidade regional. De acordo com Amorim, a apropriação de elementos das culturas arqueológicas amazônicas pode ser observada em alguns polos de produção cerâmica artesanal no Pará: além de Icoaraci, são citados Santarém e Ponta de Pedras. No entanto, o distrito de Icoaraci destaca-se pela quantidade e qualidade das produções, sendo reconhecidos no Brasil e exterior (AMORIM, 2010, p. 29).

De acordo com Denise Schaan, a partir da década de 1970, olarias, principalmente do distrito de Icoaraci, em Belém-PA, re-interpretaram a cerâmica arqueológica amazônica, principalmente marajoara⁵. No entanto, apesar da influência, estes se destinam para usos diferentes, incluindo os fins decorativos⁶. Resultou na confecção de diversas peças que reproduziam as peças arqueológicas ou que se inspiravam nelas: pratos, vasos, estatuetas decorativas, cinzeiros, entre outros

⁵ Destaca-se neste contexto o ceramista Raimundo Saraiva Cardoso, o Mestre Cardoso, que pesquisou as técnicas de produção de cerâmica utilizada pelos indígenas e produziu réplicas, atuando posteriormente inclusive com a produção destas no próprio Museu Emílio Goeldi. De acordo com Schaan, Mestre Cardoso “tornou-se um ícone da produção cerâmica no Estado do Pará, vendendo seus trabalhos até para museus no exterior” (SCHAAN, 2009, p. 290)

⁶ De acordo com Anna Linhares, tais produções cerâmicas contemporâneas podem apresentar semelhanças com objetos arqueológicos e outras “quase nenhuma”, tendo algumas destas peças mesclas de grafismos de cerâmica arqueológica com elementos contemporâneos, constituindo um estilo próprio: o estilo Paracuri (LINHARES, 2017, p. 244).

produtos comercializados⁷ em feiras e lojas na cidade de Belém (PA) e constituem-se em um dos símbolos da cultura paraense. Hoje, tais produções sustentam famílias em uma economia apoiada por “órgãos públicos, privados, associações de classe e mídia” (SCHAAN, 2009, p. 290).

Considerando a relevância da temática, junto aos estudantes de uma escola pública do Estado do Pará, organizei um plano de ação que resultou em uma oficina de História e aulas-visitadas a dois museus: o *Campus* de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Forte do Presépio, que contam com artefatos da Cultura Marajoara, em seu acervo⁸. O plano de ação é parte de meus estudos para a produção de minha dissertação de mestrado “Cultura Material e as sociedades da fase Marajoara: possibilidades para o ensino de História no Ensino Fundamental II” (COSTA, 2020) no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). O programa, pela sua prerrogativa “profissional”, propõe articular o conhecimento atualizado, domínio de metodologia pertinente e aplicações orientadas para o campo do ensino de História (FERREIRA, 2018, p. 53). Desses esforços, o trabalho final deve resultar na produção de uma dissertação e na organização de um produto final resultante, direcionado aos profissionais, pesquisadores e outros partícipes deste campo de atuação.

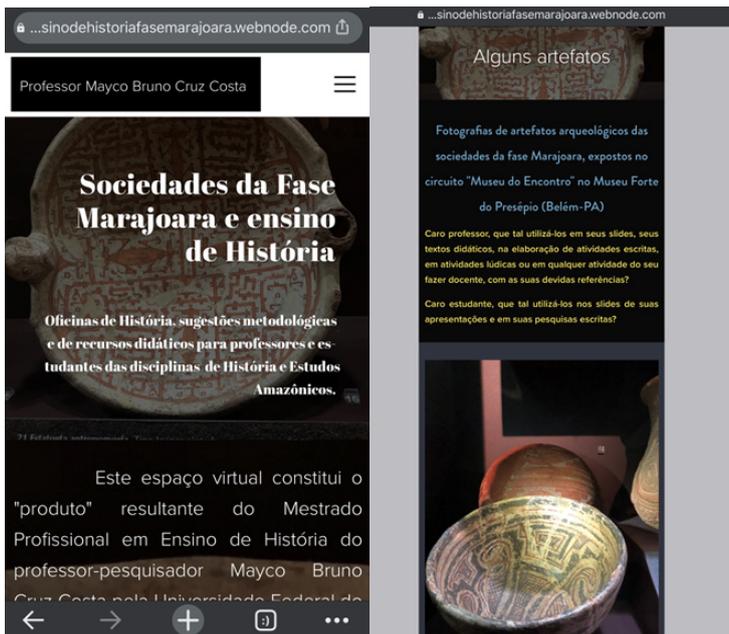
⁷ Nestas produções observam-se mesclas de simbolismos e traços iconográficos presentes em cerâmica arqueológica marajoara e símbolos pertencentes a outros povos indígenas, além de conter elementos e usos contemporâneos, como brasões de times de futebol regionais e nacionais. A respeito destas misturas, podemos usar o conceito de “hibridação” de Nestor Garcia Canclini, que o define como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. (CANCLINI, 2015, p. XIX).

⁸ Neste trabalho, não aprofundaremos a respeito das experiências resultantes das oficinas e aulas-visitadas realizadas. Iremos nos ater mais às características do produto didático desenvolvido a partir delas.

Nesse sentido, como resultado da pesquisa, foi projetado o *site* “Sociedades da fase marajoara e ensino de História”, disponível em <https://ensinodehistoria-fasemarajoara.webnode.com/>. Esse espaço virtual foi a materialização do esforço de compartilhamento das experiências profissionais e educativas vivenciadas com as oficinas e aulas-visita, assim como os recursos didáticos nelas utilizados, na abordagem da Cultura Marajoara com ênfase na fase Marajoara. O *site* é direcionado aos professores das disciplinas História e Estudos Amazônicos⁹ e oferece, igualmente, subsídios para estudantes do ensino fundamental e médio realizarem pesquisas acerca do tema.

A escolha por um *site* de internet como espaço para divulgação das atividades se deu pelo potencial de acesso por um público variado, não necessariamente cadastrado em alguma rede social ou aplicativo. O *site* “Sociedades da fase Marajoara e ensino de História” é estruturado em cinco seções, que são acessadas em seu *menu* principal: “início”, “oficinas”, “alguns artefatos”, “recursos didáticos” e “avalie-nos”.

Imagens 01 e 02: Capturas de tela a partir de um smartphone do site “Sociedades da fase Marajoara e ensino de História”. À esquerda (imagem 01), mostra-se a página inicial. À direita (imagem 2), a seção “Alguns artefatos”.



Fonte: sociedades da fase marajoara e ensino de história, 2020.

A seção “início” é formada por uma página que apresenta quatro aspectos importantes do produto¹⁰. Cabe destacar, considerando seu direcionamento ao público docente, uma subseção que expõe elementos constantes na BNCC que se relacionam à abordagem desta temática nos anos finais do Ensino Fundamental. Assim, enumeram-se objetos de conhecimento e competências dos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental que se alinham à temática, incluindo tais informações a fim de justificar a relevância do tema no currículo

¹⁰ São estes: uma breve apresentação do site; a relação da temática com a BNCC; um breve resumo sobre a temática; e as referências bibliográficas.

real para esta etapa de ensino. Outra subseção digna de nota é a que elenca as referências bibliográficas utilizadas para a construção do site, nas quais constam trabalhos relacionados às áreas da Arqueologia, História e Ensino de História; servindo como sugestões de leitura para professores, estudantes e pesquisadores interessados no tema.

A segunda seção do site é intitulada “Oficinas” e nela são citadas três experiências de ensino-aprendizagem de História como sugestão metodológica para a abordagem da Cultura Marajoara, acompanhadas de um breve relato de experiência. O título de cada oficina e aula-visita é acompanhado do dia em que ocorreu, ministrada pelo professor-pesquisador. Cada título serve como hiperlink, abrindo outra página na qual há a descrição dos procedimentos, dos recursos e do relato de experiência das oficinas e aulas-visitas. O leitor, portanto, pode clicar nos títulos para obter mais informação sobre as proposições metodológicas. As três experiências de ensino-aprendizagem constantes no site são:

a) “Oficina de História: Sociedades da fase Marajoara”, na qual o leitor encontrará informações referentes à oficina de História realizada em 16 de outubro de 2019, ocorrida em espaço escolar, que propôs apresentar a cultura material das sociedades da fase marajoara com fotografias e ilustrações projetadas, com o uso de data-show, ou impressas, disponibilizadas em texto didático distribuído aos estudantes, bem como no jogo lúdico “Cartas Marajoaras”.

b) “Aula-visita ao Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), com ênfase nas atividades do Projeto ‘Replicando o Passado’ durante a programação do Projeto ‘Museu de Portas Abertas’”, em que o leitor conhece uma experiência de aula-visita em que uma turma inteira de 6º ano conheceu réplicas de

artefatos arqueológicos de sociedades ceramistas da Amazônia pré-colonial do acervo da reserva técnica do Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi, entre elas a Cultura Marajoara, viabilizada a partir dos projetos “Replicando o Passado” e o “Museu de Portas Abertas”, do referido museu. Nesta página, o professor-pesquisador expõe uma síntese desses projetos do MPEG, apontando uma possibilidade de ensino de História com uma experiência de aula-visita a esse espaço, ocorrida em 23 de outubro de 2019. Na página está disponibilizada para download em formato PDF uma sugestão de atividade escrita, que direciona a escrita dos estudantes para a interpretação dos objetos expostos e suas significações no tempo com seus usos.

c) “Aula-visita ao Circuito Museu do Encontro no Museu Forte do Presépio (Belém-PA)”, onde o leitor encontra a proposição de uma aula-visita ao Museu Forte do Presépio para uma abordagem sobre a cultura material das sociedades da fase Marajoara, especialmente no circuito expositivo Museu do Encontro, onde estão expostos diversos artefatos marajoaras acompanhados de informações descritivas e/ou contextuais aportadas em legendas e painéis. As possibilidades de ensino de História estão acompanhadas de um relato de experiência de uma aula-visita ocorrida em 08 de novembro de 2019, compartilhada na página. Está disponível também para *download* em PDF uma sugestão de atividade escrita que direciona os estudantes para uma produção que explora habilidades diferenciadas: registros ilustrativos e escritos que mobilizam habilidades de observação, pesquisa documental (busca por informação nos painéis e nas legendas dos artefatos) e interpretação, levando-os a fazer inferências acerca do objeto ao longo do tempo.

A terceira seção do site é intitulada “Alguns artefatos”, em que doze artefatos marajoaras - expos-

tos no circuito Museu do Encontro no Museu Forte do Presépio (Belém-PA) – foram selecionados pelo professor-pesquisador e suas fotografias estão disponibilizadas para observação e/ou download. Intentou-se reunir, em um espaço virtual, fotografias e informações museológicas (exposição do Museu Forte do Presépio, 2020) referentes à cultura material de sociedades da fase Marajoara, disponibilizando-as para professores e estudantes interessados na pesquisa e/ ou no ensino-aprendizagem a respeito da temática.

Tais recursos divulgam e possibilitam um contato virtual com objetos do acervo do referido museu. Concordando com o exposto por Marcos Silva e Selva Guimarães (2012), “não podemos esquecer que o museu e o arquivo virtual não substituem o museu e o arquivo físico.” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 121). Estes autores defendem que a fotografia digital revela “muito da beleza” de um documento, mas que a experiência da visita e do contato direto com estes documentos possibilita sensações e acesso a aspectos da materialidade dos objetos que a digitalização suplanta. Por exemplo, ao discorrerem a respeito da microfilmagem de acervos documentais, consideram que os historiadores devem levar em consideração a materialidade dos documentos, pois revelam “informações intrínsecas da prática social estudada” e que “aquela caligrafia, aquele papel, aquela tinta, aquela rasura original ou de falsificação, a especificidade física do objeto tridimensional” não estão presentes no microfilme. Outra situação apresentada pelos autores, é em relação à escala, quando o espectador entra em contato com as proporções reais e, no caso das esculturas e outros documentos, não podem ser plenamente reproduzidos bidimensionalmente. Exemplificam que as telas do computador ou as reproduções em livros didáticos não garantem a sensação de comparar o tamanho das

produções artísticas ao seu corpo (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 120-122). E afixam que, “certamente, muito da beleza original se preserva na reprodução – o esquema de desenho, a composição, parte das cores –, mas, para as artes plásticas, a escala dessa obra é fundamental” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 121). Quanto à materialidade, explicam que:

No caso das artes plásticas, ver as obras originais permite avaliar mais detidamente dimensões de textura – a passagem da mão humana que trabalhou aquelas pinceladas –, diferenças entre ângulos de aproximação e outros aspectos que as reproduções fotográficas não resolvem. (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 121-122).

Com relação aos objetos reproduzidos no espaço virtual apresentado, consideraram-se as limitações impostas pelos registros fotográficos, tentando apresentar ao leitor, docente ou discente, as características inerentes ao objeto: sua forma, seus grafismos, suas cores, presenças de excisões e incisões, entre outras. No entanto, para compensar a problemática da escala, optou-se por exibir as dimensões do objeto, informações estas obtidas na exposição do referido museu.

A quarta seção do site é intitulada “Recursos didáticos”, em que são compartilhados três recursos didáticos organizados pelo professor-pesquisador: o “Material didático Cultura Marajoara”, o jogo “Cartas Marajoaras” e a videoaula “Cultura Marajoara”.

O “Material didático Cultura Marajoara” apresenta informações em linguagem escrita e imagética e está dividido em três partes: o primeiro tópico, nomeado “Culturas ceramistas na Amazônia pré-colonial”, apresenta informações acerca da ocupação humana na Amazônia anterior século XV e cita a produção ceramista dos povos da Cultura Santarém e da Tradição Mina, além da Cultura Marajoara. O segundo tópico,

chamado de “Os índios Marajoara”, informa acerca de aspectos de ocupação, técnicas, aspectos cotidianos, religiosos e relaciona a produção ceramista destes povos e seu contexto. A terceira parte – “Cultura Marajoara contemporânea” – apresenta a produção ceramista de diversas regiões do Pará que se inspiram nos traços artísticos das sociedades marajoaras de contexto arqueológico e destaca a mescla de elementos culturais de não-indígenas e de outras culturas indígenas sendo comercializados como “cerâmica marajoara”. Planejou-se, com o material, oportunizar um contato com informações em linguagem adequada aos estudantes do Ensino Fundamental e levá-los a buscar informações complementares de acordo com o interesse de cada um.

O referido material didático exibe algumas fontes históricas que intercalam e dialogam com o texto didático elaborado pelo professor-pesquisador. Trata-se de trechos de trabalhos produzidos por arqueólogos acerca da temática: um trecho do trabalho de Lima, Barreto e Betancourt (2016) que ressalta a relevância do estudo arqueológico dos objetos de cerâmica; um trecho do trabalho de Schaan (2009) que caracteriza a cerâmica marajoara; por fim, outro trecho de Schaan (2009) que descreve as tangas marajoaras. Além dos textos, constam fotografias que apresentam alguns artefatos produzidos pelas sociedades estudadas: vaso de cariátides da Cultura Santarém, urnas funerárias da Cultura Marajoara, tangas, vasos e uma tigela marajoaras. Está disponibilizado para download, no site, em formato PDF e intencionou-se oferecê-lo como ferramenta didática para aulas de História ou Estudos Amazônicos. Ademais, pode inspirar professores a adaptá-lo para o alcance de seus objetivos pedagógicos em espaço escolar ou, paralelamente, servir às demandas de pesquisa escolar de alguns estudantes do ensino

básico interessados na temática.

Este recurso didático também possui uma versão adaptada para atender estudantes com baixa visão, tendo ampliadas letras e imagens, garantindo acessibilidade às informações constantes neste material.

O jogo “Cartas Marajoaras” foi idealizado como uma possibilidade metodológica para o ensino de História das sociedades da “Fase Marajoara” a partir do contato com sua cultura material, aportado em fotografias e descrições obtidas por meio de estudos arqueológicos. Foi pensado para uma oficina de História em uma turma de 6º ano do ensino fundamental, permitindo uma adequação a outras séries e servindo para outros fazeres docentes e discentes no processo de ensino-aprendizagem de História. Este recurso buscou representar uma possibilidade de ensino-aprendizagem a partir do lúdico, garantindo o protagonismo dos estudantes em sua aproximação com a cultura material das sociedades estudadas, por meio das fotografias e informações escritas em cada carta manuseada, bem como pelas operações de observação e classificação direcionadas pela jogabilidade. Para disponibilizar o jogo, o professor-pesquisador compartilhou nesta seção três arquivos em PDF:

- a) O manual do usuário do jogo, no qual o professor-pesquisador apresenta as cartas do jogo (cartas artefatos e cartas especiais) e explica as regras do jogo;
- b) As cartas do jogo a serem impressas e recortadas, para assim serem manuseadas no jogo;
- c) Uma versão das cartas adaptadas para atender turmas de estudantes com baixa visão.

Para facilitar o entendimento do jogo aos docentes e discentes interessados, o professor-pesquisador preparou um vídeo e compartilhou nessa seção, também disponível em <https://www.youtube.com/>

watch?v=PcPNowKbOcm&t=39s.

A videoaula “Cultura Marajoara” não foi organizada para o plano de ação executado para a construção da pesquisa de mestrado, acima mencionada. Constituiu-se enquanto um recurso didático direcionado ao estudo da temática por estudantes do ensino fundamental e médio no ano de 2020, no contexto do ensino remoto emergencial diante da pandemia de COVID-19. Este instrumento foi disponibilizado no site com o intuito de contribuir nos fazeres docente e discente acerca da temática, nas aulas remotas de História e de Estudos Amazônicos, podendo este ser disponibilizado aos estudantes em salas de aulas virtuais ou em aplicativos de mensagens instantâneas. Além disso, apresentou-se este material como uma possibilidade de construção de um recurso didático construído com imagens e informações constantes no site “Sociedades da fase Marajoara e ensino de História”. Esta videoaula também está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=VdZ6OqUFy9E&feature=emb_logo.

A quinta seção do site é intitulada “avalié-nos”. Em se tratando de um espaço de compartilhamento de experiências de ensino-aprendizagem sobre a Cultura Marajoara pelo professor-pesquisador, projetou-se esse site como um espaço em permanente construção. Portanto, considerou-se importante submetê-lo à avaliação dos leitores, objetivando conhecer o público e suas sugestões, compreender os usos atribuídos ao site e observar as impressões causadas neles.

No questionário da seção “Avalie-nos”, a primeira pergunta é objetiva, de múltipla escolha. Para conhecer o público que participa daquela avaliação, pergunta-se “você é professor ou estudante?”. Cinco opções podem ser escolhidas: Professor; responsável de estudante (pais, avós...); estudante – ensino fundamental; estudante – ensino médio; estudante – graduação.

A segunda questão é subjetiva, requisitando uma pequena produção textual de avaliação do site. Nela lê-se: “Conte-nos o que achou do site. Como este site pode ser útil para você? O que você mais gostou? Sua opinião é muito importante”. A partir dela, pretendeu-se captar as impressões pessoais dos leitores, buscando observar o que consideraram mais relevante, o que os levou a buscar o site e se aquele espaço virtual pode ser útil aos seus objetivos.

Observando as avaliações de alguns leitores que prestigiaram o site em suas primeiras semanas de publicação, considerou-se um feedback bastante positivo. Os leitores, em sua maioria professores, elogiaram as propostas metodológicas e os recursos didáticos, salientando que levantam possibilidades para o uso junto às turmas em que atuam. Alguns professores consideraram que os recursos podem deixar as suas aulas dinâmicas, significativas e até mesmo divertidas. Um dos professores chama a atenção para a atividade direcionada aos estudantes com baixa visão, como aspecto que mais gostou no site. Um estudante de ensino médio, criticando o que considera o desprestígio da cultura local no currículo nacional da educação básica, elogia a valorização da temática e as possibilidades de uso dos recursos disponibilizados no site para a sala de aula.

Tais primeiras impressões dos leitores denotam o alcance dos objetivos iniciais da organização desse produto didático e encorajam sua divulgação para públicos mais amplos, em um esforço de contribuição para a construção de cada vez melhores práticas para o ensino de História no Brasil.

Referências Bibliográficas

- AMORIM, Lilian Bayma de. Cerâmica Marajoara A comunicação do silêncio. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 18 maio 2019.
- CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: editora EDUSP, 2015.
- COSTA, Mayco Bruno Cruz. Cultura material e as sociedades da fase Marajoara: possibilidades para o ensino de História no ensino fundamental II. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará – UFPA, Ananindeua, PA, 2020.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de História e a história pública?”. MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs). Que história pública queremos? São Paulo: Letra e voz, 2018. pp 49-58.
- LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristiana & BETANCOURT, Carla. Novos olhares sobre as cerâmicas arqueológicas da Amazônia. IN: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto & BETANCOURT, Carla Jaimés (orgs). Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese. Belém, IPHAN: Ministério da Cultura, 2016. pp. 19-31
- LINHARES, Anna Maria Alves. Um grego agora nu: índios Marajoara e identidade nacional brasileira. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- SCHAAN, Denise Pahl. Cultura Marajoara. Rio de Janeiro: Senac, 2009
- SCHAAN, Denise Pahl. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara. Revista de Arqueologia Pública, n.1, v.1, p. 19-30, 2006.
- SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. A sala de aula e o espaço virtual. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- SOCIEDADES DA FASE MARAJOARA E ENSINO DE HISTÓRIA. Disponível em: <https://ensinodehistoriafasemarajoara.webnode.com/>. Acesso em 14 novembro 2020.

A IMPORTÂNCIA DA IGREJA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES PATRIMÔNIO DA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PERNAMBUCO

Sérgio Villarim Alves da Silva¹

Introdução

O Parque Histórico Nacional dos Guararapes foi instituído numa área tombada no ano de 1955 pela antiga Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), hoje em dia chamado de IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde foram travadas as batalhas de Guararapes, tendo a extensão de 250 hectares, sendo criado em 1971 a partir da necessidade de preservar o local como um parque público nacional.

A área do parque era, nos primórdios da colonização, utilizada para a cultura de cana-de-açúcar, que foi desmembrado dos engenhos de Santo André de Muribeca e Guararapes. E foi no engenho de Guararapes, segundo Bento (2004), chamado de Montes Guararapes, onde foram travadas as batalhas de Guararapes, em abril do ano de 1648 e também em fevereiro do ano de 1649.

Como símbolo da vitória nas batalhas supracitadas foi erguido uma capela e essa edificação começou a dar corpo ao conteúdo imaterial do local, e que também ajudou a auxiliar no tombamento do local. Assim, o parque é detentor de uma grande variedade de atributos que o fazem relevante em aspectos ambientais, paisagísticos, turísticos, urbanísticos e histórico-cul-

¹ Mestrando em História Profissional pela Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP – Graduado em Licenciatura Plena em Geografia, FUNESO. Especialização no Ensino de Geografia – UFPE. (sergiovillarim@gmail.com)

turais.

Neste local está a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, um dos exemplares mais importantes da Igreja Católica no país, seja por sua arquitetura e também pelo seu conteúdo artístico, bens materiais e imateriais. Também é sabido que no altar principal da edificação, estão sepultados os restos mortais de dois heróis da Insurreição Pernambucana, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira.

Portanto, pensando sob a perspectiva do que foi apresentado anteriormente, este trabalho tem como objetivo abordar a importância histórica que a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres tem para a região da cidade de Jaboatão dos Guararapes. Para chegar a este objetivo geral, foram realizados alguns objetivos específicos, sendo eles:

- a. Apresentar o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, seu histórico e contextualização na sociedade pernambucana e brasileira;
- b. Realizar a apresentação da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, sua arquitetura e bens materiais localizados na mesma;
- c. Demonstrar como a gestão é necessária e importante para a preservação desse local e desse prédio.

O parque Histórico Nacional dos Guararapes

O Parque Guararapes, onde foi instituído o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, está localizado no estado de Pernambuco, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife (capital do estado), ficando a cerca de 15 km da capital. Na figura 1 é possível compreender a localização do parque dentro da cidade.

Figura 1: Localização do parque em relação à cidade de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: IPHAN (1980)

O Parque Histórico Nacional dos Guararapes foi instituído numa área tombada no ano de 1955 pela antiga Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), hoje em dia chamado de IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde foram travadas as batalhas de Guararapes, tendo a extensão de 250 hectares, sendo criado em 1971 a partir da necessidade de preservar o local como um parque público nacional.

Segundo documento da FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco (2003), no dia 19 de abril de 1971 foi homologada através do Decreto Federal Nº 68.527 a criação do parque como Monumento Nacional, chamando-o de Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes (PHNG), sendo agora um patrimônio artístico e histórico do Brasil. De acordo com Montenegro (2014), os bens ao serem tombados,

[...] são submetidos ao Decreto-Lei nº 25/1937, que regula a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse dispositivo legal determina a obrigatoriedade de aprovação prévia para intervenções nos bens tombados e nos seus entor-

nos (nestes para a preservação da visibilidade dos bens), e designa o IPHAN como órgão responsável por essa regulação. (MONTENEGRO, 2014, p. 40)

Compreende-se que o conceito de patrimônio está vinculado à ideia de quão aquele bem é excepcional e monumental (edificação), e também do conjunto urbano onde ele está inserido, principalmente o legado material do período colonial brasileiro. Na década de 1970 esse conceito foi ampliado e também compreendeu os legados culturais e históricos da sociedade brasileira, passando a incluir bens da cultura indígena, afro-brasileira e também popular. Porta (2012) compreende que nessa década foram revisados os aparatos do governo para preservação dos bens e cultura nacional.

A área do parque era, nos primórdios da colonização, utilizada para a cultura de cana-de-açúcar, que foi desmembrado dos engenhos de Santo André de Muribeca e Guararapes. E foi no engenho de Guararapes, segundo Bento (2004), chamado de Montes Guararapes, onde foram travadas as batalhas de Guararapes, em abril do ano de 1648 e também em fevereiro do ano de 1649. De acordo com documentos do IPHAN (2010), esses conflitos, compreendidos como Insurreição Pernambucana, foram realizados com a participação dos militares portugueses e também da sociedade local.

E foi pela motivação histórica desses conflitos que o local foi tombado e reconhecido pelo Exército Militar Brasileiro, sendo compreendido como o palco da primeira manifestação da nacionalidade brasileira e da formação dessa entidade governamental (MONTENEGRO, 2014, p. 54). Na figura 2 pode-se observar uma pintura à óleo que representa a batalha de Guararapes.

Figura 2: Batalha dos Guararapes (1875-1879), óleo sobre tela



Fonte: MEIRELLES, museu nacional das belas artes, rio de janeiro

Segundo Montenegro (2014, p. 55), “o tombamento da área está associado às suas características topográficas e à escolha do lugar para a realização das batalhas, que integrou a estratégia militar de proteção do território do Nordeste brasileiro no século XVII”, complementando, o documento do IPHAN (2010), compreende que,

As colinas, os estreitos vales e a chã alagada até o mar que deixava como única passagem a estreita faixa de terra seca ao pé dos morros fizeram parte de um sistema de defesa pelas características morfológicas, em cujos altos era possível o controle da costa, desde Olinda até o Cabo de Santo Agostinho. (IPHAN, 2010, p. 6)

Como símbolo da vitória nas batalhas supracitadas foi erguido uma capela e essa edificação começou a dar corpo ao conteúdo imaterial do local, e que também ajudou a auxiliar no tombamento do local. Assim, o parque é detentor de uma grande variedade de atributos que o fazem relevante em aspectos ambientais,

paisagísticos, turísticos, urbanísticos e histórico-culturais.

A área no entorno do parque conta com várias ocupações habitacionais, que foram retiradas e relocaladas em diversas ocasiões. Essas ocupações são, em sua maioria, por edificações em caráter residencial (figura 3), porém com carência geral de infraestrutura urbana e também de serviços essenciais públicos e privados, com condições precárias de saneamento básico e de serviços necessários para a sobrevivência da população que está ali instalada.

Figura 3: Visão do assentamento localizado no Parque Histórico Nacional dos Guararapes



Fonte: SILVA (2018)

No entorno da ocupação existem prédios de grande e médio porte que são utilizados para fins comerciais, industriais e de estoques. De acordo com Montenegro (2014),

No ano de 2002, com base no Censo de 2000, o Plano Diretor do PHNG estimou uma população de 30.000 habitantes e uma ocupação de 4,04 habitantes por unidade familiar no Parque Guararapes. Sobre essa população, o Censo indicou que 71,61% dos chefes de família tinham renda inferior a dois salários-mínimos. Sobre os imóveis, foi identificado que 77% eram próprios, 19% alugados e 5% cedidos ou com outros regimes de ocupação. Apenas 9,3% estavam ligados à rede geral de esgotos e a coleta de lixo domiciliar atendia apenas a 60% dos domicílios. (MONTENEGRO, 2014, p. 72-73)

Ao longo das últimas décadas a urbanização do entorno do Parque Histórico Nacional dos Guararapes cresceu grandemente. Ao norte do parque está localizado o Aeroporto Internacional dos Guararapes, já ao sul estão as margens da Estrada da Batalha e da Avenida Barreto de Menezes, com indústrias, comércios e outros serviços. Ao oeste do parque está a Rodovia BR-101, um dos eixos viários mais importantes da região metropolitana de Recife, já ao leste está a Estrada da Batalha, um importante corredor de comércio e serviços.

A igreja de Nossa Senhora dos Prazeres

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres situada no Parque Histórico Nacional dos Guararapes, de acordo com Silva (2012),

[...] surgiu a partir de uma capela erguida pelo general Francisco Barreto, nos montes Guararapes, no século XVIII, como fruto da tradição oral segundo a qual Nossa Senhora teria aparecido na primeira batalha dos Guararapes alimentava o imaginário da restauração. (SILVA, 2012, p. 39)

É um monumento de extrema importância para a história e cultura do local, e segundo Frei (2014), no local onde ela foi fundada e erguida,

[...] sob o comando de Francisco Barreto de Menezes, venceram os holandeses em 1649. Anos depois, em 1656, foi erigida uma capela em ato de gratidão, em terrenos foram doados aos beneditinos de Olinda. Eles ampliaram a construção, acoplando uma nave à antiga capela, e a ornaram com os três retábulos existentes em estilo nacional português. O exterior da igreja modificada, tal como se apresenta atualmente, é precedido por imenso adro no terreno em aclave no qual se encontra o cruzeiro sobre base escalonada. (FREI, 2014, n.p.)

À época da fundação da igreja, o local se chamava Freguesia de Maranguape, sendo localizada no município de Paulista, cidade litorânea da região metropolitana de Recife. Hoje em dia a cidade é chamada de Jaboatão dos Guararapes, e está a cerca de 10km da cidade de Olinda e 14km da cidade de Recife. Porém, de acordo com Silva (2018, p. 61), “deve-se ressaltar que tais distâncias são medidas nos dias atuais, não levando em consideração o trajeto realizado pelo transporte da época, o cavalo”. Na figura 4 é possível observar a localização da igreja em relação às cidades vizinhas.

Figura 4: Localização da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: SILVA (2018)

A igreja, de acordo com Silva (2018, p. 67), “está localizada no topo do outeiro junto com a casa paroquial, numa situação proeminente, que possibilita uma boa visibilidade e posição estratégica”. Pensando no que foi dito por Tenório et al. (2006), a igreja Nossa Senhora dos Prazeres foi pensada para possibilitar a expansão de núcleos e cidades em seu entorno, apesar de distante do centro da sede de Olinda. Percebe-se ain-

da que, a Igreja Nossa Senhora dos Prazeres está voltada para o seu pátio, assim como as igrejas próximas aos centros urbanos (TIRAPELI, 2006, p. 22).

De acordo com Montenegro (2014), a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres é considerada um dos exemplares mais importantes da Igreja Católica no país, seja por sua arquitetura, também pelo seu conteúdo artístico, bens materiais e imateriais. Também é sabido que no altar principal da edificação, estão sepultados os restos mortais de dois heróis da Insurreição Pernambucana, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira. Na figura 4 é possível observar a fachada e o cruzeiro, e na figura 5 é possível observar a fachada lateral da igreja.

Figura 4: Fachada e cruzeiro da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: REIS (2014)

Figura 5: Fachada lateral da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: REIS (2014)

Na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres são realizadas cerimônias religiosas normais, como missas e celebrações, e todo ano a Ordem Beneditina traz uma festa em homenagem a padroeira, com procissões e missas especiais. Juntamente à celebração festiva religiosa é realizada uma festa na cidade chamada de Festa da Pitomba, relacionada com a fruta de mesmo nome, que era abundante na área na época da inauguração da igreja.

A festa da Pitomba (figura 6), que é promovida pela prefeitura da cidade de Jaboaão dos Guararapes, é extremamente importante na área, onde há a reativação do local, com apresentações musicais e artísticas, comércio de artesanato típico da região. A festa acontece, de acordo com De Mello (1971), em um espaço comumente utilizado como campo de futebol, em que

também é anualmente realizado o espetáculo teatral A Batalha dos Guararapes, por uma empresa privada, com o apoio da prefeitura do município e também do Exército Militar Brasileiro.

Figura 6: Festividades de Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: Diário Pernambucano (2019)

Em documento assinado pelo general Francisco Barreto de Menezes, em oito de novembro de 1656, que dispõe sobre a doação da capela existente no local para a Ordem Beneditina de Olinda, consta, textualmente, a seguinte ressalva: “neste altar deverá ser celebrada missa todos os dias santos, e todos os anos deverá exaltar Nossa Senhora dos Prazeres, com grandes festejos e muita pompa”, e a partir de então os beneditinos (responsáveis pela igreja) cumprem esse compromisso, que ocorre a partir da segunda-feira após o domingo de páscoa.

Preservação e importância da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres

Segundo documento do IPHAN (2018), a implantação da igreja no alto de um monte, com área livre em seu entorno imediato, contribui para uma maior percepção e destaque do monumento. A vegetação ao seu redor proporciona leveza ao monumento, que dialoga com o cruzeiro em pedra situado no grande pátio à sua frente. Neste mesmo pátio é onde a festa da Pitomba e também a festa em homenagem à padroeira é realizada anualmente.

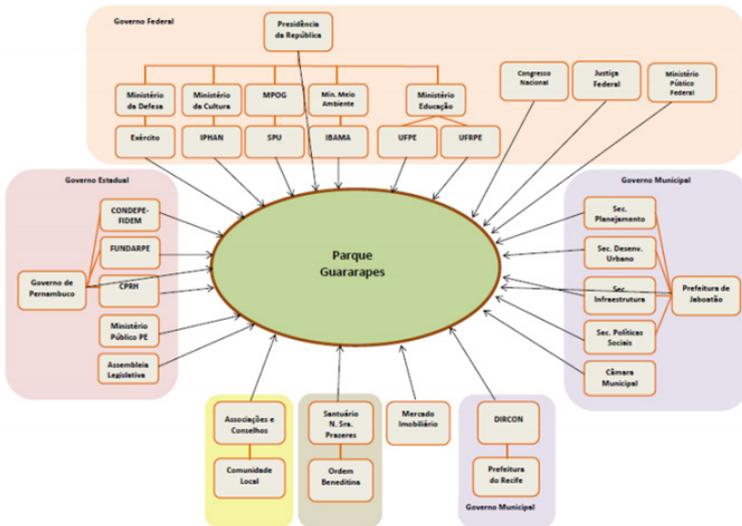
O local em que a igreja está inserida e localizada estrategicamente, de acordo com a cultura e história da guerra ali travada, o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, é o único local de guerra tombado como patrimônio brasileiro, devido a sua importância, não somente histórica, mas também cultural e de liberdade para o povo pernambucano. Assim, para que seja preservado esse patrimônio, seja em sua ambiência ou visibilidade histórica,

[...] em conformidade com o Decreto-Lei nº 25/1937, foram instituídos diversos instrumentos normativos. A Portaria IPHAN nº 22, de 26/09/1974, definiu a área de proteção de ambiência e visibilidade dos Montes Guararapes, conhecida como “cone de proteção da visibilidade”, que compreende o território situado entre os morros e o litoral. A referida portaria limitou em três pavimentos o gabarito máximo permitido nessa área, com o objetivo de garantir a ambiência natural e manter a visão da paisagem do litoral obtida no alto dos montes. Essa proteção foi reafirmada pela Portaria IPHAN nº 09, de 22/07/1977. (MONTE-NEGRO, 2014, p. 97)

A matriz institucional do Parque Guararapes foi identificada a partir do seu marco regulatório, com o

objetivo de elucidar as responsabilidades e as funções de cada um dos atores envolvidos na gestão do espaço. Ao permitir que os gestores visualizem as organizações que, de forma integrada, devem desempenhar determinadas atividades. Essa matriz constitui-se um instrumento facilitador dos processos de acompanhamento, tomada de decisões e coordenação (TENÓRIO, 2005, p. 83). Assim, a gestão do parque toma várias esferas participativas, que podem ser vistas na figura 7.

Figura 7: Esfera participativa para preservação do Parque dos Guararapes



Fonte: MONTENEGRO (2014)

Assim, para que o parque e também a igreja sejam preservados e, por consequência, sua história e cultura que tem tanto a oferecer para a cidade, é preciso que essas instituições realmente se dediquem a conter os problemas e auxiliem para que haja a melhor gestão de todo o local e de tudo que está instalado no mesmo.

Considerações Finais

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, localizada no Parque Histórico Nacional dos Guararapes, é não somente um edifício importante para os estudiosos e praticantes da religião católica, mas sim um local e uma edificação de extrema importância para a cultura da região da cidade de Jaboatão dos Guararapes. Essa importância não vem somente do histórico do local, que foi o ambiente onde as batalhas da Insurreição Pernambucana foram realizadas, mas também é um local onde são feitas homenagens à própria população de Pernambuco e da região.

Assim, é necessária não somente a preservação pelo contexto histórico, mas também econômico e cultural, já que anualmente é realizada uma grande festa em homenagem à padroeira, mas que traz não somente alegria a própria cidade, mas turistas que movimentam a parte financeira do município e que auxiliam na propagação da cultura pernambucana pelo país.

Referências Bibliográficas

BENTO, Cláudio Moreira. As Batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar. Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. A igreja dos Guararapes do Invocação de Nossa Senhora dos Prazeres: sua fundação em 1656 e ampliações posteriores; com uma notícia acerca da romaria e devoções de sua festa. Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1971.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Festa da Pitomba chega a 362ª edição com programação religiosa e show gratuitos. Abril de 2019. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vindaurbana/2019/04/festa-da-pitomba-chega-a-362-edicao-com-programacao-religiosa-e-show.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

FREI, Macário de São João. Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (Jaboatão). Acervo Memória Viva, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/179771>>. Acesso em: 15 out. 2020.

FUNDAJ – FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes dos Guararapes. Dezembro de 2003. Disponível: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=659%3Aigreja-de-nossa=-senhora-dos-prazeres-dos-montes-guararapes&catid=44%3Aletra-i&Itemid=1>. Acesso em: 15 out. 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Boletim Pró Memória. Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Cultura. Brasília, Vol. 8. 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_08.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Encarte Rotas do Patrimônios. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/1_rota_patrimonio_nossa_sra_prazeres_jaboatao_pe.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

MONTENEGRO, Gisela Amado de Albuquerque. A gestão do Parque Histórico Nacional Dos Guararapes: análise e proposições. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. PORTA, Paula. Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Brasília: IPHAN, 2012.

SILVA, Anderson José da. Análise de mapa de danos das fachadas de igrejas históricas tombadas localizadas no município de Jaboatão dos Guararapes. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

SILVA, Leandro Patrício da. De Guararapes veio tudo”: representações da pernambucanidade no discurso dos políticos pernambucanos, 1979–1986. 2012. 142 f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–História Social da Cultura Regional, Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

SILVA, Mariana Freitas da. Igreja e Casa Paroquial Nossa Senhora dos Prazeres no Município do Paulista/PE: contexto histórico, caracterização técnica e fases construtivas. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

TENÓRIO, Douglas Apratto; ALMEIDA, Leda Maria de; DANTAS, Cármem Lúcia. Arte sacra em Alagoas: um tesouro da memória. Brasília, editora Senado Federal, 2006.

TIRAPELI, Percival. Arte colonial: barroco e rococó. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

**PENSANDO A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA
PROFESSORA YOLANDA PERALTA A PARTIR DO CEMITÉRIO
SANTA IZABEL NO DISTRITO DE ICOARACI (BELÉM/PA)**

Marco Antônio Coelho Soares¹

As possibilidades abertas pelos estudos dos cemitérios para a compreensão das sociedades são bastante amplas. A ampliação do conceito de patrimônio nos dias atuais abre diversas possibilidades de leitura das sociedades. Não faltam, nos dias de hoje, autores que se dediquem a pesquisar sobre os cemitérios brasileiros, a exemplo do trabalho de Maria da Conceição Vilela Franco sobre a monumentalização das necrópoles brasileiras.

Ao cotejar a bibliografia internacional e brasileira sobre os processos da criação e transformação dos cemitérios públicos extramuros, alguns aspectos podem ser ressaltados. O primeiro é o fato de a maioria das abordagens se dedicarem principalmente ao estudo da transferência dos enterramentos das igrejas católicas para os cemitérios extramuros criados, entre meados do século XVIII e meados do XIX, para afastar os mortos do convívio dos vivos. O segundo relativo às construções tumulares, simbologias presentes nas necrópoles brasileira da segunda metade de século XIX (FRANCO, 2019, pg. 19)

Segundo essa autora, os estudos cemiteriais se dividem basicamente em duas tendências: autores que discutem o processo de dessacralização dos cemitérios e autores que trabalham os aspectos mais palpáveis do patrimônio material, a arquitetura tumular, o aspecto

¹ Professor na Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA) e da Secretaria Municipal de Educação de Barcarena (SEMED). Discente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Pará (campus de Ananindeua).

artístico das lápides, as cruzeiros. Nosso interesse é, além de discutir o cemitério enquanto lugar de memória da cidade, compreender a relação entre os alunos da escola professora Yolanda Leduc Peralta e o cemitério de Santa Isabel em uma perspectiva histórica e discorrer, também, acerca das sociabilidades presentes naquele espaço.

Podemos definir o cemitério em um primeiro momento como o destino final dos mortos, a última morada de todos nós. Contudo é também um lugar com amplas possibilidades para ser mais. Elisiana Trilha Castro em dissertação defendida em 2008 discute as inúmeras possibilidades para o recinto dos mortos:

Mas ele pode se configurar em algo mais, se for visto a partir de sua introdução como objeto de interesse histórico, artístico e cultural. Pode se tornar um museu tendo, como acervo, sua arquitetura funerária ou um sítio histórico, no qual está registrada a memória de uma localidade. Também pode ser ainda, um espaço de lazer, no qual estão, ilustres e famosos sepultados, em uma atração a mais para o mercado turístico. Três possibilidades, relacionadas aos cemitérios, que aparecem com regularidade quando os mesmos são alvos de preservação. (CASTRO, 2008, p. 17)

Em cidades como São Paulo, Buenos Aires e Paris, cemitérios estão incluídos na lista de atrações culturais, locais abertos à visitação pública, importantes repositórios da memória local. Em Belém, o cemitério de nossa senhora da Soledade no bairro de Batista Campos e o cemitério de Santa Isabel no bairro do Guamá, embora não formalmente parte do circuito turístico da cidade, recebem número razoável de visitantes, seja por razões religiosas: a devoção a determinados mortos por parte da religiosidade popular local²; seja por

² Segundo a Agência Belém, órgão oficial de comunicação da prefeitura de Belém no feriado de finados são muito comuns as visitas no cemitério de Santa Isabel, no bairro do Guamá, o maior de Belém, aos túmulos dos

acadêmicos que em aulas passeios ou em visitas monitoradas utilizam o cemitério como objeto de análise, pelo seu valor arquitetônico, principalmente³.

Fundado em 1889 o cemitério Santa Izabel no distrito de Icoaraci foi criado como parte de um processo de secularização dos cemitérios, ou seja, de transferências dos mesmos da administração clerical para a autoridade secular e do terreno sagrado das igrejas para áreas mais afastadas do centro das cidades, em um perspectiva higienista, de ordenamento e higienização dos espaços urbanos. Conforme já mencionado, a ideia é trabalhar a educação patrimonial em sala de aula a partir da análise deste cemitério. A ideia é utilizar esse cemitério como objeto de estudo nas aulas de história dos anos finais do ensino fundamental.

Nas últimas décadas o campo do ensino de história tem incorporado novas práticas, novos elementos, novas abordagens teórico- metodológicas visando romper com o quadro descrito pelos dois fragmentos abaixo:

O ensino de história vive atualmente uma conjuntura de crise, que é seguramente uma crise da história historicista, resultante dos descompasso existentes entre as múltiplas e diferenciadas demandas sociais e a incapacidade da instituição escolar em atendê-las ou em responder afirmativamente, de maneira coerente a elas (NADAI, 1992, pag.144)

chamados santos populares, alvo de grande devoção popular, embora não oficialmente reconhecidos pela igreja católica. Recebem grande fluxo de visitantes os túmulos de pessoas como Josephina Conte, conhecida como a moça do taxi e o médico Camilo Salgado, entre outros. Nos cemitérios da Soledade e de santa Isabel a segunda feira é tradicionalmente conhecido como o dia das almas, dia em que o túmulo desses santos populares costumam receber a visitação de considerável número de devotos.

³ Cemitério da Soledade recebe visitas monitoradas. Disponível em [casado-patrimoniopa. Wordpress.com/2014/04/14/cemitério-da-soledade-recebe-visitas-monitoradas/](http://casado-patrimoniopa.wordpress.com/2014/04/14/cemitério-da-soledade-recebe-visitas-monitoradas/)

Em se tratando do predomínio de um ensino mecânico, pautado na memorização, basta conversar com alunos egressos de uma escolarização básica completa, isto é, com pessoas que concluíram os estudos secundários, para perceber quão pouco resta dos conhecimentos estudados nas aulas de história. Nada mais do que fragmentos desconexos de fatos, datas, nomes, muitas vezes sobrepostos aleatoriamente, formando um “samba do crioulo doido”, tal como denuncia Sergio Porto na sua música homônima (CAIMI, 2007, pag. 20)

Embora separados por 15 anos, os dois fragmentos acima relacionam-se a uma mesma problemática e parecem bastante atuais: a de um ensino de história fortemente baseado na memorização e demasiadamente desvinculado da realidade do aluno. Ensino este caracterizado muitas vezes por um verbalismo vazio e de difícil compreensão pelo educando.

A ideia inicial desse trabalho surgiu de uma necessidade constatada durante o exercício do magistério na escola Yolanda Peralta: tornar os conteúdos de história menos abstratos e de mais fácil compreensão para os alunos do ensino fundamental, tendo em vista as especificidades desse público e a realidade específica desta escola. Ao longo de 12 anos na escola, não poucas vezes, deparei-me com questionamentos por parte de alunos, particularmente curiosos e inquietos, que me levaram a fazer importantes reflexões. Perguntas do tipo: “Professor por que eu tenho que estudar algo que aconteceu no Egito antigo, milhares de anos atrás?”, ou ainda “Professor que diferença isso faz para a minha vida?”

Motivado pela necessidade de tornar os conteúdos mais compreensíveis para os alunos, tornar a história algo mais palpável para os mesmos, a partir de elementos que eles conheçam, que façam parte de sua realidade cotidiana, que tomem como ponto de partida as suas vivências. Por mais interessante que o

conteúdo trabalhado na disciplina possa parecer para o professor é sempre importante ter em vista que os alunos podem não compartilhar da mesma percepção.

A educação patrimonial a partir de um elemento que está tão incorporado naquela comunidade como o cemitério configura se nesse contexto como um importante instrumento para despertar o interesse do aluno pela história do seu lugar, do espaço onde este vive. Memória e identidade são conceitos intimamente relacionados ao patrimônio. O trabalho com estes amplia as possibilidades de abordagem dos conteúdos pelo professor. A professora Maria de Lourdes P. Horta traz uma interessante definição de educação patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 1999, pag. 4)

Esse “processo contínuo de criação de cultura” traz em seu escopo uma grande riqueza de possibilidades para o professor. Ao longo de toda a minha vida de estudante da educação básica, passada em escolas de Icoaraci, nunca tive a oportunidade de estudar acerca do patrimônio local, mesmo sendo o distrito de Icoaraci um lugar extremamente rico em possibilidades para educação patrimonial. O cemitério Santa Izabel nem mesmo era percebido como patrimônio. No caminho da escola para a casa eu passava diariamente pela fren-

te de partes importantes desse patrimônio (incluindo o cemitério) sem ter consciência dessa importância. Tentar alterar esse estado de coisas, fazer com que o patrimônio local seja parte da vivência escolar dos meus alunos e aproveitar as ricas possibilidades trazidas pelo cemitério para a educação patrimonial foi uma das motivações deste trabalho.

Flavia Caimi em artigo publicado em 2006 faz uma importante reflexão sobre o descompasso entre o universo de interesses dos alunos e o conteúdo trabalhados em sala na disciplina história:

Um dos bordões mais citados atualmente, presença invariável nos manuais de pedagogia mostra que “o professor deve partir do que o aluno quer aprender, levando em conta os seus interesses”. (...) Se fosse considerado de modo apropriado e com seriedade pelo professor, tal postulado poderia contribuir para fazer da aula um espaço de curiosidade, envolvimento, questionamento, dúvida, enfim de efetivo interesse pelo conhecimento. (CAIMI, 2006, pag.23)

A autora considera que ao ignorar o universo de interesses e significados do aluno, o professor acaba deixando de explorar ricas possibilidades de aprendizado, fazendo com que o conteúdo torne-se demasiadamente abstrato, desvinculado da realidade que o cerca, cheio de conceitos de difícil compreensão e assimilação pelo aluno.

Elza Nadai (1992, pag. 143) afirma que as transformações pelas quais as sociedades passavam, com o advento da tecnologia, ampliaram as possibilidades de pensar “o fazer e o escrever história”. Esse período, entretanto, é extremamente fértil em possibilidades de repensar os pressupostos teórico- metodológicos que orientam o trabalho do professor de história, obrigando-o a propor experiências novas, em um esforço no sentido de superar o modelo tradicional introduzido

no século XIX.

Foi sob esse pressuposto que desenvolvemos o trabalho que agora será relatado: a necessidade de romper com uma concepção mecânica de ensino de história, pautado na memorização dos conteúdos e a necessidade de dotar estes mesmos de sentido para os alunos, partindo da sua realidade objetiva.

Partindo da necessidade de tornar o conteúdo trabalhado menos abstrato e de mais fácil compreensão para os alunos do 8º e 9º anos do turno da tarde da escola Professora Yolanda Leduc peralta, e tendo em vista a proximidade com o aniversário de 150 anos de Icoaraci, comemorados em outubro de 2019, foi realizado um trabalho com as turmas sobre a fundação do distrito de Icoaraci, sua história, seu patrimônio. Nessa ocasião foram trabalhados alguns conceitos como memória, identidade e patrimônio nas aulas de história durante os meses de agosto e setembro daquele ano. A escola iniciara há pouco um trabalho com temas geradores. O tema naquele ano foi “lendo e relendo Icoaraci”.

O objetivo deste trabalho baseado neste tema gerador era conhecer melhor a realidade local e desenvolver atividades mais adaptadas aquela realidade, procurando perceber que leitura os alunos possuíam desta, sempre com uma pergunta em mente: o que é Icoaraci? Um distrito? um bairro de Belém? (Muitos alunos quando perguntados sobre o bairro onde residem afirmam morar apenas em Icoaraci, ignorando que Icoaraci é o distrito, não um bairro), um lugar com uma identidade própria?

A ideia principal é que as diversas atividades previstas no calendário escolar como feira da cultura, festa junina, dia da consciência negra, natal solidário tivessem como referência durante aquele ano letivo este tema gerador. A ocasião possibilitou e inserção da

história de Icoaraci, bem como do patrimônio local, incluindo o Cemitério de Santa Izabel, nas aulas de história, partindo da premissa de que quanto mais próximo da sua realidade, do seu dia a dia, mais fácil a compreensão dos conceitos propostos.

Quando desenvolvemos uma reflexão acerca da prática docente, cujo objetivo é analisar o cemitério Santa Izabel enquanto possibilidade de trabalho na disciplina História, faz-se necessário realizar algumas ponderações sobre a Proposta do ensino de História presente nas Diretrizes Curriculares de História do Estado do Pará, visto ser este um elemento que norteia a prática pedagógica dos professores em sala na educação básica na rede pública do estado.

No documento curricular para educação infantil e ensino fundamental do Estado do Pará, que normatiza o conteúdo trabalhado na rede estadual do Pará o termo patrimônio aparece nada menos do que 48 vezes, estando presente em todas as disciplinas, constituindo um importante tema transversal que perpassa de um modo ou de outro por todos os componentes curriculares. Especificamente para a disciplina história encontramos:

(EF03HI04) Identificar patrimônios históricos e culturais da sua cidade e discutir as razões culturais sociais e políticas para que assim sejam considerados (PARÁ, p. 245)

Estabelecer diferenças entre os conceitos de patrimônio cultural, material e imaterial, levando em conta o espaço amazônico. (PARÁ, P. 248)

(EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar as mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo (PARÁ, p. 248)

Valorizar o patrimônio sócio- cultural e respeitar a sócio- diversidade, reconhecendo- os como direitos dos povos e indivíduos para o fortalecimento da democracia. (PARÁ, p. 252)

A matriz curricular do estado do Pará preconiza o desenvolvimento nos alunos da capacidade de reconhecer o patrimônio local, de identificar as diferentes concepções de patrimônio, de compreender as razões subjacentes para a definição daquilo que é considerado patrimônio ou não, bem como o estímulo a valorização do patrimônio regional nas suas mais diferentes formas.

A introdução do componente curricular história inicia as reflexões a partir das seguintes questões norteadoras: “Que sujeitos queremos formar? Quais as concepções teórico-metodológicas que podem nos auxiliar nesse processo?” (PARÁ, p. 241)

O documento afirma que para termos clareza quanto a estes pressupostos, é essencial que se leve em conta a realidade na qual o aluno que iremos formar vive, a fim de “potencializar o olhar crítico sobre o seu universo cultural, social, político, levando-o a situar o estudo da História em seu contexto, a fim de lhe atribuir sentido” (PARÁ, p. 241). Portanto o trabalho desenvolvido com os alunos está em conformidade com as disposições da matriz curricular do estado do Pará na medida em que tem por ponto de partida o patrimônio local.

Quanto à forma de inserção dessa discussão nas aulas de história, dada a importância que o patrimônio enquanto tema transversal assume no curriculum oficial do Estado do Pará as possibilidades são diversas. Apenas a título de exemplo o documento curricular no que diz respeito aos objetivos de aprendizagem para o sexto ano na disciplina história em seu item 1. 2 destaca: “Identificar povos da antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré- colombianos)”. (PARÁ, p. 248)

Diferentes sociedades ao longo da história estabeleceram distintas formas de se relacionar com a morte e distintas práticas de sepultamento. Nesse sentido a civilização egípcia é um exemplo importante, pois sua relação com a morte, suas crenças religiosas e suas técnicas de preservação dos cadáveres são tradicionalmente um objeto de estudo em sala que desperta interesse especial dos alunos, além de estar fartamente representado em filmes, novelas, minisséries, desenhos, muitos dos quais obras audiovisuais bastante populares entre os alunos. É um tema sob o qual os alunos possuem várias referências prévias.

O trabalho com imagens do cemitério permite mobilizar os conceitos de patrimônio, memória e identidade, procurando perceber que concepções os alunos possuem de patrimônio, em que medida o cemitério é visto como tal. Também possibilita trabalhar uma ampla gama de elementos.

A educação patrimonial a partir dos cemitérios pode permitir ao aluno perceber que diferentes culturas em diferentes momentos históricos tiveram modos distintos de se relacionar com a morte. A possibilidade de ver os sepultamentos como uma prática cultural que revela muito sobre cada grupo humano pode se constituir em um importante recurso nas aulas de história.

Referências Bibliográficas

CAIMI, Flávia Heloisa. Porque os alunos (não) aprendem história? Reflexões sobre o ensino, aprendizagem e formação de professores de história. Tempo, v. 11, n. 21, 2006.

CASTRO, Elisiana Trilha. Aqui também jaz um patrimônio: Identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (O caso do cemitério do imigrante de Joinville/ SC, 1962- 2008). 2008. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós- graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2008.

CHAGAS, Mario. Casas e Portas do Patrimônio e da Memória. Em *Questão*, vol. 13, num. 2, Julio- diciembre, 2007, pp. 207- 224. Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

FRANCO, Maria da Conceição Vilela. De campo santo à necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX /Maria da Conceição Vilela Franco. 2019. Tese (de Doutorado). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

HORTA, MLP; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A.Q. Guia Básico da Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.143- 162.

SECRETARIA de estado de educação do Pará. Documento curricular para educação infantil e ensino fundamental do estado do Pará. Belém, 2019.

PARTE 2 | **RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL
EM TEMPOS DE EXCEÇÃO**

APRESENTAÇÃO

Geovane Batista da Costa
Emília Grizende Garcia

O poder é o ato de governar a conduta dos outros e prever suas possibilidades de ação, isto é, uma relação de forças da qual nada e nem ninguém escapa, e pressupõe necessariamente os contra-ataques, a resistência, pois não há relações de poder sem resistências¹. As resistências, assim como o poder, são móveis, não são idênticas, e são constituídas por dois elementos: 1) convicção de uma correlação de forças adversas, que tem uma prática política que se sustenta num exercício de esperança, prudência e exposição pública, já que deixa a proteção do anonimato do mundo privado; e, 2) a luta de resistência, que tem como essência a defesa da liberdade, uma luta que se forma em torno dos direitos, da legalidade e da justiça². Portanto, as resistências têm em comum a adoção de formas de defesa e de ação contra o poder dominante.

Conforme aponta Kehl (2014, p. 342), a atuação no campo da resistência em regimes autoritários teria como objetivo “mobilizar a sociedade (ou mobilizar grupos dentro dela), de maneira concertada, em torno de três pontos principais: a defesa e o exercício dos direitos; o enfrentamento da violência e do poder arbitrário; a retirada do consentimento ao governo ditatorial”. Neste sentido, as manifestações artístico culturais sensibilizariam valores identitários e de resistência, mobilizando a sociedade para a necessidade de uma mudança efetiva.

¹ FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

² KEHL, Maria Rita. A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos. In: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos, v. 2. Brasília: CNV, 2014

Partindo dessas colocações, optamos pela criação de um simpósio temático no XII Encontro de História da Anpuh-Pará, com a premissa de reunir trabalhos que abordassem formas de resistência em períodos ditatoriais ou totalitários no Brasil - Estado Novo ou na ditadura civil-militar - e no mundo. Tal simpósio foi nomeado “Resistência da sociedade civil em tempos de exceção”, e, recebeu um total de seis trabalhos. Infelizmente, para a publicação deste e-book, não foram enviados dois dos textos apresentados³ no dia 02 de dezembro de 2020. Entretanto, os que foram recebidos e aqui publicados, também apresentam discussões interessantíssimas no que tangencia a resistência cultural em tempos de exceção.

Valesca Gomes Rios, por exemplo, no texto intitulado *O pessimismo cultural no debate sobre a criança que via tv, na década de 1970*, entendendo que havia um pessimismo cultural quanto à TV que perpassava grupos distintos da sociedade – governo, intelectuais e profissionais da indústria cultural - quanto ao desenvolvimento, uso e efeitos do novo eletrodoméstico, em

³ Thiago de Sales Silva apresentou o trabalho “O costume sob vigilância: a censura da telenovela ‘Selva de pedra’ (1972)”, no qual propunha analisar as formas pelas quais o aparelho repressivo censório se debruçou sobre as questões relativas aos costumes e comportamentos, no contexto da ditadura militar brasileira, por meio do exame do processo de censura da telenovela “Selva de Pedra” (1972), de Janete Clair, e, as estratégias conciliatórias da emissora Globo e a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), na tentativa de manter a telenovela no ar, evitando maiores dificuldades com a censura.

Já Henrique Cintra Santos em sua apresentação intitulada “Memória como resistência e controle: a homossexualidade na Alemanha Oriental”, buscou analisar dois eventos - a tentativa de grupos organizados em protestar, durante as comemorações em 1984 da libertação do antigo campo nazista Buchenwald, pelo reconhecimento estatal da memória de perseguição nazista aos homossexuais; e o reconhecimento da memória de perseguição nazista a homossexuais com o filme *Coming Out* -, tendo como objetivo apontar as disputas de memória sobre a perseguição nazista como ferramenta de resistência do movimento homossexual da República Democrática Alemã (RDA), e como um artifício utilizado pelo Estado a fim de continuamente invisibilizar tais sujeitos.

especial em relação a criança que assistia ao aparelho, buscou então discutir o que seria esse pessimismo cultural e adentra na crítica feita pela psicologia no período da década de 1970 sobre o aspecto de como os psicólogos viam a televisão se difundido no país e sendo de acesso a crianças.

Seguindo esse universo televisivo, temos o texto de Emilla Grizende Garcia, *Dias Gomes sob a mira da censura de Diversões Públicas e do Serviço Nacional de Inteligência (1969-1979)*, que por sua vez buscou analisar a entrada e permanência de Dias Gomes no meio televisivo e o rigoroso monitoramento que sofreu pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e por órgãos vinculados ao Serviço Nacional de Informações (SNI) por ele ser um profissional ideologicamente identificado com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Neste sentido, Emilla analisa tanto a ação censória sobre as telenovelas de Dias Gomes quanto os diversos dossiês sobre o autor, produzidos por diferentes órgãos que compõe o SNI, destacando que as telenovelas do autor eram dotadas de originalidade estética e narrativa, e traduziam suas concepções político-ideológicas, contendo, por sua vez, representações críticas ao regime militar.

Já as autoras Bárbara Alves, Glenda Spósito e Samile de Souza Carvalho, no texto *O imaginário da liberdade em tempos de exceção*, procuram refletir sobre as práticas autoritárias durante o governo militar instaurado em 1964, tendo em vista os seus mecanismos de coerção e manipulação do poder, além de traçar um perfil dos movimentos de resistência que estouraram em 1968. Trazendo à luz reflexões produzidas por Chauí, Foucault e Boétie, elas constroem uma narrativa que aborda os conceitos de liberdade e autoritarismo, explorando questões acerca da liberdade como um direito e a sua concessão como um “dever”, e, das rela-

ções de poder e de classe que se estabeleceram na República e se tornaram suficientemente poderosas para influenciar no desenvolvimento social, econômico e político do Brasil.

E, por fim, temos o texto de Geovane B. Costa *“Mais tesão, menos encucação”*: humor gráfico e resistência no jornal alternativo *Lampião da Esquina* (1978-81), no qual o autor parte do entendimento de que o humor pode ser concebido como uma das formas que os editores do jornal *gay Lampião da Esquina*, usaram para promover discursos e reflexões aos seus leitores, e, que o humor por trás dessas formas, significaram estratégias de resistência às visões da sociedade heteronormativa. Para isto, analisa o humor gráfico – charges e cartuns - que foram publicadas entre 1978 e 1981 no jornal tendo como recorte a questão das homossexualidades.

Vale ressaltar que todos os trabalhos aqui expostos são atravessados por questões relativas ao poder, resistências e manifestações culturais - que também tinham conotações políticas, como produtoras de aceitação, colaboracionismo ou acomodação aos projetos políticos autoritários, a partir de mobilizações através do plano imagético, sentimentos, identidades e valores que conduziam, e, que por isso, se tornaram frentes de resistência cultural, reiterando elementos de oposição aos projetos políticos impostos.

À guisa de conclusão, a proposição de tal simpósio que buscou fomentar troca de conhecimentos, de modo interdisciplinar, entre pesquisadores que analisassem em Estados de exceção, as formas de resistência na esfera cultural, nos mais diversos suportes - fossem eles através de textos jornalísticos, imagens e representações, produções audiovisuais e sonoras, entre outras -, nós não imaginávamos que seríamos co-rodados com a produção de tal e-book e com textos de tão alto nível. Esperamos que gostem e convidamos a todos e todas a lerem-no. Boa leitura!

O IMAGINÁRIO DA LIBERDADE EM TEMPOS DE EXCEÇÃO

Bárbara Alves¹
Glenda Spósito²
Samile Carvalho³

Introdução

A liberdade, atributo essencial da natureza humana, quando endossada de modo corrompido, pode gerar um senso de pretensão universalizante, e possibilitar que decisões individuais, se tornem métricas da coletivização. Quando o ideal libertário está associado a uma lógica subversiva e indomável, a realidade se divide entre tons dicotômicos de opressores e oprimidos. É considerando a essencialidade da liberdade, que a tradição liberal a traduz como fundante em seus direitos fundamentais, criando assim sistemas de poder que tornam dúbia a garantia da lei em seu contraste com as relações hierarquizadas, permeadas entre as ausências e absolutizações transversas ao movimento. O resgate de memórias sob a tutela do olhar historiográfico, permitirá que seja analisado como esse jogo de forças, mantém-se intacto. A partir das fissuras abertas em 1964, entre marchas, resistências e denúncias, o texto propõe-se a tratar das veias abertas da vida em sociedade, elencando um eixo central: a liberdade como um direito e a sua concessão como um “dever”.

Pensar acerca do conceito de liberdade é angustiante, uma vez que a percepção da sua perda é evidente e assume uma forma oposta à sua função primeira. Embebida de controle social, a perda da liberdade induz o sujeito à uma servidão (quase) voluntária. A garantia

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, barbaaraalves@gmail.com.

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, glensposito@hotmail.com.

³ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, samisouzac@gmail.com.

da existência social está agora enraizada no quanto se pode ceder. Assim, dois claros precedentes são abertos: o primeiro se une a questão do perfil de quem deve ceder. Sendo a política um jogo de força entre poderes, a aparente flexibilização nas regras duras do jogo democrático aos que mandam no mundo, viabiliza a manipulação de seus piões que cedem, sem ao menos se dar conta de suas concessões. E o segundo refere-se à opacidade dessas relações de controle social, que refletem na liberdade inconclusa.

Considerando o trajeto que alinhavou o imaginário da liberdade em tempos de exceção, são observadas também as possibilidades encontradas pelos movimentos de resistência, em aparente sintonia com La Boétie: “haverá coisa que o homem deva desejar com mais ardor do que o retorno à sua condição natural, deixar digamos, a condição de alimária e voltar a ser homem?” (BOÉTIE, 2000, p. 14). A complexa resolução prática para a resposta, por enquanto tem se transmutado em pequenas insurgências de respiro, entre grupos que assim como o filósofo, desejam voltar ao reencontro com seu espírito de liberdade. Portanto, o objetivo desse breve artigo é analisar a marcha em que as liberdades começam a ser restringidas e a sociedade civil corrobora com acenos de aparente naturalidade. Este é um estudo de abordagem qualitativa, descritivo e bibliográfico delineado a partir de um protocolo de busca e seleção configuradas por critérios de inclusão/exclusão.

A microfísica do poder

Em primeiro plano, faz-se necessário construir uma análise acerca do perfil da classe média que, desejando se afastar ainda mais da eminência de proletarianização, junta-se à elite e se torna um importante instru-

mento de luta para a preservação interesses da nata da sociedade brasileira. Assim, Souza (2017) afirma que a classe média, por ser uma classe intermediária, precisa se autolegitimar tanto para cima, lançando mão do moralismo para firmar a sua superioridade moral em relação à elite proprietária, quanto para baixo, usando estratégias que invisibilizam os problemas das classes populares, alimentando e difundindo a ideia de meritocracia, fechando os olhos para as opressões e violências produzidas pela elite proprietária, o que garante a sua distinção. É nesse contexto que se encaixam os presentes na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, movimento onde uma parcela da sociedade civil e a Igreja saíram, com apoio da mídia, às ruas em protesto ao Governo de João Goulart.

Desde o advento da República, instaurada através de um golpe militar, que o Exército dispõe de uma grande influência no que cerne às questões políticas do Brasil, encarregando-se de assegurar ou enfraquecer governos, de acordo com suas prerrogativas. Em 1950 o cenário político, social e econômico do Brasil começa a se transformar intensamente, e variações como o êxodo rural e a acelerada industrialização, refletem diretamente no voto popular e, conseqüentemente, no cenário político, fazendo com que os partidos conservadores percam, paulatinamente, o seu poder político, provocando um clima de intensas disputas políticas⁴.

A tensão política piora quando Jânio Quadros, eleito pelo partido da UDN, apoiado pelos militares, anuncia a sua inesperada renúncia e a presidência fica, legalmente, à cargo de João Goulart, personalidade política com fortes inclinações à esquerda, que já incomodava profundamente a cúpula militar desde o pe-

⁴ Alguns discursos começam a se posicionar contra a democracia, sob o pretexto de que “o povo não sabe votar” - como defendeu Carlos Lacerda em 1960.

riodo em que ocupou o cargo de Ministro do Trabalho⁵ no governo Vargas, por isso enfrentou forte resistência da alta cúpula dos militares para assumir o cargo. Por seu posicionamento político, Jango representava, para os militares, uma ameaça comunista.

Portanto, cabe aqui elucidar que o medo do comunismo não foi somente fomentado pelo contexto global, mas, principalmente, por investidas internas da elite brasileira que, por sua vez, temiam o fortalecimento de uma consciência política entre as classes populares. Sua ação esteve fundamentada na construção de uma forte propaganda política e do resgate às ideias anticomunistas. Cabe aqui ressaltar que a vigência do governo de Jango enfrentou instabilidades não só de cunho político e ideológico, mas também econômico. O Brasil começa a sentir os impactos da industrialização acelerada, a inflação e as consequências dela (aumento da violência, da fome, da asfixia da qualidade de vida do povo do campo). É neste contexto que a conspiração dos militares, finalmente, encontra solo fértil para se consolidar, a partir de um discurso anticomunista, anticorrupção, com forte apelo à moral, à disciplina e aos bons costumes, valendo-se da promessa de recuperação econômica. Assim, os militares, apoiados pela elite brasileira, pela classe média e por alguns segmentos da Igreja Católica e da grande mídia, inauguram em 1º de abril de 1964, o “Regime Militar”.

Isto posto, a realidade da “crise” que abarcou o governo de Jango, alimentou e legitimou o discurso dos militares. A partir do que explora Chauí (2014) a crise se desenha a partir de um sentimento de perigo, um monstro é inventado e a nação é convocada a comba-

⁵ No período em que Jango foi Ministro do Trabalho (junho de 1953 - fevereiro de 1954) ele implementou um aumento de 100% do salário mínimo o que, para os militares, foi o maior sinal da sua tendência comunista, neste sentido, os militares, interferindo no governo de Vargas, exigiram a exoneração de Goulart do cargo.

tê-lo em prol de um bem comum, da salvação da sociedade. O monstro a que faço referência é o comunismo, de fato, não se deve negar que influências comunistas pairavam sob o cenário político mundial, assim como as influências do capitalismo moderno, mas a historiografia também concorda que há uma desproporcionalidade em relação à interferência que os países comunistas poderiam exercer em solo brasileiro.

É importante nos atentarmos para o papel do discurso e da conseqüente produção de verdades que, segundo Michel Foucault (2006), está diretamente ligada ao sistema de poder e à reprodução das suas relações. Dessa forma, é possível afirmar que foi a palavra a principal arma utilizada para a construção de um imaginário popular em defesa do golpe. A articulação da dialética que se fazia através da imprensa fundia-se com o medo do imperialismo comunista que, naquele momento, circulava entre as subjetividades de muitos brasileiros e fazia da militarização do Estado a única alternativa possível para o bem de uma nação “atrasada, engolida pela corrupção e ameaçada pelo comunismo”, levando em consideração o “neutralismo político” dos militares, sendo estes livres de quaisquer vícios característicos da classe política do Brasil. Esse argumento se incumbiu de construir não só a ideia da necessidade de um Estado Forte, mas também de legitimar diversos abusos e inconstitucionalidades que se materializam através da cassação de mandatos, da violência policial e das arbitrariedades políticas, atingindo aqueles que eram marcados como inimigos do Estado.

Foram os Atos Institucionais que se encarregaram de institucionalizar as ações do Regime Militar, cada ato era editado a partir da leitura dos militares a respeito do contexto da época, honrando a tarefa de “defender a Revolução”. Conforme o entendimento do autor Paixão, os AI’s “não tinham apenas a pretensão

de oferecer roupagem jurídica a um regime ditatorial. Eles procuraram vincular o futuro, vedando expressamente o controle judicial sobre eles próprios” (PAIXÃO, 2011, p. 159), sendo o AI-5 o ato com o caráter mais repressivo da época, fruto de um dos momentos de maior agitação popular do período, o ato institucional nº 5 fechou o legislativo, perseguiu toda manifestação política contra o governo, limitou e interveio na ação do judiciário. O controle do judiciário garantiu ao Regime a possibilidade de construção da imagem de um governo livre de vícios e crises políticas.

A partir de 1964, a inflação despencou (de 91% ao ano em 1964 para 25,4% em 1998) e o Brasil começa a recuperar a sua economia, adotando medidas como a livre circulação de capitais estrangeiros e o arrocho salarial, mantendo sempre o salário mínimo abaixo da inflação, o que fomentou a concentração de riquezas e a consequente desigualdade social, expandindo a pobreza. A partir desta conjuntura, a resistência à Ditadura começa a se materializar.

Repressões e resistências

O regime era regido pelo sistema, ou seja, pelo SNI que sem precedentes implementava uma política monetarista em teoria milagrosa, mas na prática extremamente inflacionária constituída em cima do arrocho salarial e na repressão do movimento trabalhista. Essa ação proporcionava o crescimento econômico acelerado e superficial por meios de sistemas de crédito e de subsídios do governo obtidos por empréstimos internacionais, alimentando a dívida externa e legitimando a intervenção do Estado na economia por meio de empresas privadas e estatais.

O advento dessa política modernizadora que se consagra pós-destituição de Jango se dá pelo esqueci-

mento das veias abertas do autoritarismo de Vargas e da Constituição de 1946 que definia a greve como ilegal, proibia o voto aos analfabetos, colocava o Partido Comunista na ilegalidade, conservava a discriminação racial e não questionava a discriminação das mulheres. O Brasil a essa altura tomava um rumo muito distante de abraçar os ideais de liberalismo e republicanismo, a distinção do público e privado tornou-se uma utopia, o princípio de igualdade perdia para os alicerces da repressão em determinados âmbitos.

A década de 60 é marcada por uma forte presença de militares na presidência e o Brasil acumula dezessete Atos Institucionais, que eram decretos criados e assinados pelo presidente vigente que reforçava os poderes do Executivo mediante a sociedade, legitimando a ditadura e aumentando o controle social e político, sendo o ato nº5 o mais significativo deles. Esses AI's foram criados a partir de 1964 e contavam com o suporte e apoio de membros da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Do AI-1 até o AI-4 ocorreu uma série de mudanças e decisões vigentes que influenciava diretamente o jogo de poder e a tomada de direitos do povo, eleições para a presidência e vice-presidência, governadores e vices de forma indireta sem a participação popular, a dissolução dos partidos políticos criando o bipartidarismo ARENA e MDB, além da convocação de uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova Constituição para o Brasil que ficou pronta no ano de 1967 oficializando o regime militar. O AI-5 foi assinado em 13 de dezembro de 1968, um marco conhecido como “o ano que não terminou”. Por ser um dos atos mais duros, legitimava todo o aparato repressor: censura, sequestros, torturas, execuções e lutas armadas, é assinado como uma ferramenta de intimidação pelo medo, dava plenos poderes ao Executivo, legitimava o fecha-

mento do Congresso Nacional dentre outras decisões e suspensões de cadeiras do congresso e de decretos importantes.

Em 1968 com o advento repressivo do AI-5, a resistência explode com os mais diversificados coletivos: artistas, intelectuais, mulheres, operários, ambientalistas, homossexuais, negros, e o movimento estudantil, que participou ativamente. Nesse ano os estudantes deflagraram vários protestos, reivindicando ensino público e gratuito para todos, a democratização e melhoria da qualidade do ensino superior, maior participação estudantil nas decisões, descontentes com o golpe e cerceamento das liberdades.

Com a UNE na ilegalidade essas manifestações vinham sendo reprimidas desde 1966, porém ganham força e “incentivo” em 1968 quando em uma de suas ações a polícia invade o restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, frequentado especialmente por secundaristas pobres, entre eles Edson Luís de Lima Souto, que foi covardemente morto pelos militares, a partir de então, as passeatas em protestos espalharam-se por todo o país. A morte de Edson Luís causou comoção e grande repercussão, enquanto isso, faculdades estavam sendo ocupadas e passeatas sendo organizadas. Toda essa ascensão das mobilizações políticas da juventude implicou maior repressão por parte dos órgãos do Estado. A manifestação organizada pelos estudantes que ficou conhecida como “Sexta-feira Sangrenta” foi uma resposta à repressão e foi concebida para exigir a soltura de suas lideranças. A polícia, por sua vez, respondeu entre golpes de violência, tendo um saldo de 28 mortos e centenas de feridos e detidos na manifestação.

A importante “Passeata dos Cem Mil” também organizada pelo movimento estudantil, reuniu, intelectuais, artistas, religiosos e populares nas ruas totalizando cerca de 50 mil pessoas para protestar contra

a ditadura e a repressão policial. O governo não interferiu nessa passeata por causa da pressão pública, a intenção era dialogar com o governo, mas não houve sucesso. A ditadura não descansou enquanto não prendeu, cassou, torturou, matou e exilou e censurou a luta política e cultural daquele período, reprimindo e pondo um fim a qualquer forma de oposição. A inserção do movimento estudantil nas lutas armadas foi um caminho de não se entregar à derrota, as lutas armadas resistiram por anos até o levante dos grevistas, onde essas lideranças juvenis surgem como força coordenadora desses trabalhadores para criarem melhores condições de trabalho, enfraquecendo a ditadura já próxima de seu fim.

Considerações finais

A liberdade enquanto um conceito descritor do processo de autonomia e autodeterminação do ser humano, tornou-se parte do pressuposto gerador desse breve artigo que analisou a partir das manifestações pró ditadura em 1964, como de modo voluntário esse bem foi deliberadamente concedido. Sob a égide La Boétiana e a sua compreensão sobre liberdade, os manifestos de apelo a uma censura sectária de direitos clasistas garantidos, possibilitam de forma elucidativa entender como o conceito libertário do filósofo francês não é anulado, é por sua vez, modificado ao bel-prazer interpretativo dos manifestantes. Na Marcha a favor da família e da liberdade a discussão supracitada toma forma, quando se é compreendido que nesse movimento a intervenção militar significaria não o fim das liberdades individuais da alta e classe média presente, significaria em outra medida o abraço aos truísmos morais e ao freio nas liberdades dos que não comungassem dos mesmos princípios. É no menor apego ao

conceito como um preceito coletivo que os personalismos de garantia o tornam arbitrário, abrindo margem para uma supressão democrática e instauração de uma ditadura sob a bandeira da polimórfica liberdade.

Em 31 de março de 1964 é estabelecido o cenário onde o golpe de classes aliada a proliferação televisiva como instrumento de massas é legitimado e o derrogamento de direitos fundamentais começavam a desenhar a consolidação do que segundo conta nos autos militares teria sido uma bem-sucedida “Revolução Gloriosa” (PAIXÃO, 2011). O contraste das glórias ditatoriais começara a delinear novas coligações e movimentos de resistências - que mesmo não homogêneos - poderiam ser sintetizados em um perfil igualmente classista, ainda que fossem diferentes as pautas e assunções. A luta do povo era assumida, sobretudo por estudantes, membros da classe artística e média inconformada que resistia em prol do resgate de suas liberdades. Para que se compreenda a dimensão desses anseios que confluíam com a microfísica do poder foucaultiano -inerente a todos os pertencentes de uma sociedade- há poder na resistência ainda que haja sangue, sempre haverá cem mil dispostos ao levante.

Ainda que o período ditatorial tenha chegado ao fim (1985), os seus 21 anos de duração não passaram ilesos. Através dos atos institucionais que consolidaram a ideia de que havia desenvolvimento e progresso nas retiradas dos direitos fundamentais, houve frustração nos planos de instauração de uma democracia divulgada e compreendida como uma política de enfrentamento coletivo, um movimento de ruptura. A difusa e má apreensão sobre a democracia, ao final do período de controle militar sobre o Estado, a tornou ínfima e precária. Nesse cenário a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/79) é inserida sob a perspectiva da “superação”, do esquecimento. Ainda que posteriormente a Comis-

são Nacional da Verdade fosse inserida como um órgão que visa a análise e a reparação punitiva sobre os agentes da asfixia dos direitos fundamentais, ter consciência histórica e (re)construir a memória do nosso passado é um dever ético e de responsabilidade coletiva. Para que a perda da liberdade não seja inserida em mais um capítulo amnésico da nossa história, a compreensão da sua importância a torna dependente de uma vigilância constante e da assunção de uma política de cotidiano onde algumas batalhas precisam ser travadas, para mesmo entre tantos medos, achemos outras coragens.

Referências Bibliográficas

ALMADA, Pablo. A Cultura Política De 1968: Reflexões Sobre A Resistência Estudantil em Brasil e Portugal. Dossiê: Perspectivas contemporâneas sobre o mundo Lusófono. Portugal, 2016.

CHAUÍ, Marilena. Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro. In.: ROCHA, André (org.). 2ª Edição. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2014.

CODATO, A. N. O golpe de 1964 e o regime de 1968: Aspectos Conjunturais e Variáveis Históricas. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004. Editora UFPR.

DE LA BOÉTIE, Étienne. Discurso sobre a servidão voluntária. EDIPRO, 2020.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder; Genealogia e Poder; Soberania e Disciplina. Microfísica do Poder. In.: MACHADO, Roberto. 22ª Edição. Graal: Rio de Janeiro, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. História Geral do Brasil. In.: Francisco da Silva. 10ª Edição. Grupo Editorial Nacional: Rio de Janeiro, 2020.

PAIXÃO, Cristiano. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, v. 13, nº 26, Brasília, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A Modernização Autoritária: do golpe à redemocratização 1964/1984. História Geral do Brasil. In.: Francisco da Silva. 10ª Edição. Grupo Editorial Nacional: Rio de Janeiro, 2020.

O PESSIMISMO CULTURAL NO DEBATE SOBRE A CRIANÇA QUE VIA TV, NA DÉCADA DE 1970.

Valesca Gomes Rios¹

Quais são os efeitos da comunicação de massa na vida das crianças e dos jovens? É possível imunizar a criança, com uma educação e um ambiente saudios no lar, contra os efeitos possivelmente perniciosos da comunicação de massa? (COUTINHO, 1972, p. 1-1)

A partir de 1970, a televisão que era uma nova tecnologia que chegava às casas brasileiras², principalmente de classe média, foi analisada por diversos grupos, sob diversas chaves de leitura, tentando pontuar não só as potencialidades, mas também as consequências negativas que rondavam o aparelho e sua programação. O eletrônico tomou proporções para além das salas de estar, mas também era comentada entre vizinhos, em revistas e jornais, de modo que, sabia-se sobre TV não só assistindo.

A possibilidade de “imunizar” as crianças com o lar, como aparece na epígrafe, foi um questionamento levantado na tese de Lurdes Ferreira Coutinho, defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal. E-mail: valescagomesjg@gmail.com

² Apesar do entendimento de que a televisão era um bem de consumo que imprimia um status quo social e era mais alcançável a determinados setores da sociedade, é preciso ressaltar que o alcance da TV é mais complexo do que o número de televisores, uma vez que, “é inegável que a presença da televisão no cotidiano das pessoas aumentou consideravelmente a partir da década de 1970. Se se considerar práticas como a do ‘televisinho’ e das ‘telepraças’ (estas a partir da década de 1970), ver televisão era uma prática comunitária para uma grande quantidade de telespectadores, se não para a maioria, entre as décadas de 1960 e 1980. Deve-se, portanto, ampliar o potencial de audiência apresentado nas estatísticas colocadas acima sobre a porcentagem de domicílios com televisão.” (VIEIRA, 2016, p. 107)

Paulo (USP), em 1972, intitulada “ADOLESCENTES E TELEVISÃO: Estudo junto a adolescentes ginásianos na cidade de Londrina”. A comunicação de massa, com foco na TV, foi vista como uma doença a ser prevenida, mas essa perspectiva não estava presente apenas em um trabalho acadêmico. Ao contrário, o olhar receoso ou repulsivo com essa nova tecnologia levou-nos a pensar em uma ideia de pessimismo cultural.

Este artigo tem por objetivo entender como a TV foi alvo desse pessimismo cultural em especial em relação a criança que assistia ao aparelho. O que seria o pessimismo cultural quanto a televisão e como esse pensamento se relaciona com o modo como as crianças eram pensadas no período por alguns autores?

Para isso, diante do caleidoscópio de análises³ acerca da criança que via TV, neste trabalho optamos adentrar a crítica feita pela psicologia no período da década de 1970. Essa área do conhecimento passava desde a década de 1960 por uma institucionalização acadêmica, tornando-se um curso, uma profissão regulamentada e com expansão de cursos de graduação e pós-graduação. Os psicólogos, assim como os psicanalistas, passaram a ter na sociedade um peso de fala autorizada a tratar dos problemas dos indivíduos. Dar espaço a esse olhar científico era fazia parte de um “ideal modernizador” que a sociedade passava na época, com o desejo de ouvir os especialistas (FIGUEIRA, 1987).

Para Cecília Coimbra (1995), as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um “boom psi”, entre outros motivos, pela “crise da família”, onde os mais diversos temas deveriam ter um especialista, o psicólogo: criação dos filhos, sexo, virgindade, desquite e divórcio etc

³ A preocupação com o eletrônico foi alvo de discussão de diversos setores da sociedade, como o governo autoritário, justificando ações censórias e na educação; intelectuais, em seus livros acadêmicos, mas também com colunas em periódicos; e profissionais do ramo da indústria cultural que também se manifestavam por meio de livros, jornais e revistas.

Diante disso, este trabalho terá o recorte de entender o pessimismo cultural dentre algumas produções acadêmicas do período.

**Cópias imediatamente consumidas:
inquietudes da relação entre televisão e criança.**

A expansão da televisão – da chamada comunicação de massa, em geral – levou à reflexão sobre seus impactos, analisando-a desde a mudança de disposição dos móveis da casa, até a programação na qual as pessoas teriam acesso. O professor de psicologia da USP Samuel Pfromm Netto escreveu alguns livros nas décadas de 1970 e 1980 que pensavam a sua área e o estudo da comunicação de massa, levando também o assunto para conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), textos publicados no jornal Estado de São Paulo e alguns outros espaços onde circulou no período. Em seu livro “Tecnologia da Educação e Comunicação de Massa” (1976), o autor abordou temas sobre comunicação de massa e educação (formal ou não) principalmente das crianças com um compilado de textos publicados ou proferidos anteriormente à publicação da obra.

No texto “A televisão na vida da criança”, uma lista de possíveis consequência a esse contato foi elencado:

Efeitos positivos da televisão: aquisição de grande quantidade de conhecimento e obtenção de informações que os meios impressos e o rádio dificilmente poderiam proporcionar com igual rapidez e facilidade; generalização de consumo de material de entretenimento ou lazer (como os filmes cinematográficos, os “shows”, as representações teatrais etc.) que, no passado, só estava ao alcance de um número bem menor de pessoas em centros muito populosos; favorecimento do desejo de mudança, da adoção de inovações e do empenho pelo

progresso, graças à exposição do telespectador a mensagens valorizadas de técnicas, equipamentos, materiais e procedimentos característicos da sociedade urbana e industrial.

Efeitos negativos da televisão: rebaixamento dos padrões de gosto artístico, decorrente do baixo nível de grande parte dos programas apresentados pela televisão; redução do tempo destinado a outras atividades, produtivas ou de recreação; desenvolvimento de reações de hostilidade contra o ensino convencional nas escolas, que não podem competir com o caráter espetacular e dinâmico das emissões de televisão; possível agravamento de condutas e atitudes antissociais, em decorrência de programas que ridicularizam a instituição familiar, apresentam modelos atrativos de comportamento agressivos e delinquentes, acentuam mais os conflitos e os modos violentos de solução de problemas do que a cooperação e os modos pacíficos de resolver dificuldades etc.; desestímulo à leitura, ao estudo, ao trabalho esforçado e honesto. (COUTINHO apud PFROMM NETTO, 1976, p. 150)

A pretensão de uma imparcialidade é notada pela presença de pontos positivos e negativos desse contato da criança com a TV, no entanto, a lista de aspectos negativos é extensa. A insistência de que a televisão diminuiria o tempo em outras atividades, inclusive o estudo, e colocaria os gostos com padrão abaixo do esperado são tratados posteriormente pelo autor, mas também em outros documentos.

Nessa perspectiva, as características hierarquizam os interesses, de modo que, ficar em frente ao televisor é o menos importante, de menor importância cultural. Ainda que com os dados, ainda que iniciais, levaram o autor a fazer um diagnóstico do contato da criança com a TV e afirma:

Lamentavelmente, as limitações de tempo, de procedimentos, de instrumental e de recursos dispo-

níveis não permitiram, até o momento, a realização de pesquisas a longo prazo para se determinar claramente as consequências de uma ração diária de várias horas de televisão na personalidade de crianças que, por assim dizer, “mamaram” televisão desde os primeiros anos de vida, expondo-se frequentemente, a mensagens preparadas para o público adulto e obviamente inadequadas ou francamente deletérias para mentes imaturas (PFROMM, 1976, p. 151)

Mesmo sem a possibilidade de uma pesquisa ampla, pelo curto tempo que a tecnologia se encontrava no país, o professor universitário concluiu que a exposição da criança àquele conteúdo não seria benéfico. Mais do que isso, a expressão “ração diária” indica uma má qualidade da programação ou ao que as crianças estariam tendo acesso desde muito novas. A TV alimentaria a fase inicial da vida com o que não é bom e com o que elas não estariam preparadas para receber.

Essa análise, no entanto, não foi uma exclusividade do Brasil, uma vez que, outros países que também tiveram seus receios com a inserção da nova tecnologia nas casas por todo o país. Essa perspectiva científica estava permeada por moralismos do período e pelo que Dominic Strinati (1999) chamou de “pessimismo cultural”. Este termo usado pelo escritor do livro “Cultura popular: uma introdução” aparece na análise da perspectiva de MacDonald acerca de cultura folk, cultura erudita e cultura de massa. A cultura de massa foi analisada como grande causadora de problemas que atingiram não só ao presente como ao futuro, deixando sem alternativas para o que viria.

No entanto, o conceito usado por Strinati para pensar as análises de MacDonald pode ser ampliado. Tanto nas análises científicas, como em variadas matérias sobre o tema em periódicos, havia ressalvas e até mesmo prognósticos negativos quanto à inserção da

televisão na sociedade, principalmente entre públicos mais vulneráveis, como as crianças.

A ideia de pessimismo cultural leva-nos a crer que transborda a interpretação do autor sobre a compreensão da cultura desenvolvida por MacDonald. Isso porque, vários dos documentos acerca da televisão, e no caso desta pesquisa, assistida pela criança, trazem um panorama negativo. A “cautela”, como apresentada por Coutinho ou Pfromm, acerca do meio de comunicação que se consolidava no Brasil na década de 1970 poderia chegar a visões apocalípticas nos mais diferentes olhares sobre o assunto.

A visão pessimista cultural se dá não apenas em relação ao conteúdo televisivo, mas também pelo próprio contato com o aparelho. A análise do conteúdo não era suficiente, uma vez que, a própria forma como a emissão era feita importava. É um novo tipo de expressão que se desenvolvia, entendida na perspectiva da época como massificante, e que só se alastra diante da materialidade que o televisor trouxe.

A contribuição original dos MCM [meios de comunicação de massa] reside, em parte, na criação de novas linguagens para a transmissão dessa matéria-prima, a “linguagem do cinema”, a “linguagem jornalística”, a “linguagem de televisão”. Mas o fato capital, que confere aos MCM uma extraordinária importância e constitui sua singularidade substantiva, é a massividade, ou melhor, a natureza e as consequências individuais e sociais dessa massividade. As mensagens, rapidamente transmitidas ou multiplicadas, como cópias idênticas da mensagem original, tem caráter público e são imediatamente consumidas, não por elites ou pequenos grupos de pessoas, mas por vastas audiências desconhecidas, heterogêneas que, não raro, ultrapassam os limites nacionais e até os continentais. Exemplo dos mais notáveis disso é a audiência internacional de 500 milhões de pessoas que, segundo se calcula, acompanharam pela televisão a

descida dos astronautas norte-americanos na Lua (PFROMM NETTO, 1976, p. 43) [sic].

Samuel Pfromm Netto em seu livro, de 1972, “Comunicação de massa” abordou diversos conceitos sobre comunicação, em seu sentido mais amplo, até chegar ao “interesse psicológico pela comunicação de massa”, em que tenta entender os impactos das mudanças do período para a vida das pessoas. Seu exemplo foi extremamente entrelaçado ao seu tempo: a corrida espacial que chamava atenção do mundo todo para as tecnologias que eram aperfeiçoadas diariamente com objetivo de demonstrar superioridade mundial nesse seguimento, em meio ao período de Guerra Fria, em que viviam. No entanto, sua preocupação não está na excepcionalidade que é a chegada do homem à lua, mas a contínua distribuição de mensagens instantaneamente.

Tempo, público e alcance, assim como a mensagem, são pontos de inquietude em relação às comunicações de massa, em especial a televisão. Esse aparelho não é o único a ter causado tal estranhamento e nem pode ser entendido distante de outras tecnologias anteriores e contemporâneas a ele. Raymond Williams (WILLAMS, 2016) apontou em seus estudos sobre televisão que o desenvolvimento de outros inventos, como a eletricidade, rádio, cinema, fotografia, entre outros, foram fundamentais para a invenção da TV. Diante disso, novas relações entre seres humanos foram estabelecidas e ocorreram novas experimentações de sensações, ou seja, “uma conscientização maior da mobilidade e da mudança, não só como abstração, mas como experiências vividas, levou a uma importante redefinição na prática e, logo, na teoria da função e do processo de comunicação social” (WILLAMS, 2016, p. 34-35).

As novas experimentações amedrontavam, de modo que,

de qualquer maneira, “as máquinas de CM são capazes de colher tamanha quantidade de informação, de multiplicá-la tão rapidamente e entram em uso de modo tão generalizado, que representam um verdadeiro salto quantitativo na capacidade de controlar e circular informações e de focalizar a atenção dos seres humanos” (PFROMM NETTO, 1976, p. 124 - 125).

Consideramos a percepção do tempo como central nessa discussão, pois dialogando com Koselleck (2014), este entende que tais mudanças transformam a sensibilidade. Para o historiador alemão, não há uma aceleração da história, mas sim uma percepção diferente acerca do tempo, por exemplo, no contato do ser humano com novas tecnologias. A locomotiva é um grande símbolo disso, uma vez que muda vertiginosamente a velocidade a ser utilizada no transporte de cargas, informações e pessoas. As distâncias não se encurtaram, mas o tempo utilizado em chegar em diferentes pontos do mundo, sim.

Para o autor, o progresso – categoria de tempo tão cara aos estudos da história, especialmente a partir do século XIX – não traz tamanho incômodo quanto a ideia de aceleração. A progressividade carrega uma constância, um crescimento aritmético, enquanto o aceleração é compreendido dentro de uma progressão geométrica.

Ou seja,

[...] a mudança moderna é aquela que provoca uma nova experiência temporal: a de que tudo muda mais rapidamente do que se podia esperar até agora ou do que havia sido experimentado antes. A intervalos menores, no dia a dia dos afetados introduz-se um novo componente desconhecido, que não pode ser deduzido de nenhuma experiência conhecida (KOSELLECK, 2014, p. 153).

E conclui que “Comparadas à experiência anterior de aprendizado, as fases temporais da reciclagem do conhecimento tornam-se cada vez mais curtas, o que provoca a experiência de uma mudança acelerada” (KOSELLECK, 2014, p. 153). A televisão trouxe essa mudança de sensibilidade, surpreendendo com a ideia de que as mensagens chegariam em pontos distantes ao mesmo tempo, não pelo encurtamento da distância, mas por serem “rapidamente transmitidas ou multiplicadas”. Acreditava-se que o que seria visto não era mais de controle dos pais o que gerou apelos para que a família observasse mais o que era assistido, mas também que o governo controlasse o que era transmitido.

No Brasil, a censura à televisão, que se estruturou concretamente no período da Ditadura Militar, apoiou-se nesse pensamento da ESG, assim como na tentativa de manter a Segurança Nacional. Todas as atrações televisivas passavam pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), eram analisadas e classificadas entre livre, liberada para acima de 10, 12, 14, 16 e 18 anos. O órgão permaneceu até 1988, quando a Ditadura já havia acabado – ainda que estivesse passando por processo de mudança para se adequar ao regime político que começava o curso. Porém, por ter a possibilidade de analisar e controlar (ou queria-se que isso acontecesse) o que as crianças assistem, a DCDP recebia críticas, até mesmo pelo discurso acadêmico de suas decisões.

[...] a falta de uma censura do Estado sobre os programas de televisão ou – o que seria mais desejável, de uma autocensura exercida pelas próprias emissoras de televisão – pode ser um fator que coloque para crianças brasileiras uma série de problemas de ordem moral, sexual, como o do aborto, da eutanásia, para os quais não está suficiente madura para entender toda a sua complexidade (ALMEIDA; SILVA, 1981, p. 121 – 122).

Os pesquisadores Antonio Ribeiro de Almeida e José Aparecido da Silva publicaram o artigo “Televisão, pais e filhos: um estudo de preferências e hábitos diários”, no ano de 1981, pela revista Arquivos Brasileiros de Psicologia. Segundo os autores, o trabalho pesquisou sobre os hábitos de cerca de 45 famílias de várias classes sociais de Ribeirão Preto e, apesar da especificidade em relação a quantidade e ao local, os autores não evitaram fazer algumas conclusões amplas que se direcionavam ao debate como um todo, em especial pelo debate com a literatura sobre o assunto.

Por ser exposta a conteúdos considerados adultos desde muito cedo, a criança estaria se distanciando do que se entende como ela deve ser, ou seja, inocente, alheia a questões determinadas pelos mais velhos etc. David Buckingham (2000) entende que a categoria infância é pensada ao longo do tempo por meio de dois discursos: o primeiro, produzidos por adultos para adultos (caracterizando-se, principalmente, pelo discurso científico, profissional e até mesmo uma literatura de autoajuda voltada para tema); o segundo produzido por adultos para crianças (como é caso de programas de televisão, literatura e outras produções em que os consumidores seriam as crianças).

Como argumenta Patricia Holland, essas representações da infância fazem parte de um esforço contínuo da parte dos adultos para ganhar controle sobre a infância e suas implicações – não apenas sobre as crianças reais, mas também sobre nossas próprias infâncias, pelas quais estamos sempre em luto e as quais reinventamos sem parar. (BUCKINGHAM, 2000, P. 24)

Desse modo, com participação efetiva dos adultos nessas disputas pela infância, podemos entender a produção de Pfromm e Coutinho como parte do grupo de adultos que queriam se colocar nesse lugar de pensar a infância. O temor das novas tecnologias, mas

também das mudanças em relação a moradia, hábitos e rotinas familiares, novas estruturações de família etc. colocavam também em risco, para esses grupos, o que seria das crianças em contato com essas transformações.

Considerações finais

O medo em relação à tecnologia abrangia uma série de questões que contemplavam o aparelho e seu funcionamento, como também o modo como as pessoas iriam se situar em casa para assistir a programação. No tema, estava em questão o que se entende por infância e o que é adequado a ela assistir, mas em especial a relação entre a TV e a criança. O televisor, como um aparelho pouco difundido no país, ainda causava estranhamentos por diversos setores, entre eles os intelectuais que acabavam por indicar o distanciamento do desconhecido aparelho.

Olhar para as análises da época a partir do pessimismo cultural possibilita entender que a televisão era observada com grandes possibilidades de efeitos negativos, mesmo que com tentativas de imparcialidade, apontando como uma “cautela”. A mensagem, rapidez e alcance eram igualmente problemáticos, em especial entre “mentes vulneráveis” e despreparadas como as das crianças, pois atrapalharia um controle de narrativa. Com isso, a televisão se coloca dentro de outras transformações tecnológicas e de hábitos que assustavam a sociedade. A mudança de sensibilidade em relação ao tempo, entendendo-o em uma aceleração, que atingiria (maleficamente) diversos setores.

Neste artigo, foi tratado brevemente sobre o aspecto de como os psicólogos viam a televisão se difundido no país e sendo de acesso a crianças. No entanto, a discussão é muito mais complexa, uma vez que, jor-

nais e revistas e o próprio governo se colocaram a pensar o seu assunto e pensar como essas mudanças iriam impactar a nação e como seria possível frear essas consequências. O televisor também foi visto pela chave de leitura da possibilidade, em especial pelo mercado publicitário, pelo governo – o que levou a pensar e investir em propagandas, TV Educativa etc. No entanto, para esse recorte, é o medo que alcançou diversos países que levou a pensar como essa tecnologia como uma ameaça.

Referências Bibliográficas

Fontes:

PFROMM NETTO, Samuel. Tecnologia da educação e comunicação de massa. São Paulo: Pioneira, 1976.

COUTINHO, L. D. ADOLESCENTES E TELEVISÃO: Estudo junto a adolescentes ginásianos na cidade de Londrina. Tese de doutorado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: São Paulo, 1972.

ALMEIDA, A. R.; SILVA, J.A. Televisão, Pais e Filhos: Um estudo de preferências e hábitos diários. ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA, v. 33, 1981.

Bibliografia:

BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

COIMBRA, C. M. B.. Guardiães da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi na Brasil do Milagre. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

FIGUEIRA, Sérvulo. Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do Tempo. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

STRINATI, Dominic. Cultura popular: uma introdução. São Paulo: Hedra, 1999.

VIEIRA, Rafael F. Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional: ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964 – 1988). Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação em História Social, UFC – Ceará, Fortaleza, 2016.

WILLAMS, Raymond. Televisão: Tecnologia e forma cultural. São Paulo: Boitempo. Belo Horizonte: PUC - Minas, 2016.

**DIAS GOMES SOB A MIRA DA CENSURA DE DIVERSÕES
PÚBLICAS E DO SERVIÇO NACIONAL DE INTELIGÊNCIA
(1969-1979)**

Emilla Grizende Garcia¹

Introdução

Um dos mais proeminentes escritores, tanto no teatro brasileiro quanto na teledramaturgia, Alfredo Dias Gomes (1923-1999), transitou por mais de quarenta anos de carreira nos diferentes veículos midiáticos partindo dos palcos, passando pelas ondas do rádio, alcançando audiências massivas nas telas do cinema e televisão. Em toda sua produção artística, Dias Gomes manteve certa unidade ideológica ao incorporar temáticas engajadas politicamente em suas obras com a intenção de difundir uma visão mais crítica sobre a realidade, sobretudo, em tempos repressivos.

Uma das especificidades de sua produção artística para a televisão reside no fato desta ter sido embasada em suas peças que, por sua vez, embebidas pelo nacional popular, exploravam o painel sociopolítico da realidade brasileira (GOMES, 1990, p. 563). Dias Gomes, ao compor as tramas de suas telenovelas, recorreu a adaptações ou a temáticas anteriormente exploradas no palco, nas quais circulavam personagens inspirados na cultura popular. Suas produções ganharam os palcos desde a década de 1940, período em que gestou seu estilo e o posicionamento político-ideológico, produzindo peças, roteiros cinematográficos, programas de rádio, telenovelas e seriados televisivos que

¹ Mestre em História Social pela Universidade Júlio Mesquita Filho – Unesp, e doutoranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF. A pesquisa que resultou neste artigo conta com financiamento da CAPES. E-mail: milla_grizende@hotmail.com.

expressavam a cultura popular brasileira e sua concepção politicamente engajada.

Identificado com a cultura política de esquerda, Dias Gomes compartilhava com os demais artistas e intelectuais dogmas do realismo crítico e o ethos do PCB, que objetivava através da arte e cultura despertar a consciência de classe a partir de sua própria dinâmica histórica (SACRAMENTO, 2013, p. 110). Como consequência desta diretriz, as manifestações artísticas deveriam representar os anseios e sentimentos populares e tematizar sobre os impactos do processo de modernização, a força política e cultural do povo, a busca por justiça social, entre outros. A cultura, neste contexto, assumiu uma feição social e buscou formas de comunicar-se com as camadas populares, buscando atingir o imaginário através da sensibilidade comum às práticas culturais, a fim de promover a conscientização política orientada aos ideais comunistas.

Neste sentido sua trajetória artística não pode ser dissociada de sua trajetória política. Sua formação como intelectual comunista ocorreu de forma simultânea a sua constituição como profissional midiático visto que, na medida em que estreava em sua carreira como dramaturgo em 1945, iniciava a sua militância no Partido Comunista Brasileiro, percurso marcado por idas e vindas (SACRAMENTO, 2016, p. 03). Mesmo clandestino, desde 1947, o PCB teve forte presença no campo cultural fornecendo subsídios ideológicos aos artistas e intelectuais engajados na mesma causa para a criação de uma experiência na estética “nacional-popular”. A esfera cultural era considerada por estes intelectuais como o espaço privilegiado no qual se processaria a “tomada de consciência política da realidade brasileira” (ORTIZ, 2012, p. 79).

O intelectual vigiado: o monitoramento de Dias Gomes após o golpe civil-militar

Com o golpe civil militar, o Estado autoritário passa a ser guiado pelo ideal de “guerra total e permanente”, direcionando-se para conter o avanço do comunismo, principalmente nos meios de comunicação. Ao impedir a circulação de publicações e mensagens consideradas revolucionárias politicamente e/ou que atentavam à moral e aos bons costumes visava-se, em última instância, proteger o “Estado democrático” contra a ação ideológica do “inimigo interno”, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração, em áreas estratégicas, como a política econômica, ideológica e militar. A lista de potenciais subversivos incluía estudantes, sindicalistas, intelectuais, artistas, movimentos sociais, religiosos e todos aqueles que fossem capazes de provocar “antagonismos” e/ou “pressões” que desestabilizassem a ordem autoritária (DUARTE, 2013, p. 1-2). Para tanto, foram criadas frentes de ação como: a centralização política para que se fortalecesse o caráter autoritário; legislação que legitimasse ações arbitrárias; a quebra das liberdades individuais; o emprego de métodos violentos e/ou escusos, como a tortura; delações; tráfico de influência; infiltração ideológica; e ações psicossociais².

No âmbito cultural, a contraofensiva gerida pelo Estado para conter a “ameaça comunista”, guiada pela Doutrina de Segurança Nacional, buscou cercar o inimigo em todos os meios de comunicação. Assim, além do monitoramento exercido pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que visava filtrar das manifestações culturais conteúdos considerados nocivos do ponto de vista ideológico, bem como da moral e costumes, a DCDP alimentava e se reatualizava de informações produzidas por outros

órgãos de inteligência ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Buscando conter a infiltração subversiva, agências e centros de Inteligência monitoraram intensamente os produtores culturais considerados engajados, a fim de desarticular a rede comunista dispersa também nos diversos meios de comunicação. Para tanto, em caráter confidencial, foram produzidos dossiês contendo informações detalhadas sobre estes agentes³. Em tempos de repressão, representar a realidade nacional - ainda que por meio da arte e da ficção - expressando sua concepção de mundo e as transformações sócio culturais, era algo muito audacioso.

A incorporação destes profissionais engajados em um veículo de comunicação massiva, como a televisão, gerou uma grande preocupação com o conteúdo político ideológico presente nestas produções. Além do controle exercido sob as produções artísticas, escritores, artistas e intelectuais, devido à projeção de suas obras e suas possíveis ligações subversivas, se tornam alvo de agências de inteligência subordinadas ao SNI. Entre os órgãos setoriais que integravam essa “comunidade de informações” estão as Agências Regionais do SNI, os centros de operações de defesa interna os DOI-CODIs e os serviços secretos das Forças Armadas - Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa). As informações produzidas por estes órgãos, muitas vezes, eram obtidas por métodos escusos - espionagem, coerção e outras violações dos direitos humanos – praticados nos “porões”

³ Informações foram obtidas mediante a análise dos seguintes documentos: N°015/60/ARJ/SNI/75; N°033/60/ARJ/SNI/75; N°171/60/ARJ/SNI/75; N°191/60/ARJ/SNI/75; N°195/60/ARJ/SNI/75; N°212/60/ARJ/SNI/75; N°216/60/ARJ/SNI/75; N.°220/60/ARJ/SNI/75; N°226/60/ARJ/SNI/75; N°074/31/ARJ/SNI/75; N°103/32/ARJ/SNI/74. Entre os Informes consultados pela Agência do SNI do Rio de Janeiro estão: N°032/60/ARJ/SNI/75; N°075/60/ARJ/SNI/75; N°157/60/ARJ/3NI/75; N°160/60/ARJ/SNI/75; N°028/32/ARJ/SNI/72.

da ditadura militar brasileira.

Ao obter estas informações, as agências de inteligência tinham como objetivo desmantelar e reprimir as diversas organizações do PCB, dispersas em todos os setores da sociedade, inclusive a empresa midiática que mais dava visibilidade ao regime militar, a Rede Globo de Televisão. Entre estes autores estão nomes reconhecidos nos meios teatral e cinematográfico, como Dias Gomes, Walter Dust, Braúlio Pedroso, Oduvaldo Viana Filho e Gianfrancesco Guarnieri, que possuíam alguma ligação, em maior ou menor grau, com o PCB.

Na TV, com a renovação do gênero telenovela, que ao longo da década de 1970 invadiu as salas de estar dos lares brasileiros, modificando hábitos, além de suscitar novas formas de consumo, trouxe consigo uma série de preocupações ao Estado Autoritário quanto aos usos e, sobretudo, aos perigos do que poderia ser veiculado (VIEIRA, 2016, p. 21). Perigos ideológicos, pois muitas destas produções televisivas foram elaboradas por autores ideologicamente identificados com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), como é o caso de Dias Gomes.

O processo de desarticulação conduzido pela censura federal fez com que artistas, sobretudo dos meios cinematográfico e teatral, fossem impossibilitados de se comunicar com o público, visto que suas obras teatrais e cinematográficas sofreram vetos integrais. Aliados pelo próprio Estado do mercado de trabalho, seja pela restrição dos investimentos e/ou pela perseguição e vetos expedidos pela Censura, estes profissionais encontram na televisão um novo mercado de trabalho com salários atrativos. Enquadrados sobretudo no principal gênero televisivo, a telenovela, a entrada destes profissionais engajados passa a ser observada pelo Estado como um gênero perigoso que deveria ser vigiado, controlado e monitorado, devido a sua grande influência massiva.

A incorporação de Dias Gomes na Rede Globo, em 1969, não ocorreu de forma serena. Em sua estreia, o escritor assumiu a telenovela “A ponte dos Suspiros” e, para tanto, assinou a produção com o pseudônimo Stela Calderón. Tal estratégia já era usual entre os intelectuais engajados, inclusive por Dias Gomes, uma vez que era um nome visado pela DCDP e pelo SNI, podendo ter sua obra vetada. Todavia, ao assumir a autoria de sua próxima produção “Verão Vermelho”, Dias Gomes sentiu o peso da Censura de Diversões Públicas que confinou todas obras de sua autoria a um novo horário de exibição, o horário das 22 horas. Este controle e vigilância sobre as telenovelas visava inibir qualquer manifestação contrária ao regime, procurando intervir para a supressão da veiculação de imagens e representações consideradas ideologicamente subversivas ou mesmo que remetessem, ainda que indiretamente, a problemas inerentes à realidade brasileira. No entanto, este controle ultrapassou a esfera ficcional de suas produções, incidindo diretamente sobre a vida do autor.

Dias Gomes e sua relação com o SNI

No início dos anos 1960, Dias Gomes já era um autor notadamente reconhecido por suas produções críticas e por seu engajamento político. Logo após o golpe civil militar de 64, o dramaturgo foi destituído de seu cargo, junto a outros importantes nomes do elenco da Rádio Nacional, sob a acusação de subversão à ordem interna. Segundo um dossiê, consta que o autor foi qualificado como “comunista notório e confesso, com longo prontuário na ARJ (Agência de Informação do Rio de Janeiro)⁴. Demitido pelo Ato institucional

⁴ Idem. O depoimento de Marco Antônio Tavares Coelho foi colhido mediante à pressões e torturas sofridas nas dependências do DOI-CODIs. Membro do PCB desde a década de 1940, Marco Antônio Tavares Coelho indicado

AI-1 da Rádio Nacional”⁵. De acordo com o documento, Dias Gomes integrava “a Base dos Artistas, que apoia o PCB, segundo depoimento de Marco Antônio Tavares Coelho”⁶. Percebe-se, através do perfil delineado sobre o autor, que este já era alvo de monitoramento pelo SNI antes mesmo de ingressar no meio televisivo, visto o extenso prontuário presente nestas Agências de Inteligência.

No PCB sua atuação não se deu de forma direta ocupando cargos de destaque, mas sim na zona periférica do partido em órgãos de influência. Segundo o Centro de Investigações da Marinha, CISA, Dias Gomes era tido como um dos:

[...] fundadores do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, que nada mais era do que uma organização do PCB, é comunista ativo, tendo inclusive tomado parte do Comitê Estadual do PCB, no antigo estado da Guanabara. Suas peças são eivadas de temas ao sabor de ideias marxistas; é voltado para a Socialização do Brasil, através da implantação do regime comunista⁷.

O dossiê prossegue informando que o intelectual, além de ser integrante do Comando dos Trabalhadores Intelectuais⁸, foi o 1º Secretário e um dos funda-

pelo dirigente comunista Luís Carlos Prestes se elegeu, em 1962, deputado pelo Partido Social Trabalhista (PST). Preso por cinco anos e foi duramente torturado, conseguiu comprovar a violência sofrida por sucessivos processos e exames médicos. Devido aos seus depoimentos na prisão, Marco Antônio foi expulso do PCB por decisão da direção do partido, e passou a dedicar-se ao jornalismo. Informações disponíveis em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-tavares-coelho>>. Acesso em 10/02/2020.

⁵ Arquivo Nacional, Fundo SNI. Encaminhamento no. 098/19/15 ARJ/SNI. Assunto: Complexo Globo, encaminhado em 04/09/1975. Trabalho organizado pela Agência do Rio de Janeiro (ARJ) –SNI, sobre o Complexo Globo. p. 03.

⁶ Idem.

⁷ Arquivo Nacional, Fundo SNI/ CISA. Informação confidencial no. 1345, assunto “Alfredo Dias Gomes”, de 09/11/1976.

⁸ Segundo Mônica Kornis, o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI),

dores do Instituto Cultural Brasil URSS e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRAES). Fora ao que foi referenciado, Dias Gomes trabalhou como editor da Revista Civilização Brasileira⁹.

Subversivo confesso, Dias Gomes foi indiciado em cinco Inquéritos Policiais Militares (IPMs), compondo investigações direcionadas para apurar suas responsabilidades sobre atividades de resistência. O escritor era considerado pelos órgãos do SNI como “pertencente a cúpula esquerdista brasileira e é adepto incondicional do socialismo”¹⁰. De acordo com o IPM no. 58/69, encaminhado ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Dias Gomes exercia juntamente com Cacá Diegues, Jean Francesco Guarnieri, Ferreira Gullar, Newton Carlos, Plínio Marcos e Geraldo Pedroso de Araújo Dias, ações ostensivas ou veladas, voltadas “a destruir os princípios da Revolução de 31 de março”, utilizando, para tanto, meios de grande penetração e influência na opinião pública, como cinema, teatro, rádio e televisão

11.

foi uma associação em outubro de 1963 no Rio de Janeiro, constituída por um grupo de intelectuais de diversas áreas, os quais unidos atuariam ao lado dos demais órgãos representativos das forças populares em defesa das liberdades democráticas. Extinto logo após ao golpe civil militar de 64, o CTI não resultou em nenhuma ação significativa. Verbete CDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-dos-trabalhadores-intelectuais>>. Acesso em 30/01/2020.

⁹ Após o golpe civil militar, tanto a Revista Civilização Brasileira fundada por Ênio da Silveira quanto o Comando dos Trabalhadores Intelectuais por serem norteadas por projetos engajados, foram dissolvidas e seus membros foram vigiados e monitorados por agências ligadas ao Serviço Nacional de Inteligência (SNI), sendo alguns deles enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

¹⁰ Arquivo Nacional, Fundo SNI. Informe confidencial no. 55, do Centro de Inteligência do Exército (CIE), “Infiltração nos meios artísticos e Intelectuais”, 08/02/1972.

¹¹ Arquivo Nacional, Fundo SNI. Informe confidencial no. 58, da Presidente da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar encaminhado para o Presidente da República, em 18/04/1969.

As atividades subversivas desses elementos, constituem uma das componentes, no mínimo psicológica, para ocorrência sistemática do ações da guerra revolucionária, já identificada com atentados terroristas, sabotagens, assaltos a bancos, golpes a mão em quartéis, roubos do armas e equipamentos militares a pratica de atos contrários aos interesses nacionais, corrompendo à Juventude e contribuindo para a dissolução da família brasileira e da sociedade democrática.¹²

Conforme expõe o documento, a produção cultural destes intelectuais era tão nociva ao regime militar quanto a luta armada, sendo um dos componentes da ação revolucionária. Ameaçando o *status quo* estabelecido, a produção da classe artística comunista teria o poder de influenciar psicologicamente a juventude modernizando a esfera de costumes, desestabilizando assim a família tradicional, bem como poderiam veicular críticas à realidade sociopolítica brasileira. Frente à ameaça destes produtores culturais ao regime militar, todos eles, inclusive Dias Gomes, foram autuados em um processo de responsabilização criminal diante de suas atividades supracitadas. No decorrer do processo, o documento expõe que seriam investigados também outros nomes da classe artística que viessem a ser identificados no curso do inquérito, a fim de desarticular a rede comunista infiltrada.

Além de ser constantemente chamado para depor nos órgãos do SNI para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo veiculado em suas telenovelas, Dias Gomes tinha sua vida pessoal rigorosamente monitorada. Em um dos depoimentos de Dias Gomes, tomado em um IPM movido pelo Centro de Inteligência da Marinha, em 01 de março de 1971, o autor foi interrogado sobre sua atuação na Política Partidária do PCB tendo que explicar o contato com pessoas tidas como subver-

¹² Idem.

sivas¹³. Indagado sobre sua presença no VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, Dias Gomes afirmou que foi levado de olhos vendados, como era natural, para que não fosse reconhecido o local da reunião. Ao ser inquerido sobre os nomes dos participantes do Congresso o autor disse que não se recorda dos seus nomes. Esta ação do Centro de Inteligência da Marinha visava elencar os agentes que compunham o comitê cultural do PCB.

As agências do SNI espreitavam também as declarações de Dias Gomes à imprensa nacional e internacional, bem como reportagens sobre o autor e suas obras, sendo constante o recorte de matérias e entrevistas compondo os informes, dossiês e relatórios sobre o intelectual. Este monitoramento realizado pelo SNI refletiu, por exemplo, em um veto direto a uma de suas produções televisivas que iria ao ar pela Rede Globo, em 1971. “Um homem marcado para morrer”, telenovela de autoria do casal Janete Clair e Dias Gomes foi impedida de ser veiculada por uma intervenção direta do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) no alerta repassado ao Chefe do Departamento da Polícia Federal (DPF). Conforme consta no relatório da Cisa¹⁴, ao interceptar uma reportagem do jornal *O Globo*, de 27/05/1971, no qual afirmava que esta produção abordaria o nazismo alemão, este centro de inteligência informou ao DPF que esta temática poderia ser facilmente associada ao contexto político da época, sendo contrária aos interesses do regime. Assim, o DPF encaminhou a informação à Censura de Diversões Públicas, a qual expediu o veto integral a esta produção, que por isso nunca foi levada ao ar.

¹³ Arquivo Nacional, Fundo SNI. Memorando Confidencial no. 1336, encaminhado pelo Gabinete do SNI ao Presidente da República contendo as declarações prestadas por Alfredo Dias Gomes no IPM da Marinha sobre o PCB, 05 de julho de 1971.

¹⁴ Arquivo Nacional, Fundo SNI. Informe confidencial Cisa, de 28/05/71.

Dias Gomes também seria vítima, no dia 8 de maio de 1975, de uma ação do SNI de interceptação telefônica da Agência de Inteligência Rio de Janeiro – ARJ/SNI – de sua conversa com Nelson Werneck Sairé, cujo telefone estava grampeado. Dias Gomes revelou ao historiador “que sua nova novela da TV Globo era uma versão modificada da peça Berço do Herói, considerada subversiva em 1965 e proibida de ser encenada. Em poucos dias a novela de Dias Gomes estava proibida pelo ministro da Justiça, Armando Falcão” (Veja, 25/08/1987). O SNI orgulhou-se do sucesso de sua operação. A novela proibida em 1975, chamava-se Roque Santeiro.

Considerações Finais

Por meio de métodos escusos de espionagem, intimidação e censura, o regime militar buscou controlar, cercear e intimidar Dias Gomes para que este não produzisse obras críticas, tanto em aspectos de ordem moral e de costumes bem como questões de ordem político ideológica. Ao migrar para a televisão, o Estado Autoritário empregando os órgãos que compunham o seu mecanismo repressivo – Censura de Diversões Públicas e Serviço Nacional de Inteligência – enrijeceu o controle sobre Dias Gomes e suas produções, visto que estas alcançariam audiência massiva na Rede Globo. Para tanto, para sua proteção e viabilização de suas obras, foi necessário a criação de uma rede de influências pela emissora voltada a facilitar os processos de negociação com a Censura de Diversões Públicas e os órgãos do SNI.

Referências Bibliográficas

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura: uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. Anais XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, RN, 2013.

GOMES, Alfredo Dias. Nota do autor. In: MERCADO, Antônio (coord.). Coleção Dias Gomes: os falsos mitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SACRAMENTO, Igor. Nos tempos de Dias Gomes: a trajetória de um intelectual comunista nas tramas comunicacionais. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

_____. Por uma teledramaturgia engajada: a experiência de dramaturgos comunistas com a televisão dos anos de 1970. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAIIKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs) Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2012.

VIEIRA, Rafael de Farias. Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional: ou uma história da censura televisiva durante a Ditadura Militar (1964-1988). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2016.

“MAIS TESÃO, MENOS ENCUCUÇÃO”¹: HUMOR GRÁFICO E RESISTÊNCIA NO JORNAL ALTERNATIVO LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-81)

Geovane B. da Costa²

INTRODUÇÃO

Existem muitos trabalhos que tomam o humor como objeto de estudo a partir de diversos suportes, seja através da sua manifestação na forma de piadas, sátiras, ironias entre outras. Há também muitos outros trabalhos que recortam o humor como tema de estudo a partir daquilo que chamam de humor gráfico, no qual o humor está presente em diversos suportes, como cartuns, charges, histórias em quadrinhos etc. No entanto, particularmente, esse não foi o caso da minha fonte e objeto de pesquisa, o jornal alternativo *Lampião da Esquina*, que circulou nacionalmente entre os anos de 1978 e 1981, e que teve poucas análises quanto a tais questões³.

O que esses trabalhos tinham em comum? Todos compreendiam o humor gráfico como sendo um material produzido para fazer humor e como instrumento de ação política na resistência ao regime militar brasileiro. Assim, por entender que o humor pode ser concebido como uma das formas que os editores dos jornais usaram para promover discursos e reflexões aos seus leitores, e, que o humor por trás dessas formas, significaram estratégias de resistência às visões da sociedade heteronormativa, escolhi o jornal *Lampião da Esquina*.

¹ Título extraído de uma resposta dada, na seção Cartas na Mesa, na edição 27, pelos editores do jornal ao leitor que se identificou como Walter Pereira, da cidade de Porto Alegre.

² Licenciado, Bacharel e Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: geovanecosta2011@gmail.com

Desta forma, este artigo que tem como intenção analisar o humor gráfico no jornal *Lampião* tendo como recorte a questão das (homo)sexualidades, apresentará a análise realizada a partir de alguns cartuns e charges, que foram publicadas entre 1978 e 1981.

Humor gráfico e resistência

Como a intenção desse trabalho não é discutir mais aprofundadamente o humor⁴ nem os tipos de risos⁵, e, devido à limitação de espaço para a escrita, queria já ir direto ao ponto e chamar a atenção para o humor gráfico, que é uma expressão utilizada para definir uma categoria geral de construções iconográficas que apresenta diversos gêneros de linguagens iconográficas, sendo que todas tem em comum o elemento do humor, dentre os quais destacam as *charges*, os *cartuns*, as histórias em quadrinhos, entre outras (NASCIMENTO e SANCHES, 2013; COSTA, 2020).

Das que mencionei, queria destacar as duas primeiras: charges e cartuns. Por ser um texto visual, as charges podem se apresentar somente através de imagens ou combinando imagem e texto - utilizado para complementar a informação ou o sentido humorístico da imagem -, e possuem a capacidade de abordar, de forma condensada e humorada, assuntos do dia-a-dia, personagem ou acontecimento político contemporâneo, e, por isto, elas são limitadas à uma dada temporalidade onde estes fatos ou personagens se contextualizam, pois, para compreendê-las, faz-se necessário

⁴ Sobre humor ver a dissertação de Daniel de Oliveira Figueiredo, *Humor e Resistência: as possibilidades políticas do humor nas charges do jornal O Pasquim*, de 2011; e, o artigo de Bernardo Jablonski e Bernard Rangé, *O humor é só-riso? Algumas considerações sobre os estudos em humor*, de 1984.

⁵ Conforme Figueiredo (2011, p. 31- 34), o autor russo Vladímir Propp fez uma classificação de sete tipos de riso a partir de obras literárias e peças teatrais russas: 1) riso de zombaria; riso bom; riso mau (ou maldoso); riso cínico; 5) riso alegre; 6) riso ritual; e, 7) riso imoderado.

recorrer a esse repertório de informações (ROMUALDO, 2000, p. 21).

Já os cartuns, também em alguns casos chamado de anedota gráfica, seriam uma espécie de caricatura⁶ que também pode misturar imagem e texto, mas que ao contrário da charge, são atemporais, “não referenciais” com a atualidade, assim, não necessitam ter uma relação com fatos ocorridos ou com personalidades públicas, tendo como objetivo principal, satirizar costumes e comportamentos da sociedade (RIANI, 2002, p. 34).

Ambos, cartuns e charges, podem ser entendidos como produtos comunicativos e como ferramenta de persuasão, que apresentam e defendem uma determinada opinião e ideia, geralmente traduzindo críticas através do humor a determinadas visões de mundo, ideologias ou sistemas (FIGUEIREDO, 2011). E, por isso Marques (2012, p. 107), está correto ao atentar para o fato de que é necessário levar o humor a sério para entender certas manifestações de vontade política no Brasil ou para observar a construção da imagem de certas organizações públicas pela via da “brincadeira”.

Vou um pouco mais além do que Marques (2012) defendeu, e aqui o humor será levado mais a sério visando tentar compreender, como através do humor (gráfico), o jornal *Lampião da Esquina*, discutiu as (homo)sexualidades e serviu de resistência ao discurso heteronormativo, e, de politização de seus leitores. Vale por fim pontuar, que quando falo de resistência, digo no sentido do humor estar associado a uma capacidade de introduzir sentidos alternativos em situações sociais, dele ser considerado subversivo, ao conseguir introduzir uma realidade capaz de desafiar a realidade domi-

⁶ De acordo com Mariana Arrigoni (2011, p. 2064), o termo caricatura vem do italiano “caricare”, que significa carregar, no sentido mesmo de exagerar, de ressaltar certas características do retratado a partir da distorção anômica ou de realçar alguns acontecimentos, com intenção de zombar.

nante, expondo suas arbitrariedades, paradoxos, inconsistências, fragilidades (MARQUES, 2012).

Humor gráfico em “Lampião da Esquina”

O jornal alternativo gay *Lampião da Esquina* foi produzido por 11 homens de classe média assumidamente homossexuais - os jornalistas Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clovis Marques, Gasparino Damata e João Antonio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteado; o crítico de cinema Jean Claude Bernardet; o poeta e crítico de arte Francisco Bittencourt; o cineasta e escritor João Silvério Trevisan, e o antropólogo Peter Fry-, que faziam parte do conselho editorial. Surgiu em abril de 1978, como uma edição experimental, a edição de número 00 (zero), somente com o nome de *Lampião*, no entanto, por uma questão de direitos autorais, por já haver um jornal gaúcho homônimo, que era editado desde 1976 por um grupo trotskista (QUINALHA, 2017, p. 280 apud COSTA, 2020, p. 64), o conselho editorial do jornal na edição de número 01, que já tinha começado a ser vendido em algumas bancas de jornais, acrescentou o termo “da Esquina”, que fez parte do nome do jornal até o seu fim, em junho de 1981 (COSTA, 2020, p. 30).

Sem poder dedicar mais espaço sobre o jornal *Lampião*, já parto para o objetivo desse trabalho, que é o de falar um pouco sobre a temática da (homo)sexualidade através do seu humor gráfico. Quanto ao humor gráfico nesse jornal, é possível afirmar que antes da edição 3, não existia. Foi a partir dessa edição, que surgiu o cartum assinado por Jônio (Figura 1), que ocupou um pequeno espaço, para brincar com o trocadilho de “viado” e “veado”, seguindo a lógica da inversão de estereótipos proposta pelos editores, que também nessa mesma edição, iniciaram uma campanha com o texto

intitulado *As palavras: para que temê-las*, de Aguinaldo Silva, que explica sobre a necessidade de reapropriação de xingamentos e termos pejorativos que eram utilizados para humilhar ou ridicularizar as pessoas homossexuais, tais como “bicha”, “viado”, “sapatão” etc., pois eram palavras que o “uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante”, que deveriam ser resgatas “do vocabulário machista para em seguida desmistificá-las”, pois era preciso “perder o medo das palavras” usadas para reprimir grupos que não rezam a cartilha do grupo Estabelecido (SILVA, 1978, p. 5).

Conforme Toulhoat (2020, p. 316), esse cartum assinado por Jônio, pode ser lido como uma crítica à homofobia, usando a metáfora da caça baseada no duplo sentido da palavra “veado”, e como afirmação do pertencimento dos homossexuais - metaforicamente representado pelo veado -, à natureza, à sociedade brasileira como um todo.

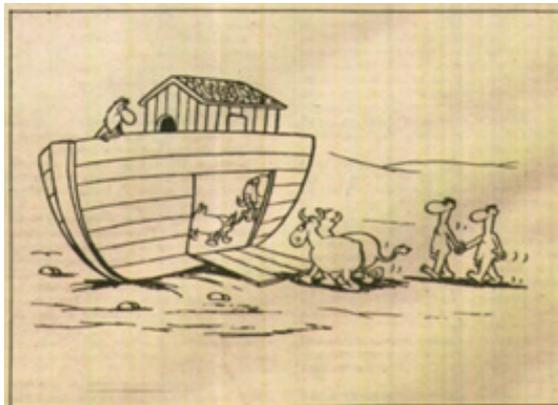
Figura 1- Cartum Jônio



Fonte: Lampião da Esquina, nº 3, 1978, p. 5.

O segundo cartum (Figura 2) foi publicado sem identificação no número 11 de Lampião, e vemos nele uma referência à história de Noé e sua arca, contada em Gênesis. Nessa narrativa cristã, temos um Deus furioso com os pecadores, e, por isso pretendia causar um dilúvio sobre a Terra para limpar a área e construir um mundo novo, mas queria salvar Noé, um homem justo, íntegro e temente a Deus, juntamente com sua família e um casal de cada espécie, e por isso ordenou que esse homem construísse uma arca. Trata-se portanto de uma crítica e uma constatação, onde o cartunista aponta que a arca acomodou representantes de todas as espécies de animais, incluindo entre eles um casal de homens homossexuais, confirmando assim que eles também foram salvos por Deus para povoar e construir esse novo mundo.

Figura 2 – Cartum sem identificação



Fonte: Lampião da Esquina, nº 11, 1979, p. 6.

O terceiro cartum (Figura 3) foi publicado por Bultram na edição 14, e retrata um cenário pré-histórico, já imortalizado em cartuns, charges, desenhos animados, só que ao contrário da imagem do homem

pré-histórico arrastando a sua parceira pelos cabelos, temos um homem arrastando outro homem, e duas mulheres, que num primeiro momento parecem ser heterossexuais, questionando: “Homem, com homem! Me diga uma coisa, querida: onde é que esse mundo vai parar?”. Interpreto esse cartum como uma tentativa de apontar que desde a pré-história existiam relações homossexuais, podendo observar isso na inversão do mito no qual o homem saía à caça de mulheres, derubando-as com um golpe de clava na cabeça e arrastando-as pelos cabelos, que foi substituído pela imagem de um homem fazendo isso com outro homem. No entanto, observo que esse mesmo cartum reafirma um certo tipo de masculinidade e a crença de que, na relação entre os sexos, os homens das cavernas eram agressivos e violentos.

Figura 3 – Cartum Bultram



Fonte: Lâmpião da Esquina, nº 14, 1979, p. 6.

Gostaria de destacar agora, dois cartuns de Levi, artista que apareceu na edição 21 e permaneceu até a

penúltima edição de *Lampião*, a de nº 36. O primeiro cartum (Figura 4), foi publicado na edição 22, na qual o artista retrata uma prática bastante comum no carnaval de rua no Brasil: a das pessoas irem para o desfile vestindo roupas convencionais do gênero oposto. Evitando discutir se trataria de uma vontade oculta ou não de querer pertencer ao outro gênero, se seria uma transgressão ou simplesmente uma inversão de gênero, ou se também seria uma prática machista e desrespeitosa para com as mulheres, no caso específico do homem se vestir como mulher, é válido destacar que é durante o período de carnaval, que homens e mulheres realizam essa transgressão/inversão de gênero, e temos disso homens que fazem performances de mulheres e mulheres fazendo performances de homens, sem sofrerem maiores repressões, como ocorre com as travestis, que sofrem com preconceito e violência quase que o ano todo, por terem essa performática transgressora presente em suas vidas.

Figura 4 – Cartum 1 - Levi



Fonte: *Lampião da Esquina*, nº 22, 1980, p. 6

O segundo cartum de Levi (Figura 5), foi publicado na edição 35 e tem também como cenário o carnaval. Entretanto, esse cartum realiza uma crítica diferente do que contém o cartum publicado no nº 22, pois, temos não somente a inversão das convenções de gênero, mas também da sexualidade, já que temos a esposa, vestida como homem, e acompanhada de outra mulher, que depara-se com o seu marido, vestido como mulher, e também acompanhado por outro homem (NASCIMENTO, 2013, p. 3117).

Figura 5 – Cartum 2- Levi

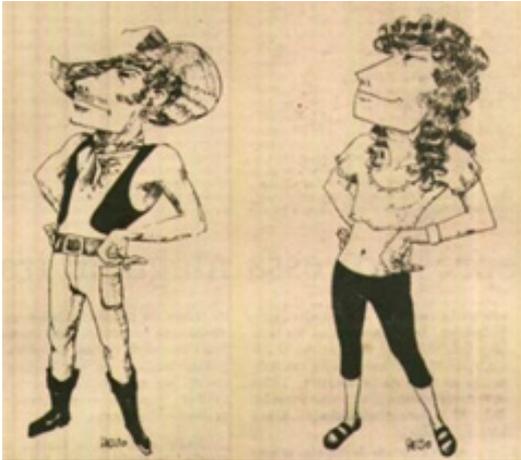


Fonte: Lampion da Esquina, nº 35, 1981, p. 17

Diferente dos cartuns, a primeira charge relativa às questões das sexualidades, aparece na edição 8 (Figura 6). Publicada por Hélio, temos a representação de um homem, na qual aparece com roupas consideradas masculinas, e na outra imagem, este mesmo homem com trajes tidos como femininos. Para entendê-la teria que ler o texto *Gay-macho: uma nova tragédia*

americana?, de Seymour Kleinberg, publicado na mesma edição da charge, que fazia uma crítica à tendência que surgia nos bares estadunidenses de só privilegiar os homossexuais discretos e másculos, enquanto outros homossexuais que não se encaixavam, eram desprezados.

Figura 6 – Charge Hélio



Fonte: Lampião da Esquina, nº 8, 1979, p. 8.

Retornando à questão do carnaval e a transgressão/inversão de gênero, temos uma charge, sem identificação do artista, publicada na edição de nº 34 (Figura 7). Nela, temos um homem fantasiado de mulher, dizendo que se preparou todo, se vestindo de mulher, mas que o seu subconsciente o “traiu”, por ter liberado o seu lado masculino, ao ter ficado excitado na multidão. Interpreto isso como uma crítica que o jornal fazia por exemplo às travestis e transexuais – que geralmente eram grupos que o jornal não fazia uma diferenciação e por isso se confundiam -, de que mudar o corpo através de uma operação de redesignação sexual, no caso das pessoas transexuais, ou a vestimenta, no caso

das travestis, não seria suficiente para que fossem consideradas como pessoas daquele gênero só porque o performatizavam.

Figura 7 – Charge sem identificação



Fonte: Lampião da Esquina, nº 34, 1981, p. 12

Poderia também citar a charge de Levi (Figura 8), publicado na edição 35, que corrobora com a afirmação acima de que tais sujeitos viveriam frustrados, porque queriam ser mulher e podiam até ter a aparência feminina, mas nunca iriam ser mulher, assim, não bastaria fazer somente a operação de redesignação sexual, se o “inconsciente” da pessoa que se sujeitará a ela ainda concebê-lo como pertencente ao gênero e ao sexo com o qual nascera. Assim, parece que a questão do sexo está atrelada ainda aos órgãos sexuais. Silva e Brito (2017, p. 228), afirmam que a charge de Levi evidencia o preconceito contra a transexualidade e a cirurgia de redesignação sexual, pois representa a ci-

rurgia, como uma operação do corpo desconectada da identidade da pessoa, e, que a ridicularização fica evidente ao expor a transexual usando o mictório de banheiro público na posição em pé, além de confirmar a ideia do senso comum de que as transexuais são exclusivamente prostitutas pelas roupas que a personagem está vestindo.

Figura 8 – Charge Levi



Fonte: Lampião da Esquina, nº 35, 1981, p. 5

Acredito que seja importante também destacar que, ao contrário das transexuais, muitas travestis não optam pela redesignação sexual. No entanto, também é bom lembrar que há pessoas transexuais que não optam pela cirurgia de redesignação sexual, se contentando em retirar ou colocar os seios, tomar hormônios para ter ou não ter pelos no corpo, ou seja, preferem conviver com suas genitálias, ainda que muitas vezes possa não sentir prazer com elas (COLLING, 2013 apud SILVA e BRITO, 2017, p. 223).

Enfim, dentre o total de 64 imagens em *Lampião da Esquina*, categorizadas entre cartuns e charges, pelo menos 36 diziam respeito a questões ligadas à sexualidade e o restante à violência policial, ecologia, política e economia. Destas 36, escolhi 5 charges e 3 cartuns, que traduzem com mais propriedade um dos grandes objetivos de *Lampião*: a desestabilização de categorias fechadas, fossem elas ligadas a heterossexualidade ou à homossexualidade. Conforme Toulhoat (2020, p. 317), esse jornal “apelava para a destruição dos papéis pré-estabelecidos para lésbicas e homossexuais na sociedade brasileira, debochava do pensamento conservador sobre preferências sexuais, exaltava os lados considerados femininos e o gosto performático dos homens”. Enfim, *Lampião da Esquina* através do humor de transgressão, presente em suas charges e cartuns, não só procurou incentivar seus leitores à uma reflexão mais crítica da sociedade através do recurso da ironia, como também tentou implodir as categorias de sexualidades (hetero e homo) e expor a fragilidade da hegemonia do pensamento heteronormativo e machista.

Considerações finais

O humor possui um elemento desconstrutor de mitos e de pretensas hierarquias, sendo elemento de resistência aos discursos “dominantes”. Assim, por entender o humor como instrumento de ação na resistência ao padrão heteronormativo, esse trabalho visou estabelecer relações entre a imprensa escrita alternativa, a ditadura militar brasileira, o humor e a resistência. Particularmente, apresentei dados referentes ao levantamento de tais questões no jornal alternativo *Lampião da Esquina*, que circulou nacionalmente entre os anos de 1978 e 1981.

Enfim, nesse texto falei sobre o humor gráfico

no jornal Lampião da Esquina, mas ainda há poucas pesquisas que tenham isso como objeto de investigação, e, isto de fato merece ser apontado, questionado e vejo a necessidade de uma reflexão mais profunda, que ficará para trabalhos posteriores.

Referências Bibliográficas

ARRIGONI, Mariana de Mello. Debatendo os conceitos de Caricatura, Charge e Cartum. III ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 3 a 6 de maio de 2011, Londrina -PR, p. 2060-2075. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Mariana%20de%20Mello%20Arrigoni.pdf>> Acesso em 13 out. 2020.

COSTA, Geovane B. As (homos)sexualidades num jornal “guei” – Saindo do gueto com Lampião da Esquina (1978-1981). Curitiba: Editora Collaborativa, 2020.

FIGUEIREDO, Daniel de Oliveira. Humor e Resistência: as possibilidades políticas do humor nas charges do jornal O Pasquim. Dissertação (mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

JABLONSKI, Bernardo; RANGÉ, Bernard. O humor é só-riso? Algumas considerações sobre os estudos em humor. Arq. Bras. Psic, Rio de Janeiro v. 36, n. 3, p. 133-140, jul./ set. 1984.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; OLIVEIRA, Luciana de. Poder e resistência: breve reflexão teórica sobre o papel do humor nos conflitos público-privado em contextos organizacionais. Ciberlegenda, (UFF Online), v. 1, p. 99-110, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/viewFile/36903/21478>> Acesso em 12 Out. 2020.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do; SANCHES, Thiago Cardassi. Humor gráfico e o discurso subversivo no periódico alternativo Lampião da Esquina. IV Encontro Nacional de Estudos da Imagem, I Encontro Internacional de Estudos da Imagem, 07 a 10 de maio de 2013 – Londrina-PR, p. 3107-3123.

RIANI, Camilo. Linguagem & cartum... ta rindo do quê? Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba. Piracicaba: Editora Unimep, 2002.

ROMUALDO, Edson Carlos. Charge jornalística: intextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

SILVA, Aguinaldo. Lampião da Esquina. As palavras: para que teme-las?. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, jul-ago 1978.

SILVA, Edlene Oliveira; BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. Travestis e transexuais no jornal 'Lampião da Esquina' durante a ditadura militar (1978-1981). *Dimensões - Revista de História da Ufes*, v. 38, jan.-jun. 2017, p. 214-239.

TOULHOAT, Mélanie. Um novo imaginário nacional? O humor gráfico publicado na imprensa independente brasileira durante a progressiva redemocratização. *BRASILIANA: Journal for Brazilian Studies*, Vol. 9, N. 1, p. 312-331, 2020.

SOBRE OS AUTORES

Matheus de Sousa oliveira

Graduado em Licenciatura Plena em História pela Faculdade Estácio de Castanhal/PA. Email: matheussousa0712@gmail.com

Carlos Arthur Góes Cordeiro

Licenciado pleno em História e Especialista em “Ensino de História” pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é aluno concluinte de Mestrado em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri/UFGA), atuando desde 2014 como professor de História da rede particular de ensino. Email para contato: carlos-cordeiro@outlook.com.

Drieli Fassioli Bortolo

Graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)/Campo Mourão. E-mail: drifassiolibortolo@gmail.com.

Cyntia Simioni França

Docente dos Programas de Pós-Graduação em História Pública e ProfHistória da UNESPAR. E-mail: cyntiasimioni@yahoo.com.br

Mayco Bruno Cruz Costa

Mestre em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFGA) e professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SE-DUC-PA). E-mail: brunocruz@gmail.com.

Sérgio Villarim Alves da Silva

Mestrando em História Profissional pela Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP – Graduado em Licenciatura Plena em Geografia, FUNESO. Especialização no Ensino de Geografia – UFPE. (sergiovillarim@gmail.com)

Marco Antônio Coelho Soares

Professor na Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA) e da Secretaria Municipal de Educação de Barcarena (SEMED). Discente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Pará (campus de Ananindeua).

Bárbara Alves

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, barbaraalves@gmail.com.

Glenda Spósito

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, glensposito@hotmail.com.

Samile Carvalha

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, samisouzac@gmail.com.

Valesca Gomes Rios

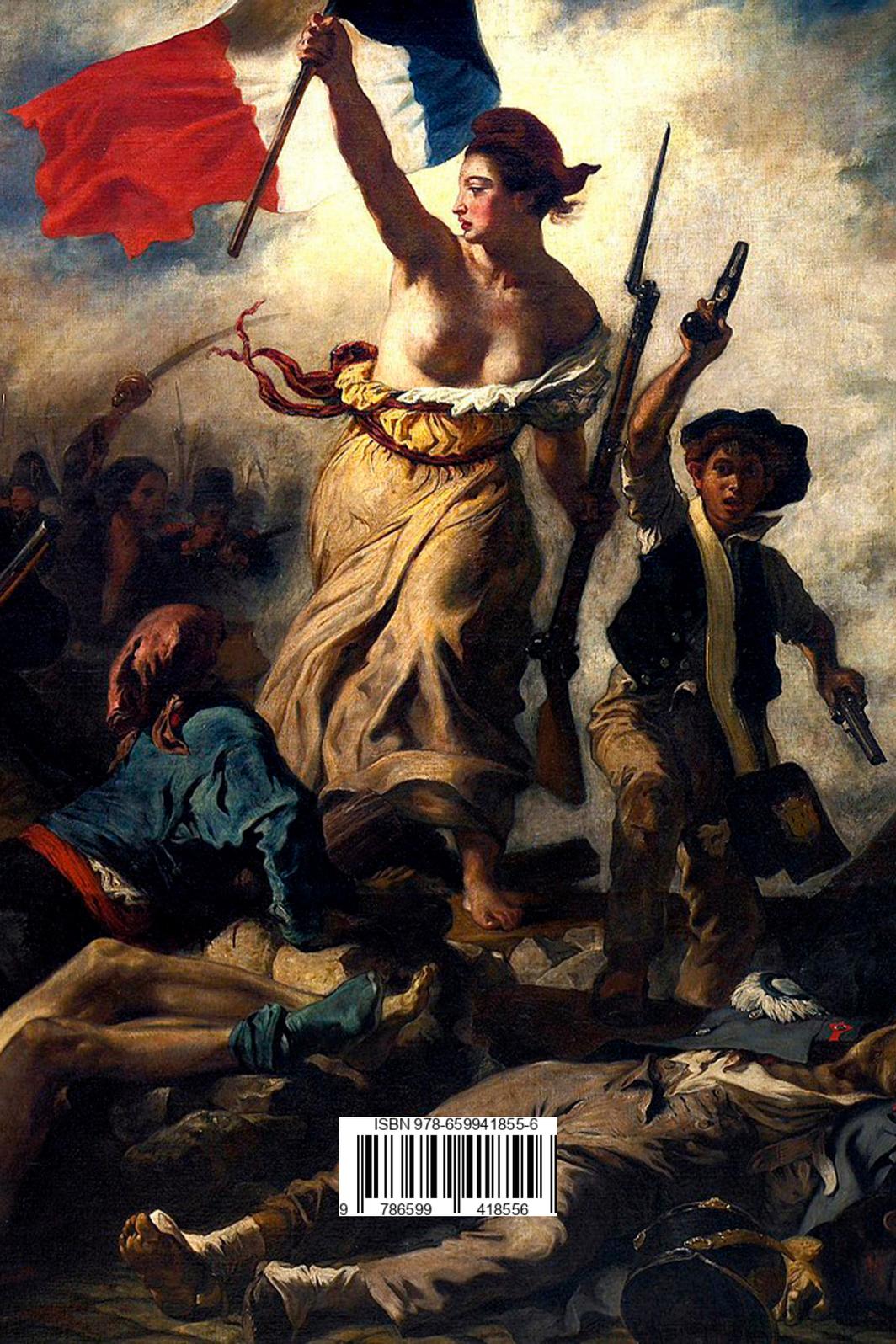
Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal. E-mail: valescagomesjg@gmail.com

Emilla Grizende Garcia

Mestre em História Social pela Universidade Júlio Mesquita Filho – Unesp, e doutoranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF. A pesquisa que resultou neste artigo conta com financiamento da CAPES. E-mail: milla_grizende@hotmail.com.

Geovane B. da Costa

Licenciado, Bacharel e Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: geovanecosta2011@gmail.com



ISBN 978-659941855-6



9

786599

418556